

# DIVULGAÇÃO MARXISTA

## SUMARIO

|                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Calvino Filho</i> — Notas sobre o problema do Estado ..                              | 1   |
| <i>Baskin</i> — O sentido popular da democracia soviética                               | 15  |
| O que está certo e o que está errado .....                                              | 18  |
| <i>Bogolepov</i> — Os impostos na União Soviética .....                                 | 19  |
| <i>Stálin</i> — Os intelectuais da classe operária .....                                | 64  |
| Nossa realidade descrita por um brasileiro que a vive<br>penosa e conscientemente ..... | 65  |
| <i>Max Beer</i> — O movimento herético .....                                            | 67  |
| <i>Prenant</i> — Alguns pontos importantes do materialismo<br>dialético .....           | 73  |
| Correspondência dos nossos leitores .....                                               | 84  |
| <i>Tarlé</i> — A propósito da "História da Diplomacia" ..                               | 85  |
| <i>Mitrorrin</i> — A indústria da borracha no novo Plano<br>Quinquenal da URSS .....    | 91  |
| O pensamento de Lênin .....                                                             | 96  |
| <i>Lénin</i> — O chovinismo morto e o socialismo vivo ..                                | 97  |
| <i>Angrand</i> — A posição de Marx e Engels é dialética ..                              | 109 |
| <i>Tektcherachvili</i> — O ensino superior livre na URSS ..                             | 113 |
| Ignorância e reacionarismo .....                                                        | 115 |
| <i>Hook</i> — A exegese revisionista .....                                              | 117 |
| O pensamento de Marx .....                                                              | 122 |
| O que dizem nossos parlamentares .....                                                  | 123 |
| O Vaticano e o macarrão .....                                                           | 125 |
| O que se passa pelo mundo .....                                                         | 127 |

ANO II

25 FEVEREIRO 1947

N.º 16

## DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal

Sai aos dias 10 e 25 de cada mês

Direção de

Calvino Filho

S. O. Hersen

Redação e Administração

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro — Brasil

Número em circulação... Cr\$ 7,00

Número atrasado ..... Cr\$ 10,00

### ASSINATURAS

Para o Brasil:

Anual (24 números) .. Cr\$ 140,00

Semestral (12 números) Cr\$ 70,00

Trimestral (6 números) Cr\$ 35,00

Para o Exterior:

Anual — 7 dólares americanos.

As assinaturas começam na data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sob registro.

Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro

Foi publicado no número 12 de *Divulgação Marxista*:

Calvino, A URSS é uma potência imperialista? A economia capitalista em tempo de guerra; *Lipetsker*, O direito de propriedade na União Soviética; *A. Vanick*, Que consequências advirão de Volta Redonda para o desenvolvimento econômico do Brasil?; Perguntas e respostas; *Angrand*, A filosofia ao alcance de todos; A população brasileira segundo

a cor, o estado civil, a nacionalidade, a instrução e suas atividades principais; *E. Varga*, As peculiaridades da política interna e externa dos países capitalistas na época da crise geral do capitalismo; Ignorância e reacionarismo; *Leontiev*, O método soviético de industrialização; Questões de economia política; *Gal-kin*, A Comuna de Paris de 1871; *Hook*, Para compreender e interpretar Marx; *Marx*, A bondade cristã; *Prado*, Exploração de jazidas no Brasil colonial; *Lénin*, Para os reacionários lerem; *Prenant*, Biologia e marxismo; Pequeno Dicionário Marxista; Índice geral de toda a matéria publicada nos 12 primeiros números de *Divulgação Marxista*, etc..

Foi publicado no número 13 de *Divulgação Marxista*:

Calvino Filho, E' a URSS uma potência imperialista?; *Taignin*, O desenvolvimento da democracia nos países da Europa oriental; O que está certo e o que está errado; *Sabença*, A indústria siderúrgica; Sínteses; O pensamento de Stálin; *Leninik*, As liberdades políticas na União Soviética; *Lénin*, Marxismo e revisionismo; Ditadura do capital escravizador; Ignorância e reacionarismo; *Stálin*, Como se dividiu o mundo; *Angrand*, A filosofia ao alcance de todos; *Prestes*, 27 de Novembro de 1935; *Segal*, A vitória do socialismo; Questões de economia política; O pensamento de Lénin; Perguntas e respostas; *Hook*, Para compreender e interpretar Marx; *Marx*, Os camponeses na Alemanha; *Prenant*, Biologia e Marxismo; Pequeno Dicionário Marxista, Etc., etc..

### LEIA DIVULGAÇÃO MARXISTA DE GRÇA

Faça com que 10 pessoas das suas relações, por seu intermédio, assinem esta revista e conquiste, como prêmio, uma assinatura gratuita.

# DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano II

Diretores: Calvino Filho e S. O. Hersen

N.º 16

## NOTAS SOBRE O PROBLEMA DO ESTADO

Recompilação de CALVINO FILHO.

*"O problema do Estado adquire atualmente uma importância especial, tanto no aspecto teórico como no aspecto político-prático. A guerra imperialista acelerou e aguçou extraordinariamente o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. A monstruosa opressão das massas trabalhadoras pelo Estado, que cada vez se vai fundindo mais estreitamente com os trusts onipotentes dos capitalistas, adquire proporções cada vez mais monstruosas. Os países adiantados se convertem — e ao dizer isto nos referimos à sua "retaguarda" — em presídios militares para os operários." (Lénin — O Estado e a Revolução, pág. 5 — Edit. Vitória, 1946.)*

A realidade atual não poderia ser melhor descrita. Acentuam-se nitidamente, de forma visível mesmo para os ingênuos, as tendências e orientação do Estado burguês imperialista, nesta etapa de grave crise geral do capitalismo.

Os Estados Unidos, hoje, são praticamente o último Estado imperialista que estaria em condições de dominar o mundo e o faria se hoje já não existisse o Novo, o Estado Proletário, a URSS, a impedir e a estimular no mundo, com o seu exemplo, a luta contra o imperialismo escravizador.

Justamente por isso, os círculos imperialistas norte-americanos já não mais podem admitir nem mesmo a precária forma estatal democrática, que diziam inspirada na igualdade, fraternidade e liberdade, e na qual teria vivido o povo ianque até antes desta última guerra, porque equivaleria a renunciarem aos seus próprios objetivos imperialistas, de que não podem abrir mão, pela sua própria razão de ser.

E à medida que a indeteminável crise econômica cíclica mais se aproxima dos Estados Unidos, prenunciando formas de extrema gravidade que mais nitidamente se desenharão quando não fôr mais suportável pelo Estado manter, sem imediatas e seríssimas conseqüências, milhões de homens ainda mobilizados nas forças armadas e o grosso de sua indústria em pé de guerra, à medida, pois, que a debacle econômica se aproxima, apodera-se dos círculos imperialistas norte-americanos o pavor histórico dos que sentem que vão mergulhar na catástrofe...

Impotentes, incapazes de enfrentarem os dias decisivos, que se avizinham, com a organização estatal de antes da guerra, perdem todos os escrúpulos e vão se desmascarando e revelando mesmo às camadas atrasadas dos povos seus torvos desígnios.

A união dos círculos imperialistas "democráticos" e "republicanos" ianques já não disfarça o sistema de um só partido sob a máscara de sistema bipartido, sob o domínio absoluto desses círculos.

Com todo o governo nas mãos, e, pois, o Estado, procuram agora os círculos imperialistas destroçar seu mais poderoso obstáculo à realização de sua política de pilhagem e escravização: as organizações trabalhistas ianques, diretamente pela força das leis burguesas e indiretamente por meio da Igreja.

Diretamente, como se verificou na última greve dos mineiros, em que Truman, Presidente dos Estados Unidos, apoiado pela facciosa justiça capitalista, além de querer assenhorear-se do patrimônio dos sindicatos mineiros, constituído com as contribuições de seus associados, impondo-lhes multa de milhões de dólares, ainda pôde exigir que os mineiros voltassem ao trabalho, sem discussão, caso contrário ficariam fora da lei e cada mineiro, individualmente, seria multado em 1 dólar, por dia!

Depois disso, que restou da liberdade do homem, tão decantada em prosa e verso? Aonde a liberdade humana nas terras de Tio Sam?

Restou, sim, claro e insofismável a situação de escravo real que é o operário norte-americano, da mesma forma que os demais de todo mundo. O operário é obrigado a trabalhar mesmo que não possa, ou não queira, nas mais miseráveis condições estabelecidas pelo patrão, porque o Estado o exige! Não fôra o Estado o instrumento pelo qual uma classe domina, coage e explora outra.

Indiretamente, por meio da Igreja, o imperialismo também procura destruir os sindicatos operários, defensores dos interesses dos trabalhadores, criando e reorganizando confederações, uniões e sindicatos "cristãos", em que se prega e ensina aos operários a desunião e luta dos trabalhadores entre si, bem como a renunciarem aos bens terrenos, mesmo os fundamentais para a existência, pelas benesses nos céus...

Destruindo as organizações trabalhistas, cindindo-as, separando-as, de mais em mais, o Estado imperialista, o capitalismo monopolista do Estado, pretende reforçar-se e armar-se para manter as amplas massas trabalhadoras ianques sob escravidão, a cuja base acreditam poder ainda sobreviver e, se possível, florescer...

Dessa forma, o Estado norte-americano tende para a fascistização, embora em seu próprio seio surjam novas forças democráticas e livres, que saberão, unidas ao proletariado ianque esclarecido, evitar se materia-

lize isso que é apenas tendência atual como expressão dos desejos imperialistas, para manterem suas riquezas e prosseguirem na tremenda espoliação dos povos fracos.

Mais que nunca, portanto, impõe-se um reexame dos conceitos de Estado, para que possamos compreender sua razão de ser, as formas com que se apresenta na atualidade e suas transformações.

*"Lutar para arrancar as massas trabalhadoras à influência da burguesia em geral, e à influência da burguesia imperialista em particular, é impossível sem lutar contra os preconceitos oportunistas em relação ao 'Estado'". — Lênin — O Estado e a Revolução, pág. 6 — Edit. Vitória, 1946.)*

E mais ainda, ... *"pode-se afirmar categoricamente que é a teoria marxista do 'Estado' que distingue o verdadeiro do falso marxista. Porque é a teoria do Estado que, em definitivo, está ligada à ação política imediata. A tentativa feita por marxistas 'liberais' em todo o mundo — mesmo quando chamam a si mesmos de ortodoxos — de separar a ordem econômica existente do Estado existente, bem como sua crença de que o Estado existente pode ser utilizado como instrumento pelo qual o sistema econômico pode ser 'gradualmente revolucionado' em capitalismo de Estado, devem ser consideradas como alterações fundamentais do marxismo. 'Marxismo liberal' e 'revolução gradual' são termos contraditórios. Segundo Marx, toda revolução social deve ser uma revolução política e toda revolução política deve ser dirigida contra o Estado. (Sidney Hook — Towards the understanding of Karl Marx, pág. 270 — The John Day Company, 1933.)*

## ORIGEM DO ESTADO

O Estado é uma superestrutura, que corresponde necessariamente ao modo de produção. À medida que o modo de produção evolue, o Estado também necessariamente evolue.

Na comunidade primitiva não existia Estado, porque a propriedade era comum a todos os seus membros, o que equivale à inexistência da propriedade privada e de classes sociais.

À medida que foi evoluindo, o aumento do rendimento do trabalho humano e a domesticação dos animais determinaram um aumento da riqueza social, propiciando como consequência o surgimento da propriedade privada, germe da divisão da sociedade futura em duas classes fundamentais: possuidores e não possuidores. A propriedade privada aos poucos vai eliminando a propriedade coletiva, acarretando uma série imensa de transformações nas relações sociais.

Ao mesmo tempo que surgem as classes sociais nos primórdios da sociedade humana, como resultantes da maior produtividade do trabalho humano e da substituição da propriedade comum pela propriedade privada, surge também a divisão da sociedade em *administradores* e *executores*. Com o desenvolvimento dessa sociedade primitiva, a direção do trabalho acaba por se separar do trabalho mesmo e as forças intelectuais das forças físicas.

Com a continuada evolução da sociedade, essas primeiras divisões sociais se acentuam e aprofundam, à medida que as forças produtivas adquirem maior importância e impulsionam o desenvolvimento social.

Para assegurar a perpetuidade da riqueza privada através das gerações e em benefício dos próprios filhos, os vínculos da filiação materna são substituídos pelos da filiação paterna e uma nova forma de família também surge no mundo: a monogamia.

E' na família patriarcal, organizada sobre a base de propriedade privada, que Marx assinalou, com agudeza, que já se encontram, em germe, todas as contradições do mundo atual: um espôso autoritário, representando a classe que oprime, e uma esposa submissa, que representa a classe oprimida.

Mais a sociedade evolue, torna-se numerosa e rica, mais a forma da sociedade dividida simplesmente em *administradores* e *executores* se torna insuficiente para conter todos os privilégios criados e riquezas acumuladas em seu seio.

O patriarca, o rei, o soberano e sua família, os funcionários e os magos, os sacerdotes e os guerreiros, formando cada vez mais acentuadamente uma classe mais compacta, com interesses comuns, opostos em grande parte aos interesses dos demais membros da sociedade, necessitam de algo mais que as formas primárias de organização social, de uma instituição que não só defendesse a nova forma privada de adquirir riquezas frente às tradições comunistas da tribo, mas que também legitimasse e perpetuasse a nascente divisão de classes, e o "direito" da classe possuidora de explorar e oprimir aos dessapossados, aos que nada possuíam de seu. Essa instituição era o *Estado* e o Estado apareceu.

Engels descreve o aparecimento do Estado da seguinte forma:

Vemos na constituição grega dos tempos heróicos, a velha organização da "gens" ainda em pleno vigor, mas vemos também o princípio da sua decadência: direito paterno, com herança por parte dos filhos, o que favorece a acumulação de fortuna na família, e a torna uma potência em face da "gens"; reação da diferença de fortunas sobre as instituições pela formação das primeiras camadas da nobreza hereditária e de uma monarquia; escravidão, compreendendo, a princípio, somente os prisioneiros de guerra, mas abrindo já as perspectivas da servidão dos próprios membros da mesma tribo e até dos próprios componentes da "gens"; a antiga guerra de tribo a tribo degenerando em banditismo sistemático de terra e mar, pela conquista de gado, escravos, tesouros e, por conseguinte, estabelecendo tais recursos como fonte normal de enriquecimento; em resumo, a fortuna considerada como bem supremo e os velhos preceitos da "gens" desnaturalizados, a fim de justificarem o roubo de riquezas pelos meios mais violentos. Faltava somente uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas fortunas dos indivíduos contra as tradições comunistas da organização "gentílica", que não só consagrasse a propriedade individual, tão pouco considerada primitivamente e que proclamasse esta consagração como a finalidade mais elevada de toda a comunidade humana, mas que colocasse também sobre as novas formas, sucessivamente desenvolvidas, da aquisição de propriedade, isto é, do crescimento sempre acelerado das riquezas, o selo do reconhecimento por parte da sociedade

em geral; finalmente, uma instituição que não só perpetuasse a divisão nascente da sociedade em classes, como, ainda, o direito da classe possuidora explorar a que nada possui, e a preponderância da primeira sobre a segunda.

Surgiu, então, esta forma de instituição. E foi inventado o "Estado". (Engels — *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, págs. 152-53 — Edit. Calvino Ltda., 1944.)

O germe do Estado moderno nasceu, pois, com a divisão da sociedade em classes, quando os homens se dividiram, nos primórdios da humanidade, em duas classes que, fundamentais, atravessaram os séculos: explorados (maioria) e exploradores (minoria).

A origem do Estado, portanto, revela que este é produto das contradições antagônicas e irreconciliáveis entre essas duas classes básicas.

"O Estado — diz Engels, resumindo sua análise histórica — não é, portanto, de modo algum, um poder imposto de fora à sociedade; nem tão pouco é "a realidade da idéia moral", "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. E', antes, um produto da sociedade ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade emaranhou-se numa insolúvel contradição, dividiu-se em antagonismos irreconciliáveis, que ela não pôde evitar. E para que estes antagonismos, estas classes de interesses econômicos em choque, não se devorem entre si e à sociedade, numa luta estéril, tornou-se necessário um poder aparentemente situado acima da sociedade e destinado a amortecer o conflito, a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". E este poder, que brota da sociedade, porém que se colocou acima dela, e que cada vez mais dela se foi divorciando, é o Estado". (Engels — *As origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, pág. 248 — Edit. Calvino, 1945.)

Portanto, para os marxistas, "O Estado é o produto e a manifestação do "caráter irreconciliável" das contradições de classe. O Estado surge no local, no momento e no grau em que as contradições de classe "não se podem", objetivamente, conciliar. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são irreconciliáveis." (Lénin — *O Estado e a Revolução*, pág. 11 — Vitória, 1946.)

Acreditando a burguesia que o Estado é de origem divina ou "a imagem e a realidade da razão" e não produto da autodinâmica da sociedade, nega, por consequência, que o Estado seja determinadamente o órgão de dominação de uma classe por outra.

... "a fé supersticiosa do Estado se transplantou do campo filosófico à consciência geral da burguesia e também à de muitos operários. Segundo a concepção filosófica, o Estado é a "realização da idéia", ou seja, traduzindo em linguagem filosófica, o reino de Deus sobre a terra, o campo em que se fazem ou se devem fazer realidade a eterna verdade e a eterna justiça. Daqui nasce uma veneração supersticiosa do Estado e de tudo quanto a ele se relaciona, veneração supersticiosa que se vai arraigando nas consciências com tanta maior facilidade porque a gente se acostuma, desde a infância, a pensar que os assuntos e os interesses comuns a toda sociedade não podem ser agitados nem salvaguardados senão da maneira pela qual se vem fazendo até aqui, isto é, por meio do Estado e de seus funcionários, repimpados em boas colocações. E acredita ter dado um

*passo gigantesco e audaz ao se livrar da fé na monarquia hereditária e ao se entusiasmar pela República democrática.*" (Engels — Prólogo de 1891 à *Guerra Civil*, de Marx.)

Se a burguesia reconhece, como nos tempos atuais, que há realmente uma exploração cada vez mais intensa e extensa de uma classe por outra, não atribui tal facto à inelutável contingência do desenvolvimento do Estado em função do desenvolvimento do capitalismo, mas a razões morais.

Por isso, não pode compreender a irreconciliabilidade de classes, a impossibilidade de uma classe — explorada — poder reconciliar-se com a sua antípoda — exploradora.

Estudando-se a história, porém, verifica-se que existiram três tipos fundamentais de Estado: o escravista, o feudal e o burguês, muito embora as formas de domínio político tenham sido diferentes. Assim, nos tempos modernos, as formas principais de dominação política da burguesia são: monarquia burguesa, república democrática e ditadura fascista.

Em tôdas estas formas modernas, a característica fundamental é uma só: o predomínio da classe capitalista, da alta burguesia.

*Tudo se resume no poder do capital, no domínio da bolsa; o parlamento e as eleições não são mais que simples mistificações* (Lénin).

Na verdade, o poder público, o governo, que dirige a máquina estatal, se fortalece à medida que os antagonismos de classe se aguçam dentro do Estado.

E' nesta época que estamos vivendo, de imperialismo, ao predomínio do capital financeiro, que o Estado adquire poder e força inigualáveis em todos os demais períodos históricos, transformando os países mais adiantados, as mais decantadas democracias burguesas, em Estados-presídios, escravocratas, dispondo da vida e do trabalho dos operários.

... "*sob o capitalismo, temos um Estado no sentido estrito da palavra, uma máquina especial para a repressão de uma classe por outra, e, além disso, da maioria pela minoria. E' lógico que para que possa prosperar, uma empresa como a repressão sistemática da maioria dos explorados por uma minoria de exploradores, torna-se necessária uma crueldade extraordinária, uma repressão feroz, tornam-se necessários oceanos de sangue, através dos quais a humanidade marcha em estado de escravidão, de servidão, de trabalho assalariado*" (Lénin — *O Estado e a Revolução*, pág. 94 — Edit. Vitória, 1946.)

"*Como o Estado nasceu da necessidade de controlar os antagonismos de classe, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito destas classes, o Estado pertence, regra geral, à classe mais poderosa, à classe economicamente dominante, que por meio dêle também se converte na classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida*"... Não apenas o Estado antigo e o Estado feudal foram órgãos de exploração dos escravos e servos; também "*o moderno Estado representativo é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital*." (Engels — *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, págs. 250-1 — Edit. Calvino, 1945.)

O Estado é, pois, o órgão de dominação de classe, o órgão de opressão de uma classe por outra; é a criação da "ordem" que legalisa e pretende perpetuar essa opressão; é originado pela necessidade decorrente da divisão da sociedade em classes antagonicas; é uma superestrutura da sociedade de classes, que tem variado no tempo e no espaço, correspondendo sempre às formas de antagonismos de classe, de exploração de uma classe por outra.

Na sociedade capitalista, o Estado é sem dúvida alguma o instrumento da burguesia para manter escravizadas as massas trabalhadoras e, no imperialismo, também para transformá-las em soldados rapinantes e escravizadores dos povos fracos.

## O ESTADO NO CONCEITO BURGUESES

Os sociólogos burgueses definem o *Estado* como sendo o conjunto eterno de instituições mais ou menos complexas, pelas quais se rege, e uma ou mais nações se organizam em uma unidade duradoura. Se formado de uma só nação e uma só organização política, um só governo que exerça sobre todo o seu território diretamente a sua ação, é um *Estado homogêneo*. Se, ao contrário, os diversos elementos nacionais conservam a sua individualidade, estando ligados apenas pelo governo central único, temos um *Estado heterogêneo*.

Esta união pode ser mais ou menos estreita e revestir formas diversas. Quando esta união se torna mais estreita e os Estados renunciam a uma parte de suas prerrogativas em favor de um poder central, que tem seu chefe, seus órgãos próprios, sua representação exterior, constitui-se um *Estado Federativo*.

O Estado, no conceito burgues, tem a função de manter a ordem dentro dos seus territórios, promover o desenvolvimento material e fazer respeitar pelas outras potências, outros Estados, a sua soberania e independência. E para isso, então, criou a polícia, o exército, os impostos e a burocracia, etc., como órgãos básicos. Diz-se acima dos interesses das classes e agindo como elemento conciliador, de equilíbrio, de mediador entre os interesses das classes que em seu seio se mantêm em luta.

"Na opinião dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a opressão de uma classe por outra." (Lénin — *O Estado e a Revolução*, pág. 11.)

Proclamam a sua necessidade eterna, pois que sem êle não poderia sobreviver a sociedade humana.

## O ESTADO SEGUNDO OS MARXISTAS

Os marxistas já definem e compreendem o Estado e seu desenvolvimento histórico de uma forma sem dúvida completa e exata, porque não se contentam em exprimir-lhe as formas, mas vão ao conteúdo, estudando-lhes a estruturação, e expondo-a à luz do dia, para conhecimento dos maiores interessados: os oprimidos.

E do estudo científico e histórico do seu conteúdo e formas, desde suas origens, como já vimos páginas atrás, até o Estado moderno, concluem os marxistas que o Estado nem sempre foi necessário, por isso nem sempre existiu, como nas organizações primitivas e em muitos aglomerados humanos atuais.

...“o Estado não existiu sempre. Houve sociedades que se arranjaram sem ele, que não tiveram a menor noção de Estado nem de Poder estatal. Ao chegar a uma determinada etapa de desenvolvimento econômico, necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, esta divisão fez com que o Estado se convertesse em necessidade.” (Lénin — *O Estado e a Revolução*, pág. 18 — Edit. Vitória, 1946.) Pela mesma razão, dia chegará, no futuro, com o desenvolvimento amplo das forças produtivas e culturais da humanidade, em que, com o desaparecimento das classes, o Estado de novo se tornará desnecessário e por conseqüência desaparecerá, isto é, no comunismo: ...“nos aproximamos a passos rápidos de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência destas classes não só deixa de ser uma necessidade, como se converte num obstáculo direto para a produção. As classes desaparecerão de uma maneira tão inevitável como surgiram em sua época. Com elas desaparecerá, inevitavelmente, o Estado. A sociedade, reorganizando de modo novo a produção na base de uma associação livre e igual de produtores, enviará toda a máquina do Estado ao lugar que lhe cabe: ao museu de antiguidades, junto à roca e ao machado de bronze.” (Lénin — *O Estado e a Revolução*, págs. 18-19 — Ed. Vitória, 1946.) Mas, enquanto isso não suceder: “A própria continuação da produção exige a existência do Estado, uma vez que a lógica imaneente do sistema burguês de produção intensifica a oposição entre as classes. Torna-se por isso necessário ao Estado apresentar-se como árbitro nominalmente imparcial, trabalhando através a lei e a educação para dissolver os antagonismos que ameaçam destruir a sociedade. O Estado assegura, assim, ao processo de exploração, um progresso ininterrupto.” (Hook — *Towards the understanding of Karl Marx*, pág. 261 — John Day, 1933.)

Os marxistas concluíram também que o Estado sempre foi o instrumento hábil para umas classes submeterem outras a exploração, e em sujeição. Coisa que esta democracia pequeno-burguesa jamais poderá compreender é que o Estado é o órgão de dominação de uma determinada classe, que “não se pode” reconciliar com sua antípoda (com a classe oposta a ela). “Segundo Marx, o “Estado” é o órgão de “dominação” de classe, o órgão de “opressão” de uma classe por outra, é a criação da “ordem” que legaliza e perpetua esta opressão, amortecendo os choques entre as classes. Na opinião dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes, e não a opressão de uma classe por outra. Amortecer os choques significa, para eles, reconciliar, e não privar as classes oprimidas de certos meios e métodos de luta para derubar os opressores.” (Lénin — *O Estado e a Revolução*, págs. 11 e 12 — Ed. Vitória, 1946.)

Os marxistas demonstraram também que a origem do Estado não é divina, mas que nasceu com a divisão da sociedade em classes e da necessidade de controlar os antagonismos resultantes dos interesses

opostos dessas classes; evidenciaram igualmente que tendo o Estado sido uma resultante do conflito das classes surgidas na sociedade, "o Estado pertence, regra geral, à classe mais poderosa, à classe economicamente dominante, que por meio d'ele também se converte na classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida" (Engels). E que à medida que a exploração mais intensa se faz, a repressão também se acentua, donde o Estado se aperfeiçoar, como instrumento de coerção, exploração e repressão da classe dominante contra as classes dominadas.

"O Estado é um poder público coarctador, especialmente organizado, que existe para fazer cumprir as decisões de todo o grupo ou classe que controla o Governo. Onde o Governo representa as necessidades e os interesses da comunidade inteira, não há necessidade de uma força coercitiva especial e separada. Neste caso, ele não é mais um mecanismo politico especifico — mas um órgão administrativo, coordenando a economia da produção e da distribuição tanto nas suas fases materiais quanto nas suas fases culturais. Num sentido estrito, só podemos falar da existência de um Estado, quando há um poder público especial de coerção e repressão, que, sob a forma de uma organização armada, se eleva sobre a população. E' somente onde existe uma "organização especial", ostensivamente destinada a preservar a ordem e a paz pela imposição de penalidades, que se achará o caráter distintivo da coação do "Estado" e, com ele, a explicação do papel e da função do Estado na sociedade. "O Estado pressupõe o poder público coarctador, separado do conjunto dos seus membros" (Engels — *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*) — Sidney Hook — *Towards the understanding of Karl Marx*, págs. 254-55).

Na grande maioria dos países, a grande burguesia ainda domina inteiramente o Estado, diretamente e por intermédio da pequena e média burguesia, que constituem as peças principais da máquina estatal e estão intimamente presas à alta burguesia dirigente, subjetivamente e como seus comensais. "Et pour cause", também dissimulam, mascaram e negam a natureza classista do Estado.

Por sua vez, os sábios e politicos burgueses, dependentes, comensais da alta burguesia capitalista, não reconhecem jamais tratar-se de uma ditadura exercida por uma minoria de possuidores contra uma esmagadora maioria de desapossados de tudo. Pelo contrário, proclamam o Estado como algo, acima e independente da estruturação de classes da sociedade, cujo caráter inevitavelmente antagonico nega, atribuindo seus conflitos a razões morais e ao abandono dos preceitos divinos...

Dessa forma, o Estado, para eles burgueses e seus ideólogos, o Estado é uma instituição acima das classes, apresentando-se como a encarnação da justiça e da razão suprema, para amortecer os choques e reconciliar os interesses antagonicos dos individuos, reunidos em classes.

"Amortecer os choques significa, para eles, reconciliar e não privar as classes oprimidas de certos meios e métodos de luta para derrubar os opressores" (Lénin — *O Estado e a Revolução*, pág. 11).

"Também os democratas pequeno-burgueses, estes pseudo-socialistas que substituem a luta de classes por sonhos sobre a reconciliação das

classes, também imaginaram de modo sonhador a transformação socialista, não como a derrocada da dominação da classe exploradora, e sim como a submissão pacífica da minoria à maioria, que terá adquirido consciência de sua missão. Esta utopia pequeno-burguesa, que está inseparavelmente unida ao reconhecimento de um "Estado" situado acima das classes, levou na prática à traição contra os interesses das classes trabalhadoras, como o demonstra, por exemplo, a história das revoluções francesas de 1848 e 1871, e como o demonstra a experiência da participação "socialista" em ministérios burgueses na Inglaterra, França, Itália e outros países, no final do século XIX e princípio do XX.

Marx lutou durante toda a vida contra este socialismo pequeno-burguês..." (Lénin — O Estado e a Revolução, pág. 29 — Ed. Vitória, 1946.)

Estabelecido assim o conceito marxista do Estado, podemos agora distingui-lo dos de *nação*, de *sociedade* e de *governo*, para desfazermos as confusões comuns sobre a significação dessas palavras.

## SOCIEDADE — NAÇÃO — GOVERNO — ESTADO

O conceito de *Estado* implica os conceitos de *sociedade*, *nação* e *governo*. Contudo, houve e há sociedades em que o Estado não é presente; jamais houve sociedades e Estados sem governo; não se compreende Estado sem nação.

Há, pois, uma inter-relação estreita entre essas diversas palavras, pelos conceitos que encerram, que muitas vezes levam os inexpertos à confusão de que são uma e só coisa, quando em verdade são diferentes formal e historicamente.

Passemos a definir cada conceito.

A *sociedade* é um agrupamento de homens reunidos a princípio apenas pela natureza ou interesses comuns, mas que com o desenvolvimento e crescimento dessa sociedade primitiva, passa, para poder subsistir, a estabelecer normas presidindo as relações entre os indivíduos seus componentes.

A *sociedade* humana surge no mundo ao mesmo tempo que surge o homem. Jamais houve homens fora da sociedade, porque o homem como espécie só pode subsistir à face da terra em sociedade, não fora o homem um animal social "por sua natureza". Sendo social a sua "natureza", sua "natureza" muda com as transformações da sociedade.

A *sociedade* é o sistema o mais largo de homens agindo uns sobre outros, sistema que abarca todas suas relações duráveis e que é baseado sobre as relações decorrentes do trabalho (Burrárin — *La théorie du matérialisme historique*, pág. 89 — ESI, 1921).

As relações de produção formam em seu conjunto o que se chamam relações sociais, sociedade, e formam ademais a sociedade que se acha em um determinado grau de desenvolvimento histórico, uma sociedade com seu peculiar caráter distintivo. (Marx.)

Segundo Marx, pois, como também segundo Hegel, uma sociedade é todo o grupo de seres humanos vivendo e trabalhando em conjunto para satisfazer as suas necessidades econômicas fundamentais.

Como desenvolvimento dos primeiros agrupamentos humanos, sociedade primordial, encontraremos o clan, a tribo, depois a cidade, província ou região, e finalmente, em pleno desenvolvimento, a nação.

Longo foi o período vivido pelo homem do clan à nação.

Inenarráveis necessidades que instintivamente não podiam ser satisfeitas e os laços confusos de um parentesco promíscuo determinaram, em torno de alguns homens que se impuseram, as primeiras aglomerações humanas fechadas a princípio nos limites do clan sanguíneo.

Com o desenvolvimento, posterior, entretanto, da propriedade privada e a divisão mais nítida de classes, a sociedade primitiva em plena evolução culmina em a nação.

*"Nação é uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia, manifestada esta na comunidade de cultura"* (Stálin — *El marxismo y el problema nacional*, pág. 8 — ELE, 1941).

Desenvolvendo-se a sociedade, que se desenvolve sobre sua estrutura econômica, desenvolvem-se concomitantemente suas relações sociais, de tal forma que a simples "autoridade" inicial se transforma em *governo*, que de simples mecanismo administrativo e controlador da produção e distribuição se transforma no Estado num sistema complexo de órgãos, a serviço exclusivo dos interesses das classes economicamente dominantes, e, pois, politicamente.

O Governo é, pois, o mecanismo administrativo que controla e dá assistência às necessidades econômicas da sociedade. Quanto mais é primitiva a sociedade, mais as formas de governo são rudimentares. Na sociedade moderna, entretanto, com sua divisão do trabalho mais adiantada, o governo é uma instituição complexa, munida de poderes delegados separadamente. O Governo já é uma instituição ou conjunto de pessoas que dirigem a administração pública e a vida política de uma sociedade, de uma nação, de um Estado. Da mesma forma que nas sociedades primitivas, e entre elas a do *comunismo primitivo*, havia a necessidade do Governo, embora rudimentar, mais sob a forma de *autoridade* que de poder, sem que entretanto existisse a do Estado, no comunismo científico, na sua etapa superior, persistirá o governo, na sua forma de simples administração e direção da produção e distribuição, planificadas, mas desaparecerá o Estado.

Sobre a base econômica se eleva em cada sociedade um sistema complexo de superestruturas: um determinado regime político, o *Estado*.

*O Estado é a organização política da classe economicamente dominante, que tem por objetivo proteger o regime econômico existente e esmagar a resistência das demais classes.* (Rosental e Yudin.)

O Estado surge com a divisão da sociedade em classes, como instrumento de uma classe para coartar e reprimir outras às quais explora, e ao mesmo tempo se constitui em poder organizado, com um certo caráter de permanência e estabilidade, mantendo dentro de um território ou territórios determinados a sua autoridade. Outrossim, faz respeitar no exterior pelos outros Estados a sua soberania e independência sobre esses territórios.

...“Em comparação com as antigas organizações gentílicas da tribo ou do clan — prossegue Engels — o “Estado” se caracteriza, em primeiro lugar, pela agrupação dos súditos segundo as divisões territoriais”... Esta agrupação hoje nos parece “natural”, porém exigiu uma prolongada luta contra a antiga organização da “gens” ou da tribo.

...“A segunda característica (do Estado) é a instauração de um poder público, que já não coincide diretamente com a população, e que se organiza como força armada. Este poder público especial se faz necessário porque, a partir da divisão da sociedade em classes, já não é possível uma organização armada espontânea da população... Este poder público existe em todos os Estados; é composto não só de homens armados, como também de complementos materiais, cárceres e instituições coercitivas de todo gênero, que a sociedade gentílica não conhecia”... (Lénin — O Estado e a Revolução, págs. 12-13 — Edit. Vitória, 1946.)

Portanto, o Estado tem duas características fundamentais do ponto de vista funcional:

1) E’ o instrumento de uma classe para a exploração, coerção e repressão das classes dominadas, no seu interior.

2) E’ o instrumento de defesa da classe dominante para manter a sua situação de exploradora exclusiva das classes dominadas nacionais e conservar-se soberana e independente, nas suas relações exteriores.

Conseqüentemente, numa sociedade sem classes, que se estenda a toda humanidade, o Estado desaparecerá, da mesma forma que desaparecerão os órgãos quando suas funções se não exerçam por desnecessárias.

“Quando não existirem classes sociais às quais seja necessário manter submissas; quando não existir dominação de uma classe sobre outra nem luta pela existência; quando forem suprimidas as coligações e coações que disso se derivam: então não haverá mais a quem esmagar e sujeitar; desaparecerá a necessidade do Poder do Estado, que atualmente desempenha esta função. O primeiro ato com o qual o Estado agirá como verdadeiro representante de toda a sociedade — a conversão dos meios de produção em propriedade social — será o último ato independente do Estado como Estado. A intervenção do Poder do Estado nas relações sociais tornar-se-á a pouco e pouco supérflua e cessará por si mesma. O lugar do governo dos homens será ocupado pela administração das coisas e a direção dos métodos de produção. O Estado não será “abolido”: “extinguir-se-á” (F. Engels — Anti-Dühring — Edit. Calvino, 1945).

Esquemáticamente, vejamos qual o conteúdo do Estado burguês e o do Estado soviético atual, última das etapas do Estado Proletário, em que começa a perecer para se transformar a seguir numa sociedade comunista. Em trabalhos posteriores, estudaremos a evolução do Estado Proletário, desde a sua forma Ditadura do Proletariado, sob a direção do Partido Comunista (b) da URSS, até à sua forma atual: Estado Soviético, em que já não mais existe Ditadura do Proletariado.

Veremos, pelo esquema seguinte, que são dois Estados inconfundíveis, de tal forma diversos nos seus conteúdos, o Burguês e o Soviético.

## ESTADO BURGUEÊS E ESTADO SOVIÉTICO

*O ESTADO BURGUEÊS* é determinado pelo modo de produção capitalista, no qual há duas classes fundamentais: proletariado e burguesia

As contradições de classe no Estado capitalista são de caráter antagônico, porque: a) os indivíduos se distribuem em duas classes fundamentais, que se separam irreconciliavelmente pela posse ou não posse dos meios de produção; b) a posse dos meios de produção atribui aos seus beneficiários a capacidade de explorar o trabalho de terceiros; c) o "direito" à posse dos meios de produção permite, de acordo com as leis do desenvolvimento do capitalismo, a concentração cada vez maior do capital nas mãos de uns poucos, enquanto a pauperização atinge mais amplas camadas do povo; d) a posse do dinheiro que se transforma em capital atribui privilégios materiais, sociais e intelectuais aos seus possuidores, o que lhes permite dominar o Governo, e por ele o Estado, que se torna em suas mãos um instrumento de opressão de classe; e) as contradições antagônicas de classe só se resolvem revolucionariamente, pela transformação rápida e radical de sua estrutura, numa síntese dialética; f) para garantir o predomínio de uma classe sobre as demais, cria, mantém e desenvolve órgãos especiais de coerção e opressão, à custa dos quais subjugam as classes trabalhadoras, atrelando-as ao carro do Estado burguês; g) para garantir os privilégios da classe dominante sobre zonas e territórios, nacionais ou coloniais, cria, mantém e desenvolve forças armadas colossais: a) com que se defende das classes dominantes de outros Estados que lhe disputam os privilégios; b) de que se utiliza para disputar a outros Estados o predomínio mundial ou pelo menos subjugar Estados mais fracos, escravizando-os; c) de que se vale para mais oprimir e escravizar as classes trabalhadoras nacionais, expoliadas até as últimas consequências.

*O ESTADO SOVIÉTICO*, transitório, é determinado pelo modo de produção socialista, constituindo a fase de transição do Estado proletário para o comunismo. No Estado Soviético há uma só classe: a dos trabalhadores, com três camadas fundamentais — operários, camponeses e intelectuais.

As contradições de classe no Estado Soviético não são propriamente de classe, porque só existe uma, mas entre as camadas de uma só classe: a dos trabalhadores soviéticos, por isso não adquirem o caráter antagônico, porque a) os indivíduos na sociedade soviética não se distinguem entre si pela posse ou não posse dos meios de produção, que a todos pertence e de que é depositário o Estado Soviético; b) não existindo e não sendo permitida a posse dos meios de produção, nenhum cidadão soviético pode explorar o trabalho de terceiro, donde, em face do Capital, todos serem iguais economicamente; c) não havendo senão propriedade socialista dos meios de produção, a acumulação de riquezas resultantes do trabalho é de toda sociedade, que se enriquece em conjunto; d) o dinheiro nas mãos dos cidadãos soviéticos não pode revestir-se da forma Capital, tendo apenas a função de meio de compra, donde não atribuir privilégio algum econômico ao seu possuidor, donde por seu intermédio não

poder dominar o Governo e por êle o Estado, que nestas condições perde o seu caráter opressor de classe, da sociedade burguesa; e) as condições entre as camadas da sociedade soviética não tendo caráter antagônico se resolvem pacificamente, numa evolução gradual e progressiva, que nivelará os trabalhos manual e intelectual, quando atingir a etapa superior do comunismo; f) para liquidar as sobrevivências subjetivas burguesas e anular a ação dos espões e sabotadores financiados pelos burgueses imperialistas, cria, mantém e desenvolve órgãos especiais de repressão e defesa, com os quais também ajuda o desenvolvimento interno da economia socialista; g) para garantir o Estado Soviético da agressão externa por parte dos países imperialistas, cria, mantém e desenvolve forças armadas, que ao mesmo tempo contribuem para melhor qualificação dos trabalhadores soviéticos.

Conclue-se do esquema acima, que:

a) o *Estado Burguês*, que pretende ser definitivo, usa os seus órgãos policiais e militares para impôr a exploração no trabalho e garantir os privilégios da classe exploradora que o controla.

b) o *Estado Soviético*, forma de transição para a abolição do Estado, usa os seus órgãos de novo tipo: policiais e militares para a defesa contra os inimigos externos e internos, estes criados, apoiados e financiados por aqueles, bem como para ajudar os demais trabalhadores mundiais a se libertarem do jugo fascista, da escravidão, como demonstrou nesta última guerra.



**CONFORME VIVE, PENSA O HOMEM** — Uma das características da produção é que nunca se imobiliza a certa altura durante um longo período, mas se modifica e evolui constantemente, com a particularidade de que essas modificações verificadas no modo de produção provocam, inevitavelmente, a transformação de todo o regime social, das idéias, das concepções e instituições políticas; em suma, determinam a reorganização de todo o sistema político e social. Nos diversos períodos da evolução social, o homem emprega vários modos de produção, ou, para dizê-lo em termos mais vulgares, mantém diferentes gêneros de vida. No regime do comunismo primitivo, o modo de produção era diferente do em vigor sob a escravidão, como o do regime escravagista foi diferente do predominante sob o feudalismo, etc. E, em consonância com essa variabilidade, são diferentes, também, o regime social de vida dos homens, sua vida espiritual, suas concepções e instituições políticas.

Conforme o modo de produção vigente numa sociedade, assim é, também, fundamentalmente, essa sociedade e assim são, igualmente, suas idéias e teorias, suas concepções e instituições políticas. Ou, para dizê-lo em termos mais vulgares, conforme vive o homem, assim êle pensa. (Stálin — *Sobre o materialismo dialético e materialismo histórico* — "in" *Sobre os fundamentos do leninismo*, págs. 290-1 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

# O SENTIDO POPULAR DA DEMOCRACIA SOVIETICA

Pelo Professor MARK BASKIN.

A Revolução russa de outubro de 1917 teve como resultado o estabelecimento do regime soviético numa exata parte do globo terrestre. Desde então, passaram-se vinte e nove anos. Quantos Estados caíram, durante esse período, no mundo! Quantas doutrinas políticas falharam! Somente o sistema soviético, o regime soviético, as novas relações socialistas, triunfantes na União Soviética, resistiram a todas as provas e, como consequência, refizeram a tempera.

O Estado soviético multinacional é uma fortaleza indestrutível. Os piores inimigos do Poder Soviético são forçados a reconhecê-lo. Mas onde reside o vigor do regime soviético? Esta pergunta pode ser respondida com uma só frase: *O regime soviético é forte em virtude de sua ligação com as massas populares.*

A própria história do regime soviético fala-nos de sua essência democrática. Os Soviets não são coisa inventada por alguma pessoa. *Os Soviets foram criados pelo próprio povo.* Nasceram no curso da Revolução de 1905, como órgãos da insurreição contra o tsarismo, como germes do futuro poder popular. Seus iniciadores foram os operários de Ivanovo, São Petersburgo e Moscou. A 25 de fevereiro de 1917, isto é, no mesmo dia em que foi derrocada a autocracia tsarista, reuniu-se o Soviet de Petrogrado. Dentro em poucos dias, em todas as cidades da Rússia já se haviam constituído Soviets de deputados operários. Uma ou duas semanas depois, começaram a surgir os Soviets de deputados camponeses. Milhões de operários, camponeses e soldados manifestaram-se, durante as jornadas da Revolução Socialista de Outubro, em torno da palavra de ordem de "Todo o Poder para os Soviets!" A 12 de março de 1918, afirmou o grande Lênin, numa reunião do Soviet de Moscou: "O Poder Soviético não só conseguiu penetrar nas grandes cidades e zonas fabris, como também nos mais longínquos recantos do país."

Os Soviets, produto imediato da iniciativa popular, são, ao mesmo tempo, as mais amplas organizações de massas. Todos os Soviets de deputados são eleitos, de alto abaixo, por votação geral, igual, direta e secreta. As campanhas eleitorais constituem, na União Soviética, verdadeiras festas populares. Os cidadãos soviéticos comparecem às urnas com seus melhores trajes. Todos querem ser os primeiros a votar em seus candidatos. Os dentes, que se vêem obrigados a ficar de cama, pedem que os delegados das comissões eleitorais compareçam o mais depressa possível, a fim de poderem cumprir seu dever cívico. As crianças afligem-se com a passagem do tempo, a fim de que, juntamente com os pais, possam depositar seus votos nas urnas. Assim, pois, o contacto do povo com os organismos do Poder Soviético principia no mesmo instante de sua constituição. Noutros países, precisamente aí é que terminam as relações dos eleitores com os eleitos. Na União Soviética, os Soviets,

depois das eleições, continuam a manter contacto permanente com os eleitores. Não é em vão que o deputado soviético procede do povo. O deputado soviético é um operário, um camponês ou um intelectual. Os deputados da União Soviética continuam sua atividade intimamente ligados com todo o povo. Entrefalam-se diariamente com seus eleitores e atendem às suas indicações e queixas. Em períodos determinados, os deputados prestam contas de suas tarefas perante os eleitores. Os maus deputados podem ser destituídos antes de se encerrar a legislatura correspondente.

Tão grande é o número de deputados, que, de facto, são todos os trabalhadores que dirigem de maneira imediata os assuntos públicos. Para demonstrar esta afirmação, citaremos algumas cifras. Segundo dados de 1945, havia, nos Soviets rurais da União Soviética, 1.060.746 deputados; nos Soviets de bairro, 38.994; nos Soviets de distrito, 140.158; nos urbanos, 151.822; nos de Território, 871; nos regionais, 9.311; nos Supremos Soviets de Repúblicas autônomas, 2.320; nos Supremos Soviets de Repúblicas federadas, 4.532, e, no Supremo Soviet da União Soviética, 1.338. Se se considerar que, em torno de cada deputado, se agrupam, aproximadamente, cinco cidadãos, que o auxiliam voluntariamente em suas atividades; se se considerar que milhões de homens soviéticos assistem, pontualmente, às assembléias de eleitores, são membros das comissões eleitorais, etc., poder-se-á afirmar: todo o povo soviético contribui na direção do país.

A democracia soviética possui, além desses, outro traço característico: o povo da União Soviética, através de seus melhores filhos, não dirige apenas a política do país, mas também sua economia. Na União Soviética, não existe a propriedade privada dos meios de produção. Por isso, todos os cidadãos estão interessados no bom andamento das fábricas e da agricultura. As empresas soviéticas são dirigidas por homens que saíram do povo. O operário de ontem é, hoje, diretor de fábrica. O camponês de ontem é, agora, presidente de kolróz. Se tomarmos na devida consideração o número de operários e empregados que auxiliam diretamente a direção de sua empresa, e se considerarmos as inúmeras reuniões de produção, que se realizam nas fábricas e oficinas, e se recordarmos que o estatuto kolroziiano determina que somente a assembléia geral dos membros da coletividade agrícola pode resolver sobre seus mais importantes problemas, compreenderemos claramente: a economia nacional da União Soviética é regida por princípios tão democráticos quanto os que orientam a atividade dos organismos públicos. Assim, pois, o regime soviético, nascido como resultado da Revolução de Outubro de 1917, é democrático por seus alicerces, e a democracia soviética é — reproduzindo frase de Ossip Stálin, seu chefe e teórico — uma democracia para o povo. Pela primeira vez, na história da humanidade, foi destruída, na sociedade soviética, a separação entre as massas e o poder. Não é em vão que a legislação da União Soviética determina penas severas para os dirigentes de empresa, administradores, etc., que se afastam das massas; que são incapazes de agir devidamente em relação às indicações dos cidadãos, ou que não as considerem. No país soviético, não existe campo apropriado para o burocratismo, para contradições entre os orga-

nismos públicos e o povo. O termo "burocrata" transformou-se, na União Soviética, desde os primeiros dias de existência do novo regime, num conceito injurioso.

A democracia soviética constitui o alicerce dos alicerces da vida da União Soviética. É ela que desperta o interesse vital dos homens soviéticos pelo progresso de seu Estado. Por isso nasceu, sobre as bases da democracia soviética, um novo tipo de patriotismo, que diferencia a ideologia soviética. O patriota soviético não se limita a amar a pátria, ama também seu regime social. O patriota soviético devota limitado carinho por seu governo, por seus dirigentes e por suas leis. Isto explica por que soube, com seus próprios recursos e seu auxílio do exterior, criar uma indústria moderna, uma grande agricultura e uma cultura de vanguarda. Isso explica por que o povo soviético desempenhou, na Segunda Guerra Mundial, o papel decisivo na derrota da Alemanha hitlerista. Na democracia soviética, como democracia de novo tipo, atingiu-se, pela primeira vez, na história do mundo, a comunidade de interesses individuais e coletivos. O cidadão soviético sabe que seu regime social lhe assegura o desenvolvimento máximo de sua capacidade: sabe que, sob a égide do regime soviético, pode alcançar as zonas do saber, e ser, graças ao seu trabalho, um homem célebre. Não foi sem razão, pois, que Lênin escreveu que, no regime soviético, os homens "... podem tornar-se conhecidos, desenvolver sua capacidade, descobrir os talentos de que o povo constitui manancial inesgotável e que o capitalismo esmagava, sufocava, na proporção de milhares de milhões". Como resultado de tudo isso, o homem soviético vê, em seu regime, a garantia do próprio bem-estar pessoal. Quando Zoia Kasmodemianskaia — moça soviética martirizada pelos hitleristas — marchava para a morte por ter defendido sua pátria, exclamou: "Amo a vida, mas, para mim, não há nenhum sentido em viver fora do regime soviético."

A inexistência de classes antagônicas na sociedade soviética, a inexistência de contrastes entre o indivíduo e a sociedade, entre o cidadão e o Estado, provoca a unidade política e moral do povo soviético. Na sociedade soviética, o povo constitui um conjunto único. E este facto faz com que a União Soviética seja um Estado poderoso e invencível.

●   ●

"Entre o que faz e o que deixa de fazer, o que deixa de fazer é o pior, por isso que é o covarde!" (Victor Hugo — *Noventa e três*, página 221, 2.º vol. — Livraria Chardron, de Lelo & Irmão — Porto).

●

"Se eu sei que sei pouco, chegarei a aprender algo mais; porém, se o que se diz comunista acrescenta que já não necessita saber nada de sólido, jamais se parecerá, nem de longe, a um comunista". (Lênin — *Discurso no 3.º Congresso das Juventudes Comunistas*, em 2-10-920 — Editorial Calomino — Colaboração de Maval).

●

# O que está certo O que está errado

**ESTÁ ERRADO** — Formular, sem prévio e consciencioso estudo da realidade, palavras de ordem.

**ESTÁ CERTO** — “Algumas pessoas pensam que é suficiente elaborar uma linha justa do Partido, proclamá-la publicamente, expô-la em forma de teses e resoluções gerais e votá-la unânimemente, para que a vitória chegue por si só, automaticamente, por assim dizer. Isto é claro, não está certo. É um grande erro. Só podem pensar assim os burocratas e os funcionários públicos incorrigíveis” (Stálin — *Os problemas da direção do trabalho de organização* — Do Informe apresentado ao XVII Congresso do P.C. (b) da URSS, sobre o trabalho do Comité Central, em 16-1-934).

•

**ESTÁ ERRADO** — No Brasil, não há mais escravos, dizem os nossos livros de História e os “estadistas” nacionais.

**ESTÁ CERTO** — Nas fazendas do nosso interior, informou Prestes, a Constituinte, em 23-5-946, o trabalhador brasileiro ainda é vendido — isto é facto — por dívidas. Muitas vezes, quando o fazendeiro precisa de um trabalhador, vai à fazenda de outro que tem trabalhadores endividados, paga-lhes as dívidas, e, sem consultá-los, leva-os para sua fazenda.

Isso é escravidão, por dívida. Isso acontece nos seringais, corrobora o deputado Francisco Pereira.

•

**ESTÁ ERRADO** — O comunismo foi implantado na Rússia, afirmou o deputado integralista e ignorante Gofredo Teles, de um golpe, num dado momento.

**ESTÁ CERTO** — V. Ex., esclarece pacientemente Prestes, está equivocado. A revolução ocorreu em 1917, e foi somente em 1929 que se iniciou, com o Primeiro Plano Quinquenal, a instauração das bases do socialismo. Lá não foi implantado o comunismo, porque na União Soviética isso não existe, e, sim, o socialismo; o comunismo é etapa superior do socialismo. Depois da revolução de 1917, só em 1929 se iniciou a construção das bases do socialismo.

# OS IMPOSTOS NA UNIÃO SOVIÉTICA

Pelo Professor M. BOGOLEPOV.

## I

### *O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE IMPOSTOS NA UNIÃO SOVIÉTICA*

Em outubro de 1917, com o desmoronamento do velho regime estatal da Rússia, deixou praticamente de funcionar o sistema de impostos até então em vigor. Por considerações práticas e de princípios, o antigo sistema de impostos não servia para o novo regime. O peso fundamental recaía sobre as classes populares, sobre os operários, camponeses e pequena burguesia urbana. Seu centro de gravidade era constituído pelos diversos impostos indiretos, que, no orçamento do Estado russo, de 1913, atingiram, juntamente com os impostos aduaneiros, 87 % das receitas oriundas de impostos. Na massa total das receitas oriundas de impostos indiretos, em 1913, a receita procedente de impostos sobre bebidas alcoólicas constituiu mais de 59 %.

Além desse defeito essencial, o sistema de impostos tsarista possuía ainda o de ser extremamente rígido. Os impostos indiretos eram geralmente levados ao limite máximo, ao passo que, contra o desenvolvimento dos impostos diretos, se opunham os interesses egoísticos das classes privilegiadas. Os impostos diretos eram aqueles que oneravam certas fontes de renda (terras, propriedades imóveis e industriais). Estes impostos não consideravam as rendas reais, mas as previstas pela taxaço. Por isso, não atingiam determinada parte da renda real, seu aumento, e as receitas extraordinárias obtidas durante situações de conjuntura econômica favorável.

Quando houve necessidade de cobrir as despesas da guerra de 1914, o velho sistema russo de impostos pôs em evidência, com a máxima clareza, sua total inconsistência e todas as suas debilidades.

Durante toda a guerra, o sistema de impostos não pôde destinar um único rublo para favorecer as despesas criadas por ela. A proibição de vender bebidas alcoólicas durante a guerra causou tamanho prejuízo às receitas do orçamento russo, que não pôde ser coberto durante toda a guerra, apesar de se tomarem diversas medidas e de se elevarem diversos impostos.

Num país em que as chamadas "classes sujeitas a impostos" já estavam sobrecarregadas antes da guerra e no qual as "classes isentas de impostos" — de acordo com a classificação oficial de então — eram invulneráveis aos impostos diretos, não existia aquilo que se convencionou chamar reserva de impostos do Estado. Todas as tentativas de impor uma contribuição geral sobre as rendas, que teria tornado consideravelmente mais flexível o sistema de impostos e toda a Fazenda russa,

caíram por terra diante da muralha de pedra da "imunidade" aos impostos desfrutada pelas classes dominantes.

A guerra trouxe, como consequência, um declínio na produção de artigos sujeitos a imposto indireto. Isso, de seu turno, repercutiu na diminuição das receitas correspondentes. Em 1916, o governo resolveu lançar um imposto sobre as rendas. Não obstante, essa lei nasceu morta e nunca chegou a ser aplicada.

Para dar uma idéia clara da trágica situação do velho sistema de impostos russo, é suficiente assinalar o grande papel que desempenharam durante a guerra os impostos indiretos noutros países, como, por exemplo, na Inglaterra.

Em verdade, ao novo Estado, que surgiu depois da Revolução de Outubro de 1917, restou uma única fonte financeira: a emissão do novo papel-moeda. Esta fonte, porém, quasi que já tinha sido esgotada pelo governo tsarista e pelo governo provisório que o substituiu durante breve espaço de tempo.

A nova Rússia era presa das chamas da guerra civil, que dividira o país enorme em diversas zonas sem ligação entre si. Essa situação foi consideravelmente agravada pela intervenção estrangeira. A economia nacional da Rússia já estava extraordinariamente esgotada e arruinada pela participação do país na primeira guerra mundial. A guerra civil e a intervenção estrangeira tornaram ainda mais aguda a ruína total da economia. A inflação monetária e a extraordinária queda da produção excluíam a possibilidade de organizar novo sistema de impostos, que correspondesse às novas tarefas e às novas condições sociais. A decomposição do sistema monetário levou logicamente à chamada "naturalização" das relações econômicas, o que reduziu ainda mais a já limitada esfera da circulação monetária.

Nessa época, foram promulgados os decretos do governo soviético sobre a nacionalização da indústria e dos bancos, sobre o monopólio do comércio exterior, do comércio do trigo, etc. Em meio a uma tremenda guerra civil, complicada com a intervenção estrangeira, o novo Estado foi erigindo os pontos de apoio fundamentais para a edificação de novo sistema econômico. Naturalmente, no transcurso desse processo, os impostos foram utilizados, na medida em que as possibilidades o permitiam, como instrumento de política econômica e geral. Não poderia ser muito grande a importância financeira dos impostos, especialmente no que se referia aos impostos em moeda corrente, tomando-se em linha de conta a extrema desorganização monetária.

Em compensação, a importância política dos impostos — que recaíam com todo seu peso sobre os restos dos elementos capitalistas — foi, por sem dúvida, considerável.

Dentre os impostos dessa época, convém assinalar o imposto extraordinário revolucionário, aplicado uma única vez. Esse imposto em nada afetava as camadas modestas da sociedade; dirigia-se, porém, diretamente, contra as pessoas que tinham conservado consideráveis recursos monetários. Outra medida de guerra foi o imposto em espécie sobre os produtos agrícolas, cujo objetivo era concentrar nas mãos do Estado os *stocks* de sobra do campo.

Os recursos econômicos e financeiros do novo Estado, no primeiro e mais difícil período de sua existência, procediam, fundamentalmente, da produção da indústria nacionalizada, do imposto em espécie, e eram completados pela emissão de papel-moeda. Essas fontes foram suficientes, durante aquele período, no qual era necessário apagar o fogo da guerra civil e consolidar a existência do novo Estado.

Os impostos em moeda corrente, e, entre eles, o imposto reformado sobre a renda, estabelecido em 1916, eram improdutivos, do ponto de vista financeiro, em virtude da espantosa depreciação da moeda. Por isso, em princípios de 1921, foi resolvida a cessação de seu recolhimento.

Assim, a legislação e a prática dos anos compreendidos entre 1918 e 1920, em matéria de impostos, podem ser consideradas como a pré-história do sistema de impostos atualmente em vigor na União Soviética. Mas os princípios fundamentais da política de impostos desse interessante e agitado período da história da União Soviética foram levados conseqüentemente à prática até chegarem à vitória e consolidação definitiva do novo sistema de relações políticas, do novo sistema da economia nacional.

Terminada a guerra civil (1920), o país soviético empreendeu o trabalho pacífico. A tarefa fundamental da política econômica do Estado soviético era restaurar a economia nacional, pôr em funcionamento as fábricas inativas, reparar inteiramente o sistema de transportes e o de serviços municipais, reanimar a atividade econômica das localidades rurais, que, durante a guerra civil, haviam caído no letargo das relações econômicas naturais e sofriam as conseqüências de seu isolamento das cidades e das fábricas.

Não é necessário dizer que o trabalho de restauração da economia nacional de um país, que atravessara os duros anos da primeira guerra mundial e da guerra civil subsequente, se desenvolvia em condições extraordinariamente difíceis. Ao cabo da guerra civil, a produção agrícola caíra para metade do que se produzira no ano de 1913. A produção da grande indústria era sete vezes menor do que a de antes da guerra.

A orientação geral da economia desenvolveu-se de acordo com o que não tardou a ser denominado "Nova Política Econômica". A nova política econômica (NEP), como a política do período da guerra civil, tinha por objetivo fundamental, no país soviético, uma economia e uma sociedade socialistas. Mudaram apenas os métodos, mas essa modificação exerceu grande influência nos impostos soviéticos.

O "comunismo de guerra" do período da guerra civil foi, do ponto de vista econômico, a política de uma fortaleza assediada. No período que estudamos, haviam-se transformado radicalmente as condições políticas. O novo Estado tinha consolidado suas posições e isto proporcionava-lhe a possibilidade de tomar medidas aplicáveis em toda a imensa extensão do país soviético.

No que se refere a impostos, a tarefa fundamental, realizada no glorioso e heróico período de restauração da economia, foi assegurar desenvolvimento acertado e normal da agricultura. Isso foi conseguido mediante transformação das relações entre os produtores de trigo e o Estado. O Estado substituiu o imposto que punha em suas mãos todos

os *stocks* de sobra da produção agrícola por um imposto moderado em espécie, que deixava parte considerável das sobras em poder dos produtores. Ao mesmo tempo, autorizou-se aos camponeses a venda livre dos produtos alimentícios que sobrassem nos mercados da cidade e do campo.

O Estado soviético impôs-se a tarefa de reduzir as proporções do imposto em espécie, adquirindo produtos alimentícios para as cidades, para o exército e para as fábricas, mediante sua livre troca por produtos industriais.

A venda livre de produtos agrícolas nos mercados locais pressupunha o comércio livre de artigos da indústria leve e da pequena produção artesã. Por isso, foi autorizada a produção livre nas pequenas empresas industriais e artesanais pertencentes a particulares. A circulação monetária foi penetrando gradativamente no campo, que recebeu estímulo para o aumento de sua produção agrícola.

A nova política econômica exerceu rápida influência na ampliação e aprofundamento da circulação monetária. Essa era uma premissa indispensável para a reforma monetária, projetada com a finalidade de criar uma moeda sólida e estável no país soviético. Por outra parte, o crescimento da circulação monetária e o desenvolvimento das relações monetárias possibilitaram a organização do novo sistema financeiro, que se apoiava então no imposto. A restauração dos impostos, além de seu objetivo puramente financeiro, exerceu grande influência nas relações monetárias, de vez que criou a procura de moeda para o pagamento de impostos, emprestando assim ao dinheiro a importante garantia tributária.

O sistema de impostos, implantado por volta de 1920-1921, deveria cooperar para o rápido desaparecimento da necessidade de emitir ininterruptamente enormes quantidades de dinheiro desvalorizado. Esse objetivo era tão fundamental e importante, que qualquer imposto em dinheiro que contribuísse para ele seria, indubitavelmente, com todos os seus defeitos, muito melhor do que o chamado "imposto sobre as emissões monetárias", que arruinava as relações econômicas. Para a restauração da economia, bem como para o sistema financeiro, tornava-se necessária, também, a existência de uma moeda firme. Estoutro objetivo foi atingido em 1924. Para o êxito da reforma monetária realizada nessa data contribuíram consideravelmente os novos impostos soviéticos.

Exteriormente, havia poucas inovações no sistema de impostos estabelecido durante o período da restauração: continuavam a existir impostos diretos e indiretos. Entre os impostos diretos, ressaltava em importância o imposto sobre a produção (*Trade Licence Tax*), ou imposto sobre o direito de comércio, que gravava as empresas comerciais e industriais do Estado e das cooperativas, bem como as de caráter privado.

Esse imposto já encerrava os germes do imposto fundamental atual do orçamento soviético, o "imposto de circulação", do qual nos ocuparemos adiante. O imposto sobre a produção consistia em duas partes: a licença para dedicar-se à produção ou ao comércio e uma contribuição especial, que representava certa percentagem do lucro total obtido com a venda

dos artigos, ou da soma do valor de venda das matérias primas invertidas e dos artigos fabricados.

A novidade implícita nesse imposto consistia em que seu volume se alicerçava na importância social da empresa. Para as empresas socialistas, a escala do imposto era inferior à aplicada às empresas capitalistas. Dentro de cada escala, tomava-se em consideração os coeficientes ordinários de rentabilidade das empresas.

O estabelecimento de impostos individuais diretos era muito mais complexo e difícil. Era preciso estabelecer-se alguns impostos individuais que pudessem abranger a massa da população da cidade e do campo. A experiência histórica demonstrava que, onde quer que o Estado se tivesse imposto essa tarefa, a solução era geralmente encontrada na forma de "capitação" (*Head Tax*).

O desenvolvimento dos diversos impostos indiretos permitiu aos Estados modernos renunciar à capitação, como aconteceu, por exemplo, na Rússia, durante a segunda metade do século XIX. Noutros países, os impostos *per capita* foram substituídos pelos impostos individuais sobre a renda. Mas, geralmente, ao se estabelecerem as normas de recolhimento dos impostos sobre a renda, fixa-se um volume bastante elevado de rendas pessoais não sujeitas a contribuição. Isso reduz consideravelmente o número de contribuições e, portanto, facilita grandemente o trabalho dos órgãos financeiros no que se refere ao recolhimento do imposto sobre a renda e à comprovação das declarações dos contribuintes a respeito de suas receitas individuais.

No país soviético, ao contrário, podem ser atingidos pelos impostos individuais os numerosíssimos cidadãos cujas receitas pessoais — produto de seu trabalho — não alcancem grandes proporções, como, por exemplo, os operários, camponeses, empregados e pessoas de profissões liberais. Essas camadas sociais constituem precisamente a base da sociedade soviética. Os elementos capitalistas, os restos e vestígios do velho regime, que viviam de rendas não provenientes de seu trabalho, foram privados de sua base econômica, perderam gradativamente o caráter de classe e dissolveram-se no meio social da população trabalhadora.

Ao principiarem, entretanto, o decênio de 1920-1930, esses elementos ainda representavam grandeza considerável. Foram autorizados a dedicar-se a atividades econômicas e obter rendas dessas atividades. Por isso, ao serem lançados os novos impostos, a política financeira precisava tomá-los em consideração.

Existia outra circunstância que tornava mais complexa a estrutura dos impostos nesse período. As empresas do Estado, que já eram numerosas em todos os ramos da economia nacional, foram colocadas em condições especiais com relação ao orçamento do Estado. Como essas empresas pertenciam ao Estado e eram dirigidas em seu nome, pareceria natural, à primeira vista, que os resultados de sua atividade (lucros e perdas) fossem registrados diretamente nos *itens* correspondentes do orçamento. Não obstante, esse procedimento impediria o estabelecimento, nas empresas do Estado, da organização mais apropriada para sua direção interna. A fim de evitar, tanto quanto possível, a burocratização

das empresas do Estado, elas receberam personalidade jurídica independente, com direito de iniciativa e independência econômica, bem como lhes foi permitido traduzir sua atividade em balanços próprios. Como semelhante solução do problema convertia as empresas do Estado em organizações não sujeitas ao simples reflexo de sua atividade no orçamento, elas foram gravadas com impostos diretos (de produção e sobre as receitas), a fim de serem ligadas ao orçamento do Estado (da União Soviética, das Repúblicas federadas ou dos Soviets locais, conforme sua dependência administrativa).

Em virtude desses princípios, o sistema de impostos, implantado pelo Estado soviético nessa época, no período da nova economia política, é um complexo de diversos impostos. Sua estrutura refletia, de um lado, a multiplicidade de formações econômicas daquele tempo, e, de outro, o objetivo da política econômica e social geral do período: apoio ao novo regime social, em detrimento das forças hostis a ele.

No imposto sobre a produção, foi necessário tomar-se em linha de conta uma imensa quantidade de pequenas e reduzidas empresas particulares, especialmente no comércio. A tarefa de varrer essas "teias de aranha" coube às cooperativas de produção, e em especial às de consumo, cujo rápido crescimento reduzia economicamente o campo de atividade do "capital privado". O problema dos impostos, neste terreno, foi resolvido pela fixação de seu volume na base dos sinais externos de rentabilidade das empresas.

No campo da aplicação de impostos diretos sobre as rendas individuais da população, a tendência geral foi, desde o princípio, orientada no sentido do estabelecimento de impostos específicos sobre a população urbana e rural, respectivamente. Essa política conserva-se imutável até os dias de hoje.

O traço característico comum aos impostos urbano e rural é a tendência da legislação a fixá-los considerando o mais exatamente possível as receitas reais dos cidadãos.

Na fixação dos impostos sobre as receitas da população urbana, o problema reduz-se ao seu estabelecimento de maneira equitativa, que corresponda efetivamente às possibilidades de pagamento dos cidadãos. A ação do imposto recai, fundamentalmente, sobre as receitas dos consumidores. Em compensação, no campo, ao fixar o imposto direto, manifesta-se no legislador — além do desejo de estabelecê-lo de maneira equitativa — a tendência de utilizá-lo como instrumento de política econômica. A população rural percebe suas receitas do trabalho na agricultura. Da estrutura do imposto, depende, até certo ponto, a orientação da atividade agrícola. No campo, em matéria de impostos, desempenham o papel fundamental as vantagens ou facilidades estabelecidas para estimular o desenvolvimento destes ou daqueles ramos da agricultura.

Em 1922, foi introduzido, nas localidades urbanas, um imposto sobre a renda e a propriedade, que estabelecia as seguintes categorias de contribuintes entre as pessoas físicas: 1.<sup>a</sup>, aquelas cujas receitas provêm de seu trabalho individual assalariado; 2.<sup>a</sup>, aquelas que as obtêm de seu trabalho individual não assalariado; e 3.<sup>a</sup>, as pessoas que vivem de rendas não obtidas por seu trabalho.

Até os derradeiros anos do decênio de 1920-1930, o grupo mais numeroso da população da União Soviética era constituído pelas pessoas compreendidas na segunda categoria, isto é, pelas que obtinham suas rendas como resultado de um trabalho individual não assalariado. O núcleo fundamental desse grupo encontrava-se no campo, eram as massas de milhões de camponeses individuais. Na cidade, constituíam-no os artesãos não integrados nas organizações cooperativas. Em 1928, esse grupo social constituía os 82,9 % da massa total da população.

O segundo lugar era ocupado pelo grupo dos trabalhadores assalariados (operários e empregados), que constituíam os 17,3 %. Finalmente, a terceira categoria de contribuintes, atingidos pelo imposto individual, constava apenas de 4,5 % da população. O núcleo fundamental deste grupo era igualmente constituído pelos camponeses que exploravam o trabalho alheio nos serviços de suas fazendas.

Nessa época, os camponeses kolkozianos e os artesãos reunidos em cooperativas constituíam apenas 2,9 %. A parte restante da população (2,4 %) era composta de estudantes, pensionistas e militares, tanto vale dizer: pessoas não atingidas pelos impostos diretos.

Dos dados acima, depreende-se que as maiores dificuldades técnicas encontradas, para aplicar os impostos diretos sobre uma base nova, não residiam na cidade, mas no campo.

A posterior evolução da composição social da população urbana foi motivada pelo rápido desenvolvimento da indústria e do comércio do Estado, bem como pelo progresso das cooperativas de produção e de consumo.

As organizações cooperativas receberam do Estado toda espécie de auxílio, bem como diversos privilégios. O resultado desse processo foi o rápido crescimento da parte da população que obtinha suas receitas do trabalho assalariado nas empresas socialistas. De outra parte, o capital privado foi rapidamente cedendo as posições que ocupava no terreno da pequena indústria e do comércio. Em 1934, os operários e empregados já constituíam 28,1 % da população. A categoria de pessoas cujas rendas não eram fruto de seu trabalho baixou para uma percentagem insignificante, constituindo apenas 0,1 %.

Semelhante modificação da estrutura da população urbana facilitou consideravelmente as tarefas técnicas da direção da Fazenda na organização do imposto urbano sobre as rendas e, especialmente, no que se refere ao seu recolhimento. A entrega do salário por folhas de pagamento, e o desconto em folha do imposto sobre a renda, transformaram-se em premissas constantes da aplicação do imposto sobre a renda. O desconto em folha permitiu repartir o pagamento do imposto em doze mensalidades, o que constituiu grande facilidade para os contribuintes.

Cumprе assinalar que os empregados e operários das instituições e empresas do Estado, encravadas em localidades rurais, estavam e continuam sendo sujeitos ao imposto urbano sobre a renda.

A organização do imposto direto era muito mais complexa no campo, cuja população obtém a renda fundamental da agricultura.

Na ocasião em que foi estabelecido o novo sistema de impostos, conservavam-se ainda, no campo, bastantes restos do recente e transitório

retorno às relações naturais. Como foi dito linhas atrás, o imposto em espécie, durante o período da guerra civil, foi estabelecido na base dessas relações. Posteriormente, foram estabelecidos vários pequenos impostos, que abrangiam diversas fontes de renda agrícolas e compreendiam diferentes camadas da população rural.

Em 1923, fez-se uma tentativa para simplificar e melhorar os impostos rurais. Daí para cá, a tendência à maior simplificação possível, no sistema de impostos soviéticos, converteu-se no traço característico constante da política tributária soviética.

Por decreto de 10 de maio de 1923, foi estabelecido o imposto agrícola para a população rural. Esse imposto vinha em substituição de todos os impostos diretos que incidiam sobre o camponês. Como unificava todas as demais contribuições previstas pelo orçamento do Estado e que deveriam ser cobertas pelos camponeses, recebeu a denominação de "imposto único". Desde que foi estabelecido, o imposto único agrícola desempenhou importantíssimo papel como instrumento da política social e econômica do Poder Soviético no campo. Por isso, como consequência das célebres modificações da situação e dos progressos radicais que se operaram na agricultura e no trabalho agrícola, a estrutura do imposto em questão sofreu constantes alterações.

A primeira forma do imposto único agrícola ainda fazia concessões ao sistema de relações naturais. O imposto não era fixado em rublos, mas em unidades naturais (trigo, centeio, etc.) Estava previsto o pagamento em espécie, mas, não obstante, era concedido aos contribuintes o direito de satisfazê-lo em espécie ou em dinheiro, conforme a equivalência de antemão estabelecida.

Não se fez demorar, entretanto, a transformação do imposto agrícola num imposto tipicamente monetário; para isso contribuiu a reforma da moeda, realizada em 1924, que estabilizou o rublo.

Em suas primeiras variantes, o imposto agrícola apoiava-se num sistema de factores externos, que determinavam a solvência das diferentes fazendas (a quantidade de terra e de gado, o número de operários e de bôcas, etc.) A fim de conseguir a máxima individualização possível nas condições existentes, as tarifas do imposto, para as diferentes zonas, eram estabelecidas por via legislativa, tomando-se em consideração as particularidades econômicas de cada zona. Existiam várias centenas de tarifas. Como é natural, tratava-se dos primeiros passos no sentido do estabelecimento de um imposto que se deveria ajustar, o mais exata e concretamente possível, às receitas reais das fazendas camponesas individuais.

O período da nova política econômica nada mais foi, em essência, do que a etapa de transição entre o velho sistema da economia nacional, destruído pela revolução de outubro, e o novo sistema econômico. Não estava muito distante o dia em que os restos do velho regime econômico deveriam passar para os arquivos da história, a fim de ceder o posto ao novo regime vitorioso. Por essa razão, o sistema de impostos, implantado no decênio compreendido entre 1920 e 1930, deveria, necessariamente, tornar-se bem depressa antiquado, o que veio servir de base para uma radical reforma do sistema de impostos.

Como consequência do rápido desenvolvimento das empresas do Estado em todos os ramos da indústria, do crescimento dos elementos cooperativos no comércio e da penetração dos princípios cooperativos no seio das fazendas camponesas individuais, não demorou a desaparecer da estrutura econômica da União Soviética o caráter multifórmico a que acima nos referimos. Com ele, desapareceu também a necessidade de semelhante multiplicidade de impostos.

Cerca de 1930, estavam, todavia, ainda em plena vigência várias dezenas de diferentes impostos, entre os quais apenas mui poucos eram importantes. Cerca de 80 % da receita total procedente dos impostos provinham da indústria do Estado. No capítulo do orçamento, dedicado à receita, o volume da contribuição das pessoas físicas representava cifra reduzidíssima. Diante dessa situação, amadureceu a idéia de realizar uma grande reforma, que deveria adaptar a estrutura dos impostos às novas condições sociais e econômicas.

## II

### O ATUAL SISTEMA DE IMPOSTOS

Em seus traços fundamentais, o atual sistema de impostos da União Soviética é o resultado da reforma realizada em 1930. As modificações e complementos posteriores atingiram fundamentalmente os aspectos técnicos, mas não alteraram os princípios em que se assentava.

Durante o período relativamente curto de vigência do sistema de impostos implantado com urgência ao se iniciar o decênio de 1920-1930, pôde observar-se que, como consequência do rápido desenvolvimento das empresas socialistas (de Estado e cooperativas), que cresciam em grandeza, quantidade e importância, a massa fundamental da receita nacional era fornecida precisamente por essas empresas. O principal papel era desempenhado pelas empresas do Estado, especialmente pela indústria. Dêsse facto fundamental, partiram os raciocínios dos especialistas e as conclusões a que se chegou foram devidamente aproveitadas na reforma tributária de 1930.

Se a massa fundamental da receita nacional era proporcionada pelas empresas socialistas, o orçamento do Estado deveria alimentar-se, naturalmente, de seus recursos. A tarefa da política financeira baseava-se, pois, na acumulação desses recursos da maneira mais conveniente. Nesse caso, o sistema de finanças deveria realizar função mais simples do que a de recolher os impostos sobre as rendas individuais dos cidadãos. Quando se recebem os impostos das receitas individuais, o sistema financeiro, além de realizar a função de acumulação dos recursos orçamentários, intervém ativamente nos complexos e delicados processos de distribuição da receita nacional.

No que diz respeito às empresas do Estado, o problema da absorção de suas acumulações (a diferença entre o preço de custo da produção e seus preços de fábrica) é resolvido de maneira simples: como todas as

acumulações dessas empresas pertencem ao Estado, poderiam passar diretamente para o orçamento. Isso é o que acontece nos Estados estrangeiros, nos quais as escassas empresas de Estado constituem a categoria de receitas orçamentárias que não procedem de impostos.

Mas essa forma direta de incorporação das receitas das empresas de Estado no orçamento, em que pese à sua sedutora simplicidade, apenas dá bons resultados quando é aplicada a determinadas empresas de Estado, tais como as Estradas de Ferro, Correios ou Telégrafos. Quando se trata de empresas industriais, esse método está muito longe de ser conveniente, já que impede o estabelecimento de um sistema flexível e responsável de direção dessas empresas. Esse método restringe a independência econômica e limita a responsabilidade dos diretores das empresas industriais de Estado. Por essa razão, mesmo nos Estados estrangeiros, as grandes empresas industriais de Estado com frequência não são incluídas no orçamento geral do Estado e possuem orçamento próprio, que se liga com o fundamental por intermédio dos saldos.

Antes da reforma de 1930, as empresas soviéticas de Estado, como todas as demais, pagavam os mais variados impostos e, depois de realizarem o balanço anual, contribuía para o orçamento, sob diversos títulos, com as partes livres de seus lucros. A reforma de 1930 partiu do reconhecimento da falta de necessidade dessas ligações multiformes das empresas estatais com o orçamento do Estado. Reconhecia-se, não obstante, ao mesmo tempo, que a assimilação do acúmulo das empresas do Estado por meio de imposto era extraordinariamente cômoda, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista da organização econômica e do controle. O imposto pode facilmente servir como instrumento da política econômica.

Mas os impostos aplicados às empresas do Estado com a finalidade de assimilar a acumulação delas diferenciavam-se, naturalmente, dos que recaíam sobre as receitas individuais ou sobre as empresas particulares. Essas duas categorias de imposto tinham em comum apenas a forma e a denominação. Sua natureza econômica e sua importância social eram completamente diferentes.

Assim, a reforma de 1930 estabeleceu dois grupos absolutamente independentes de impostos soviéticos. Como é natural, num Estado que, de ano para ano, ampliava intensamente a esfera de sua atividade industrial e econômica, os resultados dessa atividade não somente passaram a ocupar o lugar central do orçamento, mas se transformaram também na fonte fundamental e predominante de suas receitas. Por sua vez, os impostos que incidiam sobre as receitas individuais foram reduzidos a modesta fonte complementar.

A grande variedade de ramos da economia nacional, nos quais existem empresas do Estado, e as diferentes particularidades específicas que os distinguem, poderiam ter levado à implantação de diversos impostos independentes, que canalizassem para o orçamento as acumulações das empresas do Estado. O legislador optou, não obstante, por duas formas fundamentais: o "imposto de circulação" e o desconto e inclusão no orçamento de parte do saldo dos lucros dessas empresas.

A diversidade de condições dos ramos da economia nacional é tomada em linha de conta na estruturação dos impostos, nos prazos fixados para seu recolhimento, em suas tarifas, etc. O imposto de circulação, por sem dúvida — comum a todos os ramos — padece de certa complexidade, mas regulamentada com firmeza e precisão os laços financeiros das empresas do Estado com o orçamento estatal. Dez anos de experiência em sua aplicação — desde que foi estabelecido até a eclosão da guerra contra a Alemanha fascista — demonstraram que, nesse método de absorpção do acúmulo das empresas do Estado, o sistema financeiro soviético encontrou instrumento seguro e factor útil para influir na atividade dessas empresas.

A assimilação da acumulação das empresas do Estado através do imposto de circulação e dos descontos sobre o saldo dos lucros constitui sistema que não foi ditado por considerações financeiras mas tão somente por motivos de política econômica. O imposto de circulação, pagavel dentro de um prazo determinado a partir do momento em que a produção era despachada das empresas — por exemplo: um mês — não assimilava toda a acumulação dessas empresas, mas apenas a parte fundamental e indiscutível de suas acumulações. O resto era acusado pelos balanços das empresas e constituía seu lucro. Dessa maneira, a tarifa do imposto de circulação de um ramo ou empresa dados determina, de antemão e até certo ponto, seu nível de rendosidade. Essa tarifa, porém, não determina plenamente esse nível. A empresa, ao executar seu plano de trabalho, procura administrar da melhor maneira e, da forma mais vantajosa, reduz o preço de custo de sua produção e pode obter lucros superiores aos estabelecidos em seu orçamento. No balanço final, o lucro dessa empresa pode ser superior ao previsto pelo plano. Sobre esse balanço, afinal, a empresa deverá realizar descontos que se destinarão ao orçamento. Acerca deste ponto, cumpre assinalar que, até a eclosão da guerra, vigorava uma regra segundo a qual a metade dos lucros obtidos a mais dos previstos pelo plano ficavam à disposição da empresa e eram invertidos em suas próprias necessidades de produção, bem como para melhorar as condições de vida dos operários e empregados.

Existe outra razão em virtude da qual não seria conveniente acolher todo o lucro da empresa no orçamento. Quase todas as empresas do Estado têm necessidade de aumentar anualmente os fundos da circulação. Esse aumento é previsto nos planos das empresas. Os meios necessários para esse aumento devem ser fornecidos pelo proprietário da empresa, ou, seja, no caso que consideramos, pelo Estado.

A fim de evitar desnecessários traspasses de dinheiro das empresas para o orçamento e vice-versa, foram estabelecidas condições especiais de desconto do saldo dos lucros para o orçamento.

Quando, no transcurso de um ano, determinada empresa deve realizar grandes inversões de seus fundos fundamentais e de circulação, contribui para o orçamento com apenas 10 % de seus saldos dos lucros. Os restantes 90 % são invertidos no cumprimento do plano de trabalhos de ampliação ou de reparação fundamental da empresa. Quando, ao contrario, a empresa não é ampliada e não tem necessidade de aumentar os fundos

de circulação, contribui para o orçamento com 81 % do saldo dos lucros, ficando à sua disposição os restantes 9 %.

O nível de rentabilidade da empresa, as tarifas do imposto de circulação e as proposições dos lucros planejados não são arbitrários. Tudo isso depende de duas grandezas fixadas pelo plano do Estado para o desenvolvimento da economia nacional. Nesse plano, são fixados os preços da produção entregue pelas empresas do Estado, bem como o preço de custo dessa produção. Entre esses dois extremos, são estabelecidos o imposto de circulação e o imposto sobre o lucro. A relação entre o volume do imposto e o do lucro é determinada por considerações gerais de ordem econômica, e por motivos específicos de política administrativa, relativamente a cada ramo de indústria em particular. É possível que haja casos nos quais exista grande diferença entre o preço por atacado e o preço de custo da produção. Nesses casos, as tarifas do imposto de circulação serão equilibradas de tal maneira, que permitam ao lucro das empresas do ramo de indústria em questão permanecer no nível normal. É o caso, por exemplo, das destilarias de álcool e das fábricas de fumo.

Noutros casos, os preços de produção de certos ramos da indústria, como, por exemplo, na indústria pesada, estão muito próximos do preço de custo. Então, o imposto de circulação estabelecido é muito baixo, ou, literalmente, não existe. Por outras palavras: as relações financeiras que existem entre o orçamento do Estado e suas empresas são determinadas pela política de preços, que soluciona as diferentes e complexas tarefas da política econômica e social. O imposto de circulação submete-se, em todos os casos, a essa política. Em que pese as modificações introduzidas nos sistemas de preços do Estado, é conservada a tendência a uma rentabilidade normal. Quando se elevam os preços, o imposto de circulação, em geral, aumenta. Quando os preços diminuem, o imposto também declina, ou é completamente suprimido. E, assim, o imposto de circulação constitui eficientíssimo instrumento da política de preços, que é garantida por sua própria e necessária flexibilidade e capacidade de funcionar elasticamente.

As modificações que sofrem as tarifas do imposto de circulação não têm conexão fundamental com o orçamento, mas, sim, com a política de preços. Essa conexão manifesta-se também noutro sentido.

A predominância da produção do Estado na massa total da mercadoria determina o nível geral dos preços em todo o país, bem como nos diferentes ramos da indústria. Em virtude disso, a produção da indústria cooperativa é vendida pelos mesmos preços por que se vende a produção da indústria do Estado. A atividade das cooperativas está invertida fundamentalmente em ramos tais como a indústria leve e alimentícia. Nesses mesmos ramos, concentra-se a massa fundamental das acumulações da indústria do Estado. A indústria pesada proporciona à indústria leve e alimentícia: máquinas, ferramentas, combustível, transporte e energia elétrica por preços tão baixos, que se aproximam grandemente dos preços de custo. Isso barateia a criação de novas empresas e a ampliação das antigas, bem como faz diminuir o custo de produção nos ramos da indústria leve e alimentícia. Ao mesmo tempo, permite o estabelecimento de

preços mais elevados sobre a produção destes últimos ramos de indústria. Nesses preços, é realizada a acumulação que deveria ter sido produzida na indústria pesada, mediante preços mais elevados. Como consequência, a política de rebaixamento de preços na indústria pesada, e de aumento deles noutros ramos, assegura o nível de acumulação previsto pelo plano para toda a indústria do Estado.

Mas a unidade de preços da produção industrial, independentemente de suas fontes de origem, produziria lucros excessivos na indústria cooperativa. Esses lucros seriam consequência do sistema de preços sobre a produção da indústria pesada e de outros ramos industriais.

A fim de evitar esse fenómeno, que poderia criar desigualdade completamente injustificada, do ponto de vista económico, na situação de duas esferas da indústria socialista, foi ampliada a ação do imposto sobre a circulação para a indústria cooperativa.

Considerando-se, entretanto, que a indústria cooperativa é constituída por empresas menores e, que, em virtude disso, produzem por preços de custo superiores, bem como o facto de que frequentemente emprega matérias primas de qualidade inferior, as tarifas do imposto de circulação, sobre sua produção, são estabelecidas em nível mais baixo (cerca de 15 %).

Os fundos obtidos com a aplicação do imposto de circulação e do desconto sobre os lucros constituem a massa fundamental das receitas do orçamento do Estado e são destinados à cobertura das despesas das empresas do Estado, bem como dos gastos provocados pela atividade cultural e social e pelas necessidades da defesa. Durante o período do segundo plano quinquenal, por exemplo (1933-1937), o imposto de circulação e os descontos sobre o lucro das empresas do Estado produziram um total de cerca de 283 bilhões de rublos. Durante o mesmo período, as inversões estabelecidas pelos orçamentos, e realizadas nos diversos ramos da indústria do Estado — incluídas as indústrias municipais ou locais — elevaram-se a um total de 181 bilhões de rublos. A diferença entre essas duas importâncias — 102 bilhões de rublos — foi invertida noutras necessidades essenciais do país.

Os lucros das empresas industriais cooperativas não estão sujeitos a descontos diretos, uma vez que constituem propriedade das organizações cooperativas. Em razão disso, a participação das organizações cooperativas, de acordo com suas possibilidades, nas despesas que o Estado realiza com finalidades de utilidade geral, efetua-se por intermédio de um imposto especial sobre as receitas das empresas cooperativas. Assim, a categoria de impostos a que estão sujeitas as empresas da economia socialista conta com este novo factor do sistema geral de impostos da União Soviética: o imposto sobre as receitas das empresas cooperativas. Essa é uma consequência da dupla base da economia socialista, na qual figuram empresas de Estado e empresas cooperativas.

Dentre as empresas do Estado, corresponde lugar especial às grandes explorações agrícolas tritícolas e de gado que pertencem ao Estado. Essas empresas são conhecidas pelo nome de sovrózkos (fazendas soviéticas).

Apesar da estrutura da produção agrícola possuir particularidades que dificultam a aplicação mecânica do imposto de circulação aos seus

ramos, essas "fábricas de grãos e de carne" foram, contudo, desde 1937, submetidas ao pagamento do imposto de circulação ao despachar sua produção. Por outro lado, a massa fundamental da produção agrícola, que procede das fazendas coletivas ou individuais de camponeses, não está sujeita ao imposto de circulação. Os impostos que incidem sobre as fazendas coletivas de camponeses são heterogêneos e sua distribuição é bastante complexa. Por essa razão, as fazendas coletivas de camponeses (*kolrózes*) estão sujeitas a um imposto especial sobre as receitas.

Assim, pois, o primeiro grupo de impostos soviéticos que recaem sobre a agricultura coletivizada (do Estado ou cooperativa) é constituído pelo imposto de circulação e por dois impostos especiais sobre as receitas.

A esse grupo vieram reunir-se posteriormente dois outros impostos, que completaram o sistema do imposto de circulação. Este último recai sobre a circulação de mercadorias, mas não atinge certa classe de mercadorias de natureza específica, constituída pelas chamadas "mercadorias-serviços". Essas "mercadorias-serviços" (os trabalhos realizados nos *ateliers* de fotografia e de costura, nas barbearias, etc.) estão sujeitas a uma variedade especial do imposto de circulação. Os cinemas também se enquadram num sistema especial semelhante de impostos.

Todos os impostos mencionados, aos quais estão sujeitas as empresas socialistas, têm, como complemento, os impostos aduaneiros, que se baseiam no monopólio do comércio exterior pelo Estado. Completa-se a enumeração total desses impostos se acrescentarmos a estampilhagem com selos do Estado, que é satisfeita pelas empresas e instituições, bem como por particulares, no que se refere a documentos oficiais ou ao registo de alterações e modificações do estado civil.

A reforma dos impostos, realizada em 1930, impôs-se como tarefa fundamental a reorganização radical dos liames financeiros da economia socialista com o orçamento do Estado. A reforma atingiu, concomitantemente, os impostos e entradas com que os cidadãos da União Soviética contribuem para o orçamento.

Como resultado da multifária composição social da população — herança da época pré-revolucionária — os impostos, que traduzem a contribuição dos cidadãos para o orçamento, eram bastante numerosos, predominando entre eles os pequenos impostos. A política de impostos do período inicial da nova política econômica tinha-se imposto como uma de suas tarefas o regulamento dos processos de acumulação em poder dos particulares e a cooperação com as tendências progressistas, na constituição da nova sociedade, que excluía a exploração do homem pelo homem. Ao iniciar-se o decênio compreendido entre 1930 e 1940, a composição social da população do imenso país soviético, como tivemos oportunidade de dizer linhas atrás, já oferecia o aspecto de um organismo homogêneo, de uma sociedade que vivia de seu trabalho. Duas classes fundamentais — operários e camponeses — e a intelectualidade trabalhadora delas procedente, passaram a constituir a sociedade soviética. Isso permitiu simplificar, considerável e essencialmente, tanto a estrutura dos impostos diretos quanto suas tarefas e objetivos sociais e políticos.

Depois da reforma realizada em 1930, permaneceram apenas três impostos diretos dos que constituíam sua antiga multiplicidade: o imposto urbano sobre a renda, o imposto agrícola no campo e um imposto especial — recolhido na cidade e no campo — sobre as receitas, e que se destinava às necessidades de construção de casas de moradia e à manutenção de serviços públicos e culturais. Posteriormente, esse terceiro imposto fundiu-se com os outros dois.

Durante a guerra patriótica, os impostos diretos foram completados por impostos especiais, com os quais nos ocuparemos adiante.

Além desses três impostos fundamentais sobre as receitas da população, a reforma conservou em vigor o imposto sobre a herança (que, posteriormente, foi substituído por uma apólice do Estado), os impostos locais sobre propriedades com ou sem edifícios, as contribuições sobre a venda nos mercados, sobre os meios de transporte e sobre o gado. Esses impostos complementares têm muito pouca importância orçamentária.

A Constituição Soviética, aprovada e promulgada a 5 de dezembro de 1936 pelo VIII Congresso Extraordinário dos Soviets da União Soviética, estabeleceu (art. 14, alínea L) importantíssimo princípio orientador da política soviética de impostos. Os impostos que afluem aos orçamentos de toda a União Soviética, das Repúblicas da União e dos Soviets locais, são estabelecidos exclusivamente pelos órgãos legislativos supremos da União Soviética. Com isso, a Constituição consolidou definitivamente o princípio fundamental da política soviética de impostos, que, aliás, já era mantido antes da aprovação da Constituição.

A prerrogativa dos órgãos legislativos supremos da União Soviética no estabelecimento de impostos para todas as esferas administrativas assegura a unidade do plano econômico do Estado no que se refere à distribuição da receita nacional. Os orçamentos das Repúblicas federadas e dos órgãos de administração local — os Soviets locais — não ficam em situação esquerda em virtude dessa disposição constitucional. Os balanços dos orçamentos das Repúblicas federadas e o balanço dos orçamentos locais são refletidos pelo balanço geral do orçamento da União Soviética. E' interessante assinalar que a falta de fundos no orçamento de algumas Repúblicas, ou dos Soviets locais, é coberta com os fundos do Estado, no caso de ser reconhecida sua necessidade e em harmonia com o plano geral do orçamento. Por essa razão, os orçamentos de todas as categorias são comprovados por balanço positivo, o que suprime a necessidade de elevar as tarifas dos impostos existentes ou criar impostos novos nalgumas regiões do país. A unidade do regime de impostos é mantida em toda a sua integridade e intangibilidade.

Antes da eclosão da guerra, os impostos diretos que incidiam sobre as receitas obtidas pela população como resultado de seu trabalho estavam organizados em condições vantajosas, que asseguravam a constante elevação do bem-estar material dos cidadãos. Isso não era conseguido apenas por intermédio da prolongada estabilidade das tarifas tributárias, mas também por meio de numerosos privilégios concedidos a diversos grupos de contribuintes. A progressão limitada nas escalas dos impostos cedeu lugar, em muitos casos, a uma simples proporção, o que serviu de

estímulo da tendência geral de se obter maior qualificação no trabalho, com mais vantagens do que se obteria com mero aumento de salários. Essa circunstância foi especialmente importante, desde que se considere o amplo desenvolvimento do movimento starranovista, em prol da elevação da produtividade do trabalho, mediante aperfeiçoamentos técnicos, e da racionalização dos processos de trabalho. Isso também serviu de estímulo para o recrutamento da emulação socialista entre as fábricas, entre os kolróses e entre as diferentes regiões econômicas, a fim de se obter melhores resultados na produção e no cumprimento ou superação dos planos econômicos. Ao mesmo tempo, a moderação dos impostos sobre as crescentes receitas estimulou o desenvolvimento dos inventos e inovações em todos os campos da arte e da ciência.

Em que pese o crescimento geral de todas as receitas orçamentárias da União Soviética, crescimento que, durante o período do segundo plano quinquenal, chegou a cerca de 144 %, as receitas do orçamento, procedentes dos impostos que incidiam sobre a população, elevaram-se em cerca de 35 %. Isso é prova evidente da tendência a não aumentar os impostos que recaem diretamente sobre as receitas individuais. A despeito disso, o crescimento das receitas da população assegurou a firme ascensão das receitas orçamentárias procedentes dos gravames a que estavam sujeitas as receitas da população.

Por exemplo: em 1936 — na base das mesmas tarifas do ano anterior — as receitas orçamentárias procedentes dos impostos que recaíam sobre as receitas individuais elevaram-se para 3 bilhões e 800 milhões, contra 3 bilhões e 200 milhões do ano fiscal de 1935.

Semelhante utilização das possibilidades econômicas da população do país, continha em si a firme possibilidade de se elevarem os ônus dos impostos quando fosse exigido do Estado e da população tornar tensas todas as suas forças e meios para a defesa contra o inimigo exterior, que ameaçava a liberdade e a democracia no mundo inteiro.

### III

## O LUGAR DOS IMPOSTOS NO ORÇAMENTO

Do exposto, depreende-se que, em perfeita consonância com a natureza do sistema econômico socialista, a massa fundamental das receitas do orçamento da União Soviética é obtida das receitas das empresas socialistas. Neste caso, o sistema financeiro limita seu papel a concentrar simplesmente a acumulação nessas empresas. A função distribuidora do sistema financeiro, no que se refere às receitas individuais, função que desempenha papel fundamental nos orçamentos dos Estados de outra estrutura econômico-social, tem, nas condições do socialismo, importância subalterna e apenas constitui fonte complementar de receita.

Essa tese geral pode ser ilustrada com dados da estatística orçamentária da União Soviética, o que, ao mesmo tempo, esclarecerá o lugar que os impostos ocupam no orçamento soviético.

Em 1937, quando chegou ao fim a realização do segundo plano quinquenal — que consolidou definitivamente o sistema socialista da economia e enriqueceu com novas e fabulosas inversões seus fundos fundamentais — as receitas e acumulações da economia socialista constituíam, no orçamento da União Soviética, 91,9 % de todos os fundos do orçamento (cujo balanço geral era de 104 bilhões de rublos).

As contribuições obrigatórias e voluntárias da população constituíam os restantes 8,1 %.

Essa relação entre as duas fontes fundamentais de receita do orçamento conservou sua estabilidade durante todo o período posterior. Por exemplo: o orçamento da União Soviética (incluindo o orçamento geral do Estado, os das Repúblicas federadas e os dos Soviets locais) apresentava, em 1941, a seguinte relação entre ambas as fontes: as receitas e acumulações da economia socialista contribuía com 89 %; as contribuições obrigatórias e voluntárias da população atingiam os restantes 11 %. O balanço do orçamento consignava 177 bilhões e 500 milhões de rublos.

As receitas e acumulações das empresas socialistas afluem ao orçamento por intermédio dos impostos e do desconto direto de determinadas partes do saldo dos lucros. Esses descontos sobre o saldo dos lucros podem ser considerados como receitas não procedentes de impostos. A esse mesmo grupo pertencem algumas outras receitas procedentes da economia socialista, como, por exemplo, as do fundo florestal, dos seguros e outras.

No segundo plano quinquenal, a massa fundamental das receitas orçamentárias, durante o período, constituiu um total de 302 bilhões de rublos. Dessa importância, 265 bilhões e 600 milhões de rublos, ou seja cerca de 88 %, procediam do imposto de circulação (258 bilhões e 400 milhões de rublos), e 7 bilhões de rublos procediam de impostos que incidiam sobre as receitas dos kolrózes, soverrózes e organizações cooperativas, bem como dos impostos que recaíam sobre operações não comerciais. Convém assinalar que, durante os cinco anos compreendidos entre 1933 e 1937, as receitas procedentes do imposto de circulação quasi triplicaram, enquanto que as procedentes de gravames que oneravam as receitas das organizações cooperativas apenas duplicaram. Isso demonstra a situação privilegiada em que se desenvolve o sector cooperativo da economia socialista.

Nos últimos três anos anteriores à guerra (1938-1940), foi mantida a relação existente entre as receitas orçamentárias procedentes das duas fontes fundamentais — economia socialista e população — mas a situação das receitas procedentes de impostos que incidiam sobre as receitas da economia socialista, ou que eram recolhidos de fundos desta por outros canais, sofreu certa modificação. Da massa total das receitas orçamentárias desses três anos que antecederam a guerra (450 bilhões e 200 milhões de rublos), 65,3 % (294 bilhões e 200 milhões de rublos) procediam do imposto de circulação e dos impostos que recaíam sobre as empresas cooperativas socialistas, ao invés dos 87,9 %, procedentes dessas mesmas fontes no quinquênio anterior. A diminuição do peso específico

das receitas dessa categoria estava relacionada com o rápido crescimento das receitas orçamentárias procedentes do desconto sobre os lucros das empresas do Estado. Com efeito, durante o quinquênio compreendido entre 1933 e 1937, esses descontos proporcionaram um total de 24 bilhões e 200 milhões de rublos, importância que se duplicou durante os três últimos anos anteriores à guerra, contribuindo com um total de 48 bilhões de rublos. As enormes inversões realizadas, o constante desvôlo dos poderes públicos no sentido de melhorar a estrutura da produção e da direção das empresas a experiência acumulada e a preparação de magníficos operários industriais (o movimento starranovista, etc.), começaram a produzir palpáveis resultados financeiros.

As contribuições obrigatórias da população, isto é, o imposto sobre as receitas da população urbana, e o imposto equivalente, recolhido da população agrícola, cujas receitas são de caráter semelhante ao da população urbana; o imposto agrícola e o imposto especial, que se destinam às necessidades de construção de casas de moradia e à manutenção de serviços públicos e culturais, proporcionaram, no transcurso do segundo plano quinquenal, ao orçamento, 17 bilhões e 300 milhões de rublos, e, durante os três últimos anos que precederam a guerra — quando o terceiro plano quinquenal era realizado com êxito — essa importância ascendera para 22 bilhões de rublos. No primeiro caso, essas receitas constituíam 5,7 % da massa total das receitas orçamentárias. No segundo caso, constituíram 5 %.

Essa reduzida percentagem dos impostos que recaem sobre as receitas individuais constitui a demonstração de sua relativa insignificância; isso deixa margem, na economia individual da população, para cobrir os empréstimos do Estado, que abrangem a maioria esmagadora da massa dos cidadãos soviéticos. Por suas proporções, as receitas procedentes desses empréstimos equivalem às procedentes dos impostos diretos. Por exemplo: durante o período do segundo plano quinquenal, as receitas oriundas dos empréstimos cobertos pela população urbana e rural proporcionaram um total de 18 bilhões e 100 milhões de rublos, ao passo que as procedentes dos impostos diretos não passaram de 17 bilhões e 300 milhões de rublos. Durante os últimos três anos anteriores à guerra, os empréstimos produziram 19 bilhões e 600 milhões de rublos, enquanto as receitas procedentes dos impostos diretos que incidiam sobre as receitas individuais atingiram a importância de 22 bilhões e 900 milhões de rublos.

Na União Soviética, o orçamento do Estado é o resultado da unificação orgânica de três esferas orçamentárias independentes: o orçamento geral de toda a União Soviética, os orçamentos das Repúblicas federadas e os orçamentos dos Soviets locais (Regiões Autônomas, Regiões administrativas, distritos, cidades e localidades agrícolas de diferentes tipos). Isto, por seu turno, é resultado da estrutura federal da União Soviética. Como todos os orçamentos estão orientados no sentido da execução do plano único da economia nacional, representam um conjunto harmônico, patenteado exteriormente pelo facto de seus balanços se fundirem no balanço geral do orçamento estatal da União Soviética.

Seu balanço positivo demonstra que todos e cada um dos demais orçamentos foram cumpridos e que as receitas cobrem plenamente as despesas.

Deve-se, entretanto, levar em consideração que cada esfera orçamentária tem suas receitas determinadas e, quando estas são insuficientes, são completadas com verbas procedentes dos fundos gerais da União.

Os orçamentos locais estão estreitamente ligados aos das Repúblicas federadas, o que não exclui sua conexão financeira com o orçamento da União. Anualmente, ao ser aprovada a lei orçamentária em conjunto, o Supremo Soviet da União Soviética impõe aos governos das Repúblicas federadas a obrigação de colocar à disposição dos orçamentos locais importâncias consideráveis, procedentes dos recursos gerais, a fim de equilibrar os diversos orçamentos locais.

Essas relações explicam a distribuição dos impostos e de suas receitas entre as três esferas orçamentárias. Esta distribuição é determinada, fundamentalmente, pelo princípio de conveniência prática.

Apenas algumas receitas pertencem exclusivamente a uma ou outra esfera orçamentária. Por exemplo: as receitas procedentes das gravames aduaneiros são incluídas integralmente no orçamento da União; as receitas procedentes de impostos locais e do fundo florestal, nas receitas dos orçamentos locais. As restantes fontes de receita são distribuídas entre as três esferas orçamentárias.

Como as receitas procedentes das empresas socialistas constituem a base do sistema orçamentário da União Soviética, predominam, por sem dúvida, em todas as esferas orçamentárias. Somente nos empréstimos locais o peso específico dessas receitas é menor do que no empréstimo geral da União Soviética e do que nos das Repúblicas federadas. No orçamento de 1940, o peso específico das receitas das empresas socialistas constituiu cerca de 90 %. Esta proporção é mantida para as receitas do orçamento da União e do orçamento das Repúblicas federadas. Nos orçamentos locais, o peso específico dessas receitas constitui apenas 64 %. Esse fenômeno é explicado pelo facto de o haver, procedente de impostos que incidem sobre receitas individuais, ser incluído quasi totalmente nos orçamentos locais.

Assim, o imposto de circulação, os impostos que recaem sobre as receitas das organizações e empresas cooperativas e os descontos sobre o lucro alimentam as três esferas orçamentárias. Os impostos que incidem sobre a população alimentam, fundamentalmente, os orçamentos locais. A única exceção era constituída pelo imposto que se destinava às necessidades de construção de casas de moradia e manutenção de serviços públicos e culturais. As receitas procedentes desse imposto — que era recolhido antes da eclosão da guerra — eram incluídas no orçamento geral da União Soviética.

A conveniência prática da inclusão dos impostos que recaem sobre as receitas individuais da população nos orçamentos locais reside no facto de os organismos financeiros encarregados de seu recolhimento serem organismos da administração local. Em virtude disso, a inclusão desses impostos nos orçamentos locais provoca, nos Soviets locais, um interesse concreto pelo cuidadoso e eficiente recolhimento dos impostos.

Além disso, os Soviets locais, através das secções financeiras de seus Comités executivos, estão mais próximos da população, com a qual mantêm contacto constante e quotidiano. Por outro lado, a população das cidades e aldeias controla diariamente, por meio de seus deputados nos Soviets locais, a atividade da administração local.

Parte insignificante das receitas procedentes dos impostos que incidem sobre a população é incluída nos orçamentos das Repúblicas federadas, o que, de seu turno, cria razão concreta para que controlem o processo de recolhimento dos impostos os seus organismos que dirigem diretamente a atividade e a fazenda da administração local.

Convém assinalar outra interessante particularidade referente ao lugar que os impostos ocupam no orçamento soviético.

No período que precedeu a guerra, o Poder Soviético realizou grandes esforços no sentido de elevar por todos os meios o nível cultural e econômico das zonas mais atrasadas de nosso imenso país e, em especial, das regiões sul-orientais. Por essa razão, os orçamentos das Repúblicas federadas e dos Soviets locais situados nessas regiões cresceram num ritmo muito mais acelerado do que o orçamento geral da União Soviética. Durante o período do segundo plano quinquenal, o orçamento geral da União Soviética aumentou em cerca de 113 %, enquanto os orçamentos das Repúblicas e Soviets locais do Uzbequistão, Kazarrstão, Quirquizia, etc., triplicaram e quintuplicaram no transcurso do mesmo período.

Considerando-se o que foi exposto a respeito da natureza da fazenda soviética e da orientação da política soviética dos impostos que incidem sobre as receitas individuais compreender-se-á com facilidade que esse extraordinário desenvolvimento dos orçamentos das Repúblicas e dos Soviets locais, nas regiões da União Soviética atrasadas por motivos históricos, não era devido a um aumento dos impostos que recaem sobre as receitas individuais. Com efeito, durante o período do segundo plano quinquenal, por exemplo, na República Soviética da Quirguízia, aumentaram em treze vezes as receitas de seu orçamento, e dos orçamentos de seus Soviets locais, procedentes do imposto de circulação. No transcurso do mesmo período, as receitas procedentes dos impostos que recaem sobre a população aumentaram apenas em cerca de 31 %. Na República Soviética do Kazarrstão, produziu-se o mesmo fenômeno: aumentaram 8 vezes as receitas procedentes do imposto de circulação, os descontos sobre os lucros das empresas aumentaram 11 vezes, e as receitas procedentes dos impostos que incidem sobre as receitas individuais aumentaram somente uma vez e meia. Por último — também durante o período do segundo plano quinquenal — na República Soviética do Uzbequistão, as receitas procedentes do imposto de circulação aumentaram 4 vezes e meia, os descontos sobre os lucros das empresas aumentaram 14 vezes, ao passo que as receitas procedentes dos impostos que recaem sobre as receitas individuais não só não aumentaram, como, no ano de 1937, diminuíram em cerca de 9 %, em comparação com o ano de 1933. O Uzbequistão é um país que cultiva intensivamente o algodão. Nessa República, a política de impostos auxiliou grandemente a produção algodoeira. No Uzbequistão, a produção de fibra de algodão atingiu, no ano de 1937, o montante de 466.400 toneladas, quando, no ano de 1932, sua produção

havia sido tão somente de 241.200 toneladas. E' preciso tomar-se em linha de conta que não se tratava simplesmente de auxiliar com privilégios tributários, e com outras medidas econômicas e financeiras, o desenvolvimento da cultura do algodão em geral, mas, sim, de fomentar sua cultura intensiva e racional. Por exemplo: no ano de 1932, a superfície destinada à cultura de algodão contava com um total de 989.800 hectares e, em 1937, essa área havia diminuído para 946.200 hectares.

Em 1933, o imposto agrícola proporcionou aos orçamentos do Uzbequistão nada menos que 17.500.000 rublos. Além das vantagens tributárias orientadas no sentido de estimular o desenvolvimento das culturas intensivas, influiu, naturalmente, na estabilidade das receitas procedentes do imposto agrícola, a coletivização das plantações de algodão, que, desta maneira, ficaram sujeitas a menos impostos do que as fazendas individuais. Em 1932, cerca de 82 % das fazendas do Uzbequistão estavam coletivizadas e, em 1937, essa percentagem já se elevava para 96 % da superfície semeada.

#### IV

### OS IMPOSTOS QUE INCIDEM SÔBRE AS RECEITAS DAS EMPRESAS SOCIALISTAS

No reduzido grupo de impostos através dos quais o orçamento do Estado acumula as receitas das empresas socialistas (excetuadas as empresas agrícolas de camponeses) cabe ao imposto de circulação o lugar fundamental. Já tivemos oportunidade de discorrer sôbre a natureza desse imposto.

O imposto de circulação é o que proporciona maiores receitas ao orçamento do Estado. Antes da eclosão da guerra (em 1939, por exemplo), esse imposto concorreu para o orçamento com 105 bilhões e 900 milhões de rublos dos 177 bilhões e 500 milhões de rublos de seu haver. Durante os anos precedentes, o imposto de circulação concorria com cerca de duas terças partes e, por vezes, com cerca de três quartas partes das receitas orçamentárias. Seu peso específico na massa total das receitas do orçamento, em que pese seu crescimento anual, diminuiu, em consequência do grande crescimento de outra fonte de receitas da mesma natureza econômica: os descontos sôbre o lucro das empresas. Por exemplo: durante o período do segundo plano quinquenal, o volume geral do orçamento da União Soviética aumentou em cerca de duas vezes e meia, e as receitas procedentes do imposto de circulação aumentaram oito vezes. Enquanto isso, os descontos sôbre o lucro das empresas industriais quase quintuplicaram.

No transcurso da guerra contra a Alemanha fascista e seus aliados, as receitas procedentes do imposto de circulação diminuíram, de vez que a produção industrial se dedicou fundamentalmente à fabricação de material bélico, que está isento do imposto de circulação. Não obstante, esse imposto continuou, mesmo durante os anos de guerra, a ser a fonte mais

importante das receitas orçamentárias. No orçamento de 1944, o imposto de circulação foi calculado em 71 bilhões e 100 milhões de rublos do total de receitas, que se elevava a 268 bilhões de rublos.

O imposto de circulação grava a produção das empresas industriais do Estado e cooperativas. Por essa razão, o crescimento das receitas procedentes dele depende, em primeiro lugar, do crescimento da produção dessas empresas e, especialmente, do das empresas industriais. A produção industrial, na União Soviética, cresceu rapidamente durante os anos que precederam a guerra, como consequência das grandes inversões que foram realizadas. O índice da produção industrial (tomando-se por base o ano de 1929 = 100) mostra o seguinte movimento da produção:

|           |       |
|-----------|-------|
| 1933..... | 199,9 |
| 1934..... | 240,1 |
| 1935..... | 295,5 |
| 1936..... | 384,9 |
| 1937..... | 428,9 |
| 1938..... | 477,8 |

Como o imposto de circulação se relaciona com o aspecto quantitativo da produção, o crescimento da produção industrial determina, naturalmente, o crescimento das receitas que dele procedem.

Não há dúvida que não pode existir relação direta e automática entre a dinâmica da produção e a das receitas procedentes do imposto de circulação. Em primeiro lugar, nem toda a produção industrial é integrada na circulação; em segundo lugar, nem toda a produção que entra no processo de circulação está sujeita ao imposto; finalmente, os diferentes tipos de produção são onerados diferentemente, mediante aplicação de tarifas distintas.

As operações de venda de mercadorias dentro dos limites de uma mesma organização econômica não estão sujeitas ao imposto de circulação. Em virtude disso, estão livres do pagamento do imposto as operações de venda de mercadorias das empresas que constituam Truste, Estabelecimento ou Associação comercial, desde que as mercadorias em questão não saiam dos limites dessas organizações. Essas transações são consideradas internas. São também consideradas operações internas as operações realizadas entre empresas que pertencem ao mesmo ramo, muito embora essas empresas façam parte de trustes e estabelecimentos comerciais diferentes. Nalguns casos, são inscritas na categoria de transações internas, e, portanto, isentas do pagamento do imposto, as operações realizadas entre empresas que pertencem a diversas Direções ou ramos gerais, desde, porém, que estejam na dependência de um único Comissariado do Povo. Assim, por exemplo, estão isentas do pagamento do imposto as operações que se realizam entre empresas do Comissariado do Povo para a Produção Florestal ou para a Indústria do Petróleo, apesar de existirem, nesses extensos Comissariados, diversas Direções Gerais.

Isso é devido ao princípio fundamental no qual se baseia o imposto de circulação: esse imposto não deve ser aplicado mais de uma vez. A produção elaborada por uma empresa pode ser matéria prima de outra. Esta segunda empresa, por ocasião do envio de sua produção ao mercado, paga o imposto de circulação pela primeira e única vez, já que, como matéria prima, a outra empresa não o pagara.

Certos ramos de indústria e determinadas categorias de empresas industriais estão sujeitas a tarifas privilegiadas do imposto, em comparação com outros ramos, ou estão completamente isentas dele. Por exemplo: atualmente, estão livres do imposto determinados ramos da indústria pesada (a indústria de guerra, a química e outras). Isso permite manter seus preços de fábrica ao nível mais baixo possível, barateando a construção de novas empresas e a aquisição de matérias primas e materiais necessários à fabricação de outras mercadorias, por exemplo, da indústria leve.

Estão também sujeitas a tarifas baixas as empresas das instituições infantis, colônias infantis de trabalho, etc. As tarifas do imposto de circulação são da mesma forma reduzidas quando se trata de organizações que utilizam em suas empresas mão de obra de características especiais, como, por exemplo, as organizações de inválidos ou de internatos de colégios, os lugares de reclusão de condenados, etc. Está também isenta do pagamento do imposto, por exemplo, a produção das Escolas de Preparação Profissional, nas quais se capacitam os futuros contramestres e operários qualificados. A fim de estimular a exploração das matérias primas e do combustível local, são eximidas do pagamento do imposto as numerosas empresas da indústria local, toda vez que trabalhem na base de matérias primas e combustíveis locais. As empresas situadas nas zonas montanhosas e nas regiões mais setentrionais do país são contempladas com diversas vantagens, no que se refere ao pagamento do imposto de circulação. Podemos resumir, dizendo que as tarifas deste imposto são utilizadas como instrumento de política econômica e social.

Na maioria dos casos, as transações das empresas são determinadas de acordo com os preços de fábrica nos quais não esteja incluído o aumento comercial que os transforma em preços de varejo. Para algumas mercadorias, os preços são estabelecidos na base do preço de varejo. Neste caso, as transações também são fixadas na base dos preços de varejo. As tarifas do imposto são estabelecidas para cada mercadoria ou para grupos de mercadorias semelhantes. Essas tarifas são estabelecidas de diversas maneiras — de acordo com as características econômicas das mercadorias — a fim de facilitar e simplificar, tanto quanto possível, o cálculo e o pagamento do imposto. Nalguns casos, as tarifas são estabelecidas por uma percentagem determinada relativamente à importância da transação. Noutros casos, essa tarifa é estabelecida como quantidade fixa relativamente a cada unidade de mercadoria. Por vezes, o imposto assume a forma da diferença existente entre o preço de fábrica (sem imposto) e o preço de varejo, com rebaixamento favorável ao comércio. Desta maneira é gravada a produção das indústrias têxteis e de calçados.

O imposto de circulação é pago pela empresa que despacha mercadorias de sua própria produção, ou que são elaboradas na mesma. Nal-

guns ramos industriais, foram instituídos postos de expedição especiais e comuns para a venda da produção de empresas similares. Nesses postos de expedição (que são ao mesmo tempo armazéns), concentra-se toda a produção dessas empresas. Por isso, os postos de expedição pagam às empresas de acordo com um preço no qual não está incluído o imposto de circulação. Ao vender a produção no mercado, os impostos de expedição recebem dos compradores um preço no qual está incluído o imposto de circulação, e assim, nestes casos, quem paga o imposto é o comprador. Dessa maneira, o recolhimento e o controle do imposto são consideravelmente facilitados.

Do exposto, depreende-se que o cálculo da importância do imposto que incide sobre a produção despachada é efetuado pelas próprias empresas ou por seus postos de expedição comuns. Aos órgãos da Fazenda Pública cumpre zelar pela exatidão do cálculo das importâncias que são produto das transações e do imposto que as onera.

A lei estabelece o momento em que a transação é considerada realizada. Esse momento é aquele no qual se verifica o pagamento pelas mercadorias adquiridas. Como as transações por atado geralmente não se realizam na forma de moeda, a importância do imposto, lançada sob um título independente da conta, dá entrada no Banco do Estado com a responsabilidade do vendedor e o Banco inclui essa importância na conta do orçamento do Estado.

Os prazos estabelecidos para o pagamento do imposto variam de acordo com o tipo específico dos pagamentos a efetuar e das particularidades econômicas representadas pela venda das diferentes espécies de produção. Existem ramos de indústria, como o da produção de açúcar e o da produção de fumo, nos quais a venda da mercadoria é realizada sem solução de continuidade e para os quais as tarifas do imposto pressupõem considerável receita orçamentária. Esses ramos da indústria pagam o imposto diariamente, a três dias da realização da transação. Para outros ramos industriais, foi estabelecido um prazo de dez dias. Para as empresas pequenas, e especialmente para as que têm ligação com a agricultura, o prazo estabelecido é de um mês.

Os prazos para o pagamento dos impostos são estabelecidos por acordo entre o Comissariado do Povo para as Finanças e os Comissariados do Povo que superintendem os ramos da economia interessados. Isso permite a flexibilidade necessária ao mecanismo de recolhimento dos impostos e salvaguarda os interesses financeiros das empresas que satisfazem o imposto. O objetivo fundamental que se tem em mira, ao organizar-se dessa maneira o sistema de recolhimento do imposto, consiste em evitar que as quantidades correspondentes permaneçam mais tempo do que o necessário à disposição das empresas, e, por outra parte, consiste na garantia de que o imposto seja pago à expensas dos meios de transação das empresas.

Por essa razão, o recolhimento deste imposto toma na devida consideração particularidades específicas dos diferentes ramos da economia nacional, a fim de assegurar da melhor maneira os interesses do orçamento, bem como os interesses dos próprios contribuintes.

Os interesses de caráter geral, econômico e social, que se relacionam com a circulação de mercadorias, são defendidos e regulados por intermédio da política de preços do Estado soviético. Esta é a razão em virtude da qual não é complexa a estrutura do imposto de circulação, que em todos os casos representa um instrumento técnico nas mãos dos organismos que dirigem a política econômica em geral. Não obstante, como o imposto de circulação constitui o método fundamental de acumulação das receitas orçamentárias, sua estrutura técnica tem sido estudada e projetada com o máximo cuidado.

O imposto de circulação grava unicamente as mercadorias-objetos. Por essa razão, seu complemento natural é constituído pelo imposto que incide sobre as mercadorias-serviços. As empresas e organizações que produzem estas mercadorias especiais, como, por exemplo, os serviços de transporte automóvel e os serviços executados pelos *ateliers* de corte e costura, que empregam tecidos de propriedade dos clientes, possuem, ordinariamente, o caráter de numerosas pequenas empresas que pertencem ao Estado, fazem parte da indústria local, e, por isso mesmo, as receitas procedentes desse imposto entram integralmente nos orçamentos locais.

As tarifas do imposto que recai sobre as mercadorias-serviços oscilam entre 1 e 10 % de seu preço. As receitas procedentes desse imposto não são calculadas em milhares de milhões, como nos casos do imposto de circulação, mas em centenas de milhões de rublos. No ano de 1941, proporcionaram mais de 800 milhões de rublos. As particularidades características do imposto que incide sobre as mercadorias-serviços são, em primeiro lugar, seu rápido crescimento, e, em segundo, as numerosas facilidades concedidas a diversos serviços e empresas e a total isenção do pagamento do imposto com que outros são contemplados. O desejo de satisfazer da maneira mais cabal possível as necessidades materiais da população multiplica o número dessas empresas, bem como seu próprio caráter. Os privilégios tributários de que são objeto, por outro lado, estimulam seu crescimento.

O imposto que os cinemas são obrigados a pagar deve ser relacionado com a categoria dos impostos que incidem sobre as mercadorias-serviços. As receitas procedentes desse imposto, que concorrem para os orçamentos locais, cresce rapidamente, à proporção que se vão criando novos cinemas fixos ou móveis. O preço da entrada é estabelecido de acordo com a qualidade e lotação ou acondicionamento das salas. Nas cidades, o imposto eleva-se a 38 % do recolhimento total. Nas localidades rurais, a proporção é de 20 % do recolhimento, para as instalações permanentes, e de 15 % para as móveis. Desse imposto também se abre mão em diversos casos. Dêle estão isentos, por exemplo, os cinemas infantis, bem como as entradas para as crianças menores de 16 anos, nas sessões diurnas de todos os cinemas do país. A rede de cinemas da União Soviética contava, ao se iniciar a guerra, com cerca de 30.000 salas especiais de projeção e de clubes que possuíam aparelhagem cinematográfica.

No primeiro capítulo deste trabalho, informamos que a segunda parte das acumulações das empresas industriais do Estado, represen-

tada pelo saldo do lucro, era descontada em determinada proporção que se destinava ao orçamento do Estado. Por sua forma, esses descontos não constituem imposto. São o resultado da ordem estabelecida pela lei para a distribuição do lucro das empresas entre o orçamento e as próprias empresas.

Ao despachar sua produção (mercantil ou não) pelos preços estabelecidos, as cooperativas e outras organizações coletivas pagam o imposto de circulação, bem como o imposto que incide sobre as mercadorias-serviços. Os lucros de sua atividade produtiva permanecem à sua disposição e não estão sujeitos a impostos especiais que gravem as receitas. Os membros das cooperativas — especialmente no que se refere às cooperativas constituídas por artesãos — recebem um salário por seu trabalho, e, ao encerrar-se o ano, participam das distribuições do saldo dos lucros.

O imposto que incide sobre as receitas das mencionadas empresas é aplicado indiretamente como objetivo de luta pela conservação dos preços legalmente estabelecidos por parte das empresas atingidas. A elevação ilegal dos preços de fábrica proporciona às empresas cooperativas um lucro excessivamente elevado e, até certo ponto, desorganiza o mercado. Em virtude disso, é estabelecido o imposto progressivo sobre os lucros das empresas cooperativas, tomando-se em linha de conta, não somente o volume do saldo dos lucros, mas também o nível de rendosidade de cada empresa. Da mesma maneira que com as empresas do Estado, entende-se por rendosidade da empresa a relação existente entre o saldo dos lucros e o preço de custo por inteiro de sua produção anual.

As empresas, que obtêm lucros inferiores a 100.000 rublos, com uma rendosidade inferior a 10 %, pagam o imposto que recai sobre as receitas à razão de 30 % sobre o lucro. Quando essas empresas auferem um lucro que eleve sua rendosidade até 30 % — fenômeno que, do ponto de vista social, não é desejado — as tarifas do imposto que incide sobre as receitas se elevam até 55 %. Os membros das cooperativas percebem, como operários, um salário que corresponde ao existente no ramo da indústria em questão. Na qualidade de particulares da organização cooperativa, têm direito a uma parte, que recebem, do saldo dos lucros. Se essas partes fossem extremamente elevadas, por ocasião da distribuição dos lucros, constituiria um fenômeno que não poderia ter justificativa suficiente, já que uma rendosidade elevada seria demonstração da existência de tendências não totalmente sadias na atividade da empresa. O desenvolvimento da atividade produtiva das cooperativas desfruta sempre, na União Soviética, do apoio efetivo da política econômica do Estado. Em virtude disso, as cooperativas de artesãos, que constituem a forma fundamental de cooperação, invariavelmente aumentam e se multiplicam. No ano de 1937, a produção global das cooperativas constituídas por artesãos atingiu a importância de 13 bilhões e 300 milhões de rublos. Nas vésperas da eclosão da guerra, no ano de 1940, essa quantidade elevou-se para mais de 25 milhões de rublos.

Ao onerarem-se os lucros das empresas cooperativas e de empresas semelhantes, tem-se em mira também o objetivo de favorecer o desenvolvimento das empresas que produzem fundamentalmente artigos de amplo

consumo. Por essa razão, a lei isenta do pagamento do imposto, no transcurso dos dois primeiros anos de funcionamento, as empresas cooperativas novas e as cooperativas constituídas por inválidos.

As empresas cooperativas de consumo — extremamente difundidas nas localidades rurais — pagam o imposto de acordo com a escala geral de tarifas estabelecida para empresas cooperativas cuja rendibilidade não exceda da 10 %; portanto, de acordo com a escala mais baixa.

Como as cooperativas fazem parte do grupo de indústrias de propriedade local, as receitas procedentes dos impostos que incidem sobre elas, afluem, fundamentalmente, para os orçamentos das Repúblicas federadas e dos Soviets locais.

As cooperativas agrícolas, cuja expressão mais legítima são os kolrózes, isto é, as fazendas coletivas da população rural, possuem características especiais, que provocaram a necessidade de lançar um imposto especial sobre suas receitas.

As receitas dos kolrózes têm estado sujeitas a diferentes formas de impostos. A estrutura desses impostos tem-se modificado paralelamente com o desenvolvimento e crescimento dos kolrózes, assistindo na resolução dos complexos problemas que surgem no decorrer do processo de rápido desenvolvimento do movimento kolroziiano no campo soviético. Inicialmente, quando o movimento kolroziiano ensaiava os primeiros passos, a legislação estabeleceu numerosas vantagens, que auxiliaram o desenvolvimento dessa nova corrente da iniciativa popular. Posteriormente, o imposto assumiu forma que estimulou nos kolroziianos o desejo de ampliar a superfície de semeadura e aumentar as colheitas. Isso foi conseguido mediante o estabelecimento de tarifas fixas por hectare de superfície de semeadura, em consonância com o plano de produção do kolróz. Naturalmente, em virtude dessa estruturação do imposto, os kolrózes sentiram-se inclinados para a ampliação da superfície de semeadura, numa proporção muito maior do que a prevista pelo plano, e, da mesma maneira, inclinaram-se no sentido da elevação da fertilidade dos hectares semeados. As plantações de culturas industriais usufruíam privilégios extraordinários, no que se referia ao pagamento dos impostos. As receitas obtidas da criação de gado e da participação dos kolrózes no comércio, em todos os mercados, não estavam sujeitas a nenhuma espécie de gravame. Todos esses factores contribuíram para estimular o pleno desenvolvimento da atividade produtiva dos kolrózes.

Somente quando os kolrózes consolidaram sua base de produção e se fortaleceram, transformando-se em fazendas sólidas; somente quando se normalizaram a contabilidade e a administração dos kolrózes; somente então foi possível passar-se para os impostos incidentes sobre as receitas globais dos kolrózes. Houve, então, um reajustamento dos impostos, que se reorganizaram na base das receitas dos kolrózes.

O imposto incidente sobre as receitas dos kolrózes, atualmente em vigor, recai sobre suas receitas anuais, calculadas de acordo com os dados proporcionados por sua contabilidade.

As receitas globais dos kolrózes representam um conjunto bastante heterogêneo dos lucros auferidos em sua complexa atividade econômica. Ao demais, os próprios kolrózes não constituem organizações homogê-

neas, e isso reflete-se, naturalmente, na composição de suas receitas globais. Ao lado dos kolrózes agrícolas, existem organizações coletivas de pescadores e associações simples para o trabalho conjunto da terra. Nas zonas de criação de gado, e, inclusive, nas regiões de gado transumante, existem kolrózes de criação de galo. Além disso, as cooperativas constituídas por artesãos e as constituídas por inválidos, com frequência possuem fazendas agrícolas. A receita dessas fazendas não está sujeita ao imposto que incide sobre as receitas das organizações cooperativas a que nos referimos linhas atrás, mas tão somente ao imposto que recai sobre as receitas dos kolrózes.

E, finalmente, nem tôdas as receitas globais que entram nos cofres dos kolrózes estão sujeitas a impostos, e, por sua vez, as receitas oneradas não estão sujeitas às mesmas tarifas.

Por essa razão, a tarefa fundamental da lei que dispõe sobre os impostos que gravam as receitas dos kolrózes (a última lei foi promulgada em 1941), consiste na determinação das receitas que estão sujeitas a impostos.

As receitas dos kolrózes possuem dois traços característicos que as distinguem das receitas provenientes de outras espécies de organizações cooperativas. Em primeiro lugar, as receitas dos kolrózes são constituídas por receitas em espécie e receitas em moeda sonante. Em segundo lugar, a parte fundamental da produção dos kolrózes é distribuída em espécie entre seus membros, de acordo com seu trabalho.

Deve-se assinalar ainda outra particularidade das receitas globais dos kolrózes. Os diferentes tipos da produção em espécie dos kolrózes têm preços diferentes.

O que ficou exposto explica a minuciosidade e o cuidado com que foi atacado o problema de gravar os kolrózes com um imposto incidente sobre suas receitas, de maneira que assegurasse uma distribuição equitativa dos ônus tributários. Da produção global do kolróz, no transcurso do último ano econômico, exclui-se, em primeiro lugar, a parte que se destina a alimentar o gado de trabalho e o das granjas kolrozianas. Exclui-se também a parte que se destina ao pagamento do trabalho das Estações de tratores e maquinária agrícola do Estado nos campos dos kolrózes. Finalmente, isentam-se, do imposto as receitas em moeda sonante que os kolrozianos percebem como resultado da entrega de parte de sua produção aos preços fixos estabelecidos. Esses preços são calculados, tomando-se na devida consideração o facto de estarem isentos do pagamento do imposto os lucros auferidos pelos kolrozianos como resultado das entregas obrigatórias.

A parte da receita global dos kolrózes, representada por sua produção em espécie, é distribuída por dois canais. Uma parte é destinada à cobertura das necessidades econômicas dos kolrózes (sementes, provisões de alimentos, de sementes de reserva e destinadas aos jardins de infância, etc.). O restante é dividido entre os membros do kolróz, proporcionalmente ao trabalho realizado por cada um.

Ambas essas partes das receitas em espécie estão sujeitas, de maneira diferente, ao imposto que incide sobre as receitas. Em primeiro

lugar, estão sujeitas a uma valorização monetária diferente. A parte da produção que se destina às necessidades econômicas dos kolrózes é calculada de acordo com os preços que o Estado paga pelas entregas obrigatórias efetuadas pelos kolrózes. Neste caso, a importância sobre as receitas é percebida à razão de 4 %. Do exposto, depreende-se que o pagamento do imposto é realizado em condições bastante vantajosas.

A parte da produção que é distribuída em espécie aos kolrozianos é avaliada por um preço muito mais elevado, isto é, pelo preço que as empresas comerciais do Estado pagam aos kolrózes pelas sobras de sua produção. Tanto esses preços como os fixados para as entregas obrigatórias são estabelecidos pelo Estado. Essa parte da produção global dos kolrózes está sujeita à incidência do imposto que recai sobre as receitas, à razão de 8 %.

Dividem-se também em duas partes as receitas monetárias dos kolrózes que são atingidas pelo imposto. Uma dessas partes é constituída pelos lucros obtidos pelos kolrózes com a venda de sua produção às organizações comerciais do Estado, de acordo com contratos de antemão realizados e por preços previstos previamente. Essa parte das receitas monetárias é gravada à razão de 4 %.

A outra parte das receitas monetárias dos kolrózes é constituída pelos lucros obtidos com a venda de sua produção agrícola e da de suas empresas auxiliares nos mercados kolrozianos. Os estatutos dos kolrózes prevêm e admitem a organização de empresas auxiliares estreitamente ligadas à produção agrícola. Os kolrózes não podem criar empresas industriais na base de trabalho assalariado, ou que não estejam ligadas à agricultura, e cuja produção se destine ao mercado livre. Os kolrózes possuem suas ferramentas, suas centrais elétricas, suas oficinas de consertos, de olaria e de produção de tijolos e telhas, de rodas, etc. As receitas de empresas dessa espécie estão sujeitas ao imposto à razão de 8 %.

Deve-se tomar na devida consideração que, ao vender sua produção nos mercados kolrozianos (incluídos os das cidades), os kolrózes não pagam o imposto de circulação. Essas receitas dependem, naturalmente, do nível geral dos preços, nível que, por sua vez, depende do imposto de circulação pago pelas empresas do Estado e cooperativas. Por essa razão, ao vender sua produção no mercado, os kolrózes obtêm considerável aumento de suas receitas monetárias.

A fim de estimular o desenvolvimento da agricultura nas zonas de população rarefeita e nas regiões setentrionais (de condições climatológicas difíceis), a lei isenta do pagamento do imposto que incide sobre as receitas os kolrózes de alimentos, bem como os kolrózes agrícolas ou de caçadores das regiões mais setentrionais. Quando o kolróz é atingido por alguma calamidade, em consequência de fenômenos da natureza, fica parcial ou totalmente isentado do pagamento de impostos.

Os kolrózes satisfazem o pagamento do imposto que incide sobre as receitas em quatro prazos. 60 % do imposto é recolhido nos meses de outubro e dezembro, o que vale dizer, depois da arrecadação e venda da colheita.

As receitas oriundas do imposto que incide sobre os kolrózes aumentaram rapidamente. Esse rápido crescimento foi devido a dois factores fundamentais: o aumento do número de kolrózes e a ampliação da superfície de sementeira, que se fez acompanhar de mais produtividade. Em 1929, havia 57.000 kolrózes. Em 1938, esse número já tinha aumentado para 242.000 kolrózes. Como, no ano de 1938, já estavam coletivizados mais de 99 % da superfície de sementeira, o crescimento do imposto dependia, então, exclusivamente, dos êxitos económicos dos kolrózes. Em 1937, o imposto que incidia sobre os kolrózes proporcionou ao orçamento 534 milhões de rublos; em 1938, elevou-se para 742 milhões de rublos, e, em 1940 — nas vésperas da eclosão da guerra — atingiu a importância de 800 milhões de rublos. Antes da guerra, a massa fundamental das receitas provenientes desse imposto afluía para os orçamentos das Repúblicas federadas e dos Soviets locais.

Entre os impostos pagos pelas empresas do Estado, figuram os impostos ou gravames aduaneiros relacionados com o comércio exterior. A maior parte desses impostos provém das empresas do Estado e apenas uma parcela insignificante das receitas aduaneiras procede directamente da população (pela entrada de mercadorias estrangeiras a título de bagagem, pelo recebimento de artigos estrangeiros em forma de encomendas postais, etc.)

Em 1940, as receitas de origem aduaneira proporcionaram ao Estado cerca de 3 bilhões de rublos. Essas receitas afluem integralmente ao orçamento geral da União Soviética, e, em virtude de seu peso específico na massa geral de receitas orçamentárias, ocupam lugar secundário, de vez que não constituem mais de um e meio por cento. Do ponto de vista económico geral, as receitas de origem aduaneira têm mais importância do que do ponto de vista meramente orçamentário.

Desde os primeiros anos de existência do Poder Soviético, o comércio exterior da União Soviética foi declarado monopólio do Estado. A ideia da monopolização do comércio exterior pertence ao fundador do Estado soviético, Vladimir Lênin. A experiência tem demonstrado a grande utilidade de sua implantação e de seu funcionamento. A premissa fundamental da qual depende a utilidade, necessidade e ótimos resultados do monopólio do comércio exterior por parte do Estado está em que, sob a égide do socialismo, a massa fundamental da produção e do comércio está nas mãos do Estado e das cooperativas socialistas. O resultado imediato foi que o monopólio do comércio exterior pelo Estado se transformou em importantíssimo factor da economia nacional. Todo o comércio exterior da União Soviética é realizado de acordo com um plano de exportação e importação, que é parte orgânica do plano económico geral do Estado. Como a importação e exportação de mercadorias, na União Soviética, é realizada de acordo com um plano que leva na devida consideração as necessidades fundamentais da economia nacional, bem como as tarefas da política económica, em cada momento dado, os interesses proteccionistas, ou do fisco, não desempenham, nem podem desempenhar papel independente na política aduaneira.

No que se refere à sua direcção geral, o monopólio do comércio exterior está ao encargo do Commissariado do Povo para o Comércio Ex-

terior e é aplicado por organizações especiais do Estado. A gestão financeira é de empenhada pelo Banco Central do Estado. O Banco efetua os pagamentos que são deduzidos das operações de importação ou exportação que se realizam entre organizações comerciais do Estado e o estrangeiro, ou entre essas organizações e as empresas do Estado que vendem sua produção para ser exportada. O Banco do Estado entra em relação com as firmas estrangeiras interessadas por intermédio de uma vasta rede de correspondentes estrangeiros e efetua os pagamentos em ouro ou em divisas estrangeiras. As operações com empresas soviéticas são realizadas na base de divisas soviéticas. ao par, tomando-se como base a seguinte proporção: um dólar americano igual a cinco rublos e trinta *kopeks*. Essa paridade modifica-se quando o curso de uma ou outra divisa estrangeira varia em relação ao dólar.

O Banco do Estado Soviético possui o monopólio das divisas como consequência natural e condição necessária do monopólio do comércio exterior por parte do Estado.

Semelhante organização do comércio exterior simplifica consideravelmente o aspecto financeiro técnico dos processos de acumulação das receitas de origem aduaneira.

As tarifas aduaneiras são determinadas fundamentalmente de acordo com os grupos fundamentais de mercadorias (por peças e *ad valorem*), e conforme as relações comerciais e políticas existentes entre a União Soviética e os diferentes países. Além da tarifa aduaneira geral, duas tarifas especiais são aplicadas para o comércio com os países do Oriente. Existe também uma tarifa especial para o comércio realizado através do porto de Murmansk. Existem, finalmente, tarifas convencionais, que são aplicadas relativamente àqueles países cujas relações com a União Soviética estão determinadas por tratados especiais.

As tarifas de exportação existem apenas para um número insignificante de mercadorias (cavalos, camelos, carneiros merinos e de *karakul*, peles e produtos de santonina).

A despeito do lugar modesto que ocupam no orçamento soviético, as receitas de origem aduaneira aumentam rapidamente. Durante o período do segundo plano quinquenal, essas receitas elevaram-se de 161 milhões de rublos para 1 bilhão e 300 milhões de rublos, e, três ou quatro anos depois, nas vésperas da eclosão da guerra, chegaram a constituir cerca de 3 bilhões de rublos. Esse fato refuta integralmente a afirmação superficial dos que dizem que a industrialização de determinados países provoca a redução de seu comércio exterior. Quanto mais enriquece um país, tanto mais cresce sua participação no comércio exterior mundial.

As empresas e instituições do Estado pagam alguns impostos locais. Referir-nos-emos a eles no próximo capítulo.

A fim de concluir a enumeração dos impostos a que estão sujeitas as empresas, mencionaremos as estampilhas ou direitos do Estado. As empresas, instituições e organizações pagam essas estampilhas ou direitos do Estado quando solicitam, mediante instância, extração de certidões notariais, quando apelam para o arbitramento do Estado em litígios referentes a contratos que formalizam, com caráter obrigatório,

suas relações econômicas e financeiras mútuas, etc. O objetivo que se tem em mira com o estabelecimento do pagamento dessas estampilhas é lutar contra formalidades supérfluas ou desnecessárias, bem como contra o aumento do número de processos judiciais. De 1942 a esta parte, as estampilhas sofreram certa majoração. Seu preço depende da importância em litígio, ou do caráter do documento ao qual são apostas, e oscila desde 0,1 % até 6 %. As receitas provenientes da venda de estampilhas entram integralmente nos orçamentos dos Soviets locais.

Tanto antes da eclosão da guerra como durante o seu curso, a parte fundamental das receitas orçamentárias da União Soviética era constituída pelas contribuições das empresas socialistas. Durante o transcurso da guerra, nenhuma modificação sobreveio na estrutura dessas contribuições.

## V

### OS IMPOSTOS QUE INCIDEM SOBRE AS RECEITAS INDIVIDUAIS

Dentre os impostos que recaem diretamente sobre a população, avulta o imposto que incide sobre as receitas da população urbana e sobre a parte da população rural que embolsa suas receitas pessoais na forma de salário, nas empresas e organizações sociais ou do Estado.

O processo de industrialização da economia nacional da União Soviética teve como consequência natural um crescimento extraordinariamente rápido da população urbana em geral, e, em especial, do grupo social cujas receitas pessoais procedem do fundo do salário, que se encontra em estado de constante crescimento.

De acordo com os dados dos recenseamentos demográficos que foram realizados nos anos de 1926 e 1939, a população, em seu conjunto, aumentou em cerca de 16,9 %. A população urbana aumentou em quase 118,4 %, ao passo que a população rural diminuiu em cerca de 5,3 %. Não obstante, mesmo a despeito dessa inevitável alteração que se produziu na população, como consequência da industrialização do país, a população rural era duas vezes maior do que a urbana. No que diz respeito a esta última, quase se multiplicou por dois no transcurso do período mencionado, mas o número de operários e, especialmente, o fundo de salários, cresceram num ritmo mais rápido. Esse fenômeno determinou a estrutura e a dinâmica do imposto incidente sobre as receitas da população urbana.

Atualmente, o imposto que recai sobre as receitas da população harmoniza-se com a lei promulgada durante o curso da guerra, no dia 30 de abril de 1943. Em virtude dessa lei, as tarifas foram aumentadas, uma vez que o imposto incidente sobre as receitas, que existia anteriormente e cujo produto era destinado à subvenção de necessidades culturais e de construção de casas de moradia, fundiu-se e unificou-se com o imposto que recaía sobre as receitas.

Ao imposto que incide sobre as receitas estão sujeitos: os operários e empregados; os escritores e trabalhadores artísticos; os proprietários de edifícios que produzem renda; os cidadãos que possuem economias agrícolas dentro dos limites das cidades, e os artesãos. Os cidadãos estrangeiros estão sujeitos ao pagamento desse imposto, desde que obtenham receitas, na forma de salários, dentro dos limites da União Soviética, ou desde que possuam outra espécie de fontes de renda dentro do território soviético. Os cidadãos estrangeiros que se encontram temporariamente na União Soviética estão isentos do pagamento desse imposto.

O imposto que incide sobre as receitas provenientes do trabalho, tanto em tempo de paz como durante o curso da guerra, caracterizou-se pela concessão de inúmeras exceções e privilégios.

Não estão sujeitas à incidência do imposto as receitas pessoais dos operários e empregados que não excedam de 150 rublos mensais. Estão também isentos desse imposto os artesãos que não pertençam a cooperativas, os proprietários de edifícios e outros cidadãos cujas receitas não ultrapassem de 600 rublos anuais. Estão igualmente isentos do pagamento desse imposto os pensionistas, as pessoas chamadas para o serviço militar, os heróis da União Soviética e do Trabalho Socialista, os condecorados e outros cidadãos.

Os cidadãos que ganham prêmios ou recompensas em dinheiro por inventos ou por aperfeiçoamentos da técnica não pagam o imposto sobre as importâncias recebidas em reconhecimento de suas realizações.

Os operários e empregados que mantêm família de mais de três pessoas são contemplados com um rebaixamento de 30 %. Os organismos financeiros centrais têm autorização de conceder vantagens complementares, em caso de necessidade, mesmo a grupos inteiros de contribuintes. Os organismos locais possuem a mesma autoridade para conceder essas vantagens a contribuintes insulados.

As tarifas desse imposto foram estabelecidas em várias escalas, de acordo com o caráter social dos diferentes grupos da população por ele atingidos.

A escala fundamental, e a mais baixa, é a que onera as receitas dos operários e empregados. As receitas que não ultrapassem a importância de 1.000 rublos mensais pagam o imposto segundo uma escala progressiva. As receitas superiores a essa importância são gravadas de acordo com uma escala proporcional. A um salário mensal de 200 rublos corresponde um imposto de 2,5 %. Quando o salário é de 400 rublos, o imposto é cobrado à razão de 4,5 %. Um salário de 1.000 rublos é gravado com 8,2 %. As receitas superiores a 1.000 rublos mensais são igualmente gravadas com 8,2 %.

Esse grupo fundamental da população paga o imposto por intermédio do chamado desconto em folha; o valor do imposto é descontado automaticamente, no momento em que o salário é pago nas instituições e empresas. Certos grupos de receitas, que não possuem o caráter de salário regular, mas constituem pagamento de trabalho, são equiparados, para fins fiscais, com as receitas dos operários e empregados.

Entre essas receitas figuram, por exemplo, os honorários obtidos pelos advogados pelo trabalho que desenvolvem nas bancas de advocacia, bem como outras espécies semelhantes de receitas.

Os artesãos reunidos em cooperativas pagam o imposto, de acordo com a escala estabelecida para os operários e empregados, com uma sobrecarga de 10 %.

Os artistas e escritores estão sujeitos a uma escala especial, que se caracteriza pelo facto de não interromper sua progressão ao atingir a receita anual de 12.000 rublos, mas, bem ao contrário, por prosseguir até os 300.000 rublos. Por exemplo: as receitas de um escritor que ganha 24.000 rublos por ano estarão sujeitas ao pagamento da importância de 2.604 rublos, mais de 15 % sobre a importância excedente de 18.000 rublos, que constitui o grau anterior da escala.

Existem ainda mais duas escalas, às quais estão sujeitas as receitas provenientes da prática privada de sua profissão pelos médicos, enfermeiros, advogados, professores, etc., bem como os pagamentos a efetuar pelos artesãos não reunidos em cooperativas. Um artesão independente, cujas receitas anuais atinjam a importância de 1.800 rublos, pagará o imposto à razão de 3 % sobre essa importância.

Em ambas essas escalas, interrompe-se a progressão ao atingir as receitas anuais de 70.000 rublos. A importância financeira desses dois grupos é pequena.

A fim de se estabelecer os impostos incidentes sobre as receitas individuais não procedentes do fundo de salários, emprega-se amplamente o método da declaração de renda por parte dos próprios contribuintes. Quando os operários e empregados, bem como as pessoas a eles equiparadas, obtêm receitas em dois locais de trabalho, não há necessidade de somar essas receitas para que o imposto seja pago, já que ele as atinge independentemente, com o objetivo de simplificar o sistema de recolhimento dos impostos, mediante o desconto em folha.

Os impostos que incidem sobre as receitas da população rural dedicada à agricultura oferecem aspecto muito mais completo.

Essa complexidade é explicada, principalmente, pela existência de diversos grupos de população rural, quais sejam os kolrozkianos e os camponeses individuais. Se bem seja insignificante o número de fazendas individuais, o imposto toma também em linha de conta a existência desse grupo de produtores.

Por outro lado, um dos objetivos fundamentais do imposto é cooperar para o estabelecimento de uma relação justa entre o trabalho dos kolrozkianos nos campos do kolróz e nos lotes de terra pertencentes aos próprios kolrozkianos. Os estatutos da cooperativa agrícola, que regulam a atividade dos kolrózes, estabelecem que o trabalho no kolróz e as receitas provenientes desse trabalho sejam os fundamentos, e que os lotes de terra de propriedade de seus membros sirvam como fonte complementar de renda e como lugar no qual deve ser empregada a força de trabalho sobrando e o tempo livre disponível do trabalho no kolróz. Por essa razão, a legislação e os estatutos do kolróz limitam a superfície desses lotes de terra. Ao gravar a lei as receitas procedentes da fazenda individual dos kolrozkianos, seu objetivo precípua é cortar, com métodos

fiscais, a tendência de alguns kolrozianos em transformar seus lotes de terra individuais na fonte de renda fundamental e o trabalho no kolróz na fonte complementar.

Os impostos incidentes sobre as receitas dos kolrozianos não atingem as receitas percebidas por eles do kolróz, de acordo com sua participação no trabalho coletivo. Essas receitas, antes de serem distribuídas entre os diversos membros do kolróz, são gravadas, como já tivemos oportunidade de dizer, pelo imposto especial que recai sobre as receitas dos kolrózes.

O imposto de que tratamos incide sobre as receitas provenientes das fazendas de propriedade individual dos kolrózes, dos camponeses individuais e de outros habitantes das localidades rurais que não façam parte de kolrózes, mas que obtenham receitas como resultado de suas diferentes atividades agrícolas.

A norma fundamental do imposto — que recebeu a denominação oficial de "imposto agrícola" — consiste, de acordo com uma lei promulgada a 10 de junho de 1943, em que as receitas procedentes de cada fazenda individual sejam determinadas em separado. Anteriormente, eram aplicadas tarifas fixas, que oscilavam entre 10 e 50 rublos por ano, para cada fazenda, de acordo com a lei de 1937.

A fim de determinar as receitas anuais das fazendas, a lei estabelece uma rendosidade média das diversas fontes de renda de grandezas diferentes, de acordo com as particularidades econômicas de cada República federada. Os governos das Repúblicas federadas têm o direito de modificar essas normas, elevando-as ou rebaixando-as até 50 %. Essas modificações podem ser estabelecidas também com respeito a algumas regiões da República federada.

A receita média de cem metros quadrados dedicados à cultura de cereais está determinada pela lei numa quantidade que oscila entre 30 a 40 rublos. A receita produzida pela cultura da parreira, nessa mesma superfície de terreno, é avaliada entre 180 a 240 rublos. A receita média que pode ser proporcionada por um cavalo é calculada entre 2.000 e 2.250 rublos, etc.

Nas fazendas de propriedade pessoal dos kolrózes, o imposto recai sobre essas receitas em proporções progressivas crescentes, de acordo com a massa geral dessas receitas. As receitas inferiores a 2.000 rublos pagam 8 *kopeks* por rublo. O grupo subsequente de receitas (de 2.000 a 3.000 rublos), paga 8 % sobre os primeiros 2.000 rublos, mais de 10 % sobre a importância excedente dos 2.000 rublos. Daí para diante, a progressão aumenta, interrompendo-se ao atingir receita anual de 8.000 rublos. Neste caso, o imposto ascende para 1.220 rublos, mais 30 *kopeks* por rublo excedente dos 8.000.

Convém recordar que a parte das receitas dos kolrózes distribuída entre os kolrozianos está sujeita a um imposto que varia entre 4 e 8 %.

As fazendas (não adstritas aos kolrózes) que pertencem a operários, empregados ou membros de cooperativas de artesãos que residem em localidades rurais, pagam o imposto nos mesmos moldes das fazendas dos kolrózes. A fim de que possam ser gravadas de acordo com a escala

aplicada aos kolhozianos, não podem possuir quantidade de gado superior à prevista nos estatutos da cooperativa agrícola.

Os lotes de terra que não satisfaçam esse regulamento estão sujeitos às mesmas normas do imposto que é aplicado às fazendas dos camponeses individuais.

Na aplicação do imposto agrícola sobre as receitas das fazendas individuais, empregam-se as mesmas normas a que nos referimos, quando tratamos das fazendas individuais dos kolhozianos, para determinar-se seu grau de rendosidade. Por outro lado, considerando-se que os camponeses individuais obtêm lucros complementares com a venda das sobras de sua produção no mercado, a preços livres, duplicam-se as tarifas do imposto relativamente a esses lucros. Estas são as duas particularidades existentes no que respeita ao gravame das receitas anuais dos camponeses individuais.

A lei do imposto agrícola concede diversos privilégios aos contribuintes. Por exemplo: isentam-se do pagamento do imposto as fazendas dos kolhozianos e dos camponeses individuais nas quais trabalham somente pessoas de idade avançada (homens de 60 anos em diante e mulheres de mais de 55 anos). Estão também eximidas do pagamento do imposto as fazendas de kolhozianos e de camponeses individuais que sejam cultivadas por pessoas não totalmente capazes, mas, sim, por pessoas invalidadas por acidente de trabalho ou pela guerra. As fazendas, nas quais o chefe da família ou seu filho se encontram no serviço militar ativo, ou nas quais a única pessoa capaz para o trabalho seja a mulher, estão isentas de pagamento do imposto (no último caso, a isenção do imposto atinge as fazendas nas quais a única pessoa capaz para o trabalho seja a mulher cujo marido esteja no serviço militar ou tenha filhos menores de 8 anos).

Sobre a importância a arrecadar-se pelo imposto, faz-se um rebaixamento de 15 %, no caso de existir na família apenas uma pessoa capaz para o trabalho e duas ou mais crianças, ou nos casos em que, havendo duas pessoas capazes para o trabalho, existem três ou mais crianças menores de 12 anos. Os organismos competentes do Estado podem isentar total ou parcialmente do imposto nos casos de superveniência de prolongada enfermidade ou morte do único membro da família capaz para o trabalho, ou em caso de calamidade produzida por ação dos elementos da natureza. A legislação prevê diversas vantagens para os trabalhadores fixos, bem como para os que se transferem de lugar a fim de trabalhar em minas ou em trabalhos florestais por espaço de um ano.

O imposto agrícola é pago durante o último trimestre do ano, em 3 prazos.

Os dois impostos fundamentais que incidem sobre as receitas pessoais dos cidadãos da União Soviética têm como complemento os chamados "impostos locais", que afluem integralmente aos orçamentos dos Soviets locais. Esses impostos ocupam lugar secundário no orçamento geral do Estado. Por exemplo: no orçamento de 1942, proporcionaram um total de 1 bilhão e 250 milhões de rublos. Alguns desses impostos (propriedade de edifícios, renda da terra, etc.) são pagos tanto por particulares,

contanto que ocupem terrenos edificadas ou sem edificios, quanto por instituições e empresas do Estado e sociais.

A lei que regula o imposto que incide sobre a posse de edificios prevê numerosas exceções. Esse imposto é cobrado à razão de 5 % sobre o valor dos edificios habitados que pertençam às instituições e organizações do Estado, sociais e cooperativas. As espécies restantes de propriedade imóvel, incluídas as pertencentes a particulares, estão sujeitas ao pagamento do imposto, à razão de um tanto por cento sobre seu valor.

A renda da terra recai sobre os terrenos edificadas ou não, quando são postos à disposição de empresas, instituições ou particulares, em usufruto perpétuo ou mediante contratos com direito a edificar. Na União Soviética, são bastante frequentes os casos em que os particulares constroem residências para seu próprio uso. Além disso, nas localidades urbanas, muitas casas pequenas pertencem a proprietários privados desde os tempos do antigo regime. Nas cercanias das grandes cidades, constroem-se *chalets* de veraneio particulares. Nas pequenas localidades urbanas, constroem-se novas residências. O Estado acorre em auxílio dos construtores concedendo-lhes créditos exequíveis nos bancos locais.

A lei proíbe o arrendamento da terra em qualquer que seja o caso figurado. Os terrenos estão sujeitos apenas a um imposto local conhecido pelo nome de "renda da terra".

Não estão sujeitas ao pagamento dessa renda as terras concedidas aos kolrózes em usufruto perpétuo, as terras ocupadas pelas grandes empresas agrícolas do Estado (soverrózes) e, em geral, todas as terras dedicadas à agricultura, os terrenos florestais, etc.

No que se refere ao pagamento da renda agrária, a lei divide as diferentes instalações e edificios em seis categorias. Cada uma dessas categorias paga o imposto de acordo com uma tarifa determinada, que oscila desde 4 até 8 *kopeks*.

No ano de 1942, a renda da terra proporcionou 285 milhões de rublos aos orçamentos.

Dentre os impostos locais, figuram as contribuições que oneram os meios de transporte (automóveis, cavalos, etc.) No caso dos cavalos já terem sido considerados, por ocasião do estabelecimento do imposto agrícola, seus proprietários estão isentos do pagamento dessa contribuição especial. A contribuição devida pelos meios de transporte é paga de acordo com as diversas localidades. Nas capitais, por exemplo, um automóvel está sujeito a uma contribuição de 25 rublos anuais. Nos bairros operários, a 10 rublos anuais, etc.

O gado de propriedade dos habitantes das localidades urbanas está sujeito a uma contribuição especial.

Importante sector das receitas dos orçamentos locais é constituído pela contribuição que grava, nos mercados kolroziãos, os produtos de origem particular. Em 1942, essa contribuição proporcionou 274 milhões de rublos.

Existe grande número de mercados kolrozfãos nas localidades urbanas ou fabris. As transações realizadas nesses mercados atingem, no total, importância superior a 30 bilhões de rublos. Como consequência

dos êxitos da agricultura, êsse montante aumenta rãpidamente de ano para ano.

A contribuição que ora consideramos é paga no dia da venda e em diferentes proporções, de acôrdo com a espécie de comércio. A venda de produtos que são transportados em caminhões está sujeita a uma contribuição de 12 rublos. A venda direta, em cestos ou postos, está sujeita a uma contribuição de 3 rublos. E assim por diante. Quando os kolrózes ou os particulares contratam com o Diretor do mercado para a venda permanente em locais especiais ficam isentos do pagamento da contribuição diária.

Referimo-nos, no capítulo anterior, às estampilhas do Estado. Essas estampilhas são pagas pelas instituições ou pelos particulares que recorrem às instituições oficiais, notariais, ou aos centros encarregados de registrar as mudanças e modificações do estado civil (matrimônios, divórcios, troca de nomes, etc.), de revalidar passaportes, etc.

Em numerosos casos, os cidadãos são eximidos do pagamento das estampilhas. Tais são, por exemplo, os casos de registo de certidões de nascimento, óbito e adoção.

Estão igualmente isentas do impôsto as causas relacionadas com litígios sôbre contratos de trabalho, etc. O visto nos passaportes estrangeiros está sujeito ao pagamento da importância de 5 rublos em estampilhas para os subditos de Estados que mantenham relações diplomáticas com a União Soviética. Os demais cidadãos estrangeiros pagam estampilhas no valor de 50 rublos.

O impôsto incidente sôbre a herança, que existia anteriormente, foi substituído por estampilhagem cujo valor depende das proporções da herança. As heranças que vão de 300 a 1.000 rublos estão sujeitas ao pagamento de 20 rublos em estampilhas. As que excedem essa quantidade estão sujeitas ao pagamento de 10 % sôbre a massa total do valor da herança.

Êsses são os impostos através dos quais os cidadãos da União Soviética contribuem para o orçamento.

## VI -

### OS IMPOSTOS DE GUERRA

Durante a guerra contra a Alemanha nazista e seus satélites, a União Soviética viu-se compelida a retesar tôdas as suas forças e mobilizar todos os seus recursos materiais. No transcurso dos primeiros três anos e meio de guerra (desde o verão do ano de 1941 até os fins de 1944), o orçamento do Estado da União Soviética destinou às despesas com as linhas de frente — sem considerar as inversões destinadas à organização da economia de guerra e às emprêsas da indústria bélica — uma importância fabulosa, superior a 420 bilhões de rublos. Como índice de sua importância, pode-se tomar o balanço das despesas orçamentárias no decurso do segundo plano quinquenal. Durante êsse período (de cinco anos), a importância total das despesas orçamentárias atingiu a cifra

de 348 bilhões e 700 milhões de rublos, dos quais apenas, talvez, 47 bilhões de rublos foram destinados às despesas exigidas pelas necessidades da defesa.

Para o ano de 1945, o orçamento da União Soviética previa despesas de guerra no valor de 137 bilhões e 900 milhões de rublos.

Deve-se tomar na devida consideração que essas despesas constituem, naturalmente, a principal, mas não a única fonte de escoamento dos orçamentos do Estado em tempo de guerra. O peso específico das despesas provocadas pela guerra, nos orçamentos dos diversos anos de guerra, oscilou entre 50 e 40 % do total.

Durante a guerra, do mesmo modo que em tempo de paz, a fonte fundamental com que se cobriram as despesas orçamentárias foi constituída pelas receitas provenientes das empresas socialistas, recolhidas especialmente através do imposto de circulação, na qualidade de descontos sobre os lucros das empresas do Estado, ou como impostos incidentes sobre as receitas líquidas das empresas e organizações sociais e cooperativas.

Durante a guerra, não houve necessidade de realizar alterações importantes na estrutura desses métodos de acumulação das receitas das empresas socialistas. A política de preços impôs-se como tarefa fundamental manter o nível de antes da guerra. Constituíram exceção apenas os preços da produção de fumo e de bebidas alcoólicas. Os preços desses artigos aumentaram. Ao mesmo tempo, diminuíram consideravelmente os preços de inúmeros tipos de produção da indústria de guerra, na qual foram empregados com êxito os métodos de produção em série, elevando-se de maneira considerável a produtividade do trabalho. O rebaixamento desses preços proporcionou ao Estado uma economia de 50 bilhões de rublos nas despesas militares dos três anos e meio de guerra. Naturalmente, essa economia, feita nas fábricas e empresas do Estado, reduziu as despesas de guerra, mas, em compensação, diminuiu de maneira quase idêntica o lucro com que antes contribuíam para os orçamentos (em forma de impostos, descontos sobre os lucros, etc.) as fábricas e empresas que proporcionaram a referida economia.

Duas circunstâncias fizeram diminuir o peso específico do imposto de circulação e dos descontos sobre os lucros no orçamento da União Soviética.

A primeira consiste em que o inimigo vil devastou as regiões ocidentais do país, nas quais existia grande número de empresas do Estado e cooperativas. A segunda circunstância — inevitável em tempo de guerra — foi a diminuição ou cessação do crescimento da produção destinada ao consumo da população. Na União Soviética, como nos outros países beligerantes, o consumo da população, durante a guerra, foi ajustado e regulado por meio de um sistema de racionamento de víveres. Houve outra circunstância que também contribuiu, até certo ponto, para diminuir o peso específico das receitas procedentes da economia socialista no orçamento.

Durante a guerra, cresceram consideravelmente as receitas orçamentárias procedentes dos impostos pagos diretamente pela população. Como resultado de todas essas circunstâncias, no orçamento de 1945, as receitas

provenientes do imposto de circulação e dos descontos sobre os lucros constituem cerca de 50 % das receitas totais, em vez de constituírem 80 % ou mais, como acontecia anteriormente.

Extremamente interessante é a dinâmica das receitas orçamentárias procedentes dos impostos que gravam os particulares. De 1937 a 1940, as receitas provenientes desses impostos aumentaram de 4 bilhões para 10 bilhões de rublos, ou, seja: aumentaram duas vezes e meia. Esse crescimento foi devido fundamentalmente ao aumento do número de operários e empregados, à elevação dos salários e ao crescimento do bem-estar dos kolroziãos. Durante a guerra, o movimento das receitas procedentes desses impostos é ilustrado pelas seguintes cifras:

- 1941 — 11 bilhões e 300 milhões de rublos;
- 1942 — 22 bilhões e 300 milhões de rublos;
- 1943 — 30 bilhões e 100 milhões de rublos;
- 1944 — 40 bilhões e 300 milhões de rublos;
- 1945 — 49 bilhões e 500 milhões de rublos.

Por conseguinte, essas receitas do orçamento do Estado, durante a guerra, aumentaram mais de quatro vezes. As receitas orçamentárias procedentes dos impostos diretos sobre as receitas da produção, em virtude de seu trabalho, constituem importantíssimo item do orçamento de 1945, no qual chegam a cerca de 16 % do total das receitas orçamentárias (308 bilhões de rublos).

A elevação das tarifas e o aumento do número de impostos incidentes sobre a população foram realizados nos primeiros anos da guerra. Por isso, seu crescimento posterior deve ser atribuído a dois factos essenciais: o aumento do número de operários durante a guerra e a elevação dos salários dos operários e das receitas dos kolroziãos, como resultado da elevação da produtividade do trabalho. O aumento do número de operários no segundo período da guerra, não só se produziu em virtude do aumento da produção do material bélico correspondente. Depois de varrer o inimigo das regiões temporariamente ocupadas, normaliza-se rapidamente a vida econômica nas zonas libertadas. Isso é consequência dos vultosos trabalhos de reconstrução. Basta dizer que, no orçamento da União Soviética para 1945, foram destinados 64 bilhões e 600 milhões de rublos para cobrir as despesas da economia nacional (em 1944, haviam sido destinados para esse fim 49 bilhões de rublos). Desse 64 bilhões e 600 milhões de rublos, mais de 40 bilhões destinam-se a inversões capitais. A metade dessa importância será aplicada em trabalhos de reconstrução. Essa grandeza das construções inteiramente novas, e especialmente dos trabalhos de reconstrução, traz no bôjo, naturalmente, o crescimento do número de operários e do volume do fundo de salários. Tudo isso reflete-se diretamente no célebre crescimento orçamentário das receitas procedentes de impostos que incidem sobre a população.

Devemos acrescentar que a contribuição da população para as receitas dos orçamentos de guerra não se limita ao pagamento de impostos sobre as receitas individuais. Além de pagar impostos elevados, a população exprime seu entusiasmo patriótico e sua admiração pelos feitos

heróicos do Exército Vermelho e da Frota de Guerra entregando-se a amplo movimento social, que abrange todo o imenso país soviético e canaliza para o orçamento verdadeira torrente de contribuições voluntárias. Essas contribuições assumem diversas formas, desde a participação em massa nos empréstimos de guerra do Estado até a entrega ao Tesouro de jóias e objetos preciosos. Nas despesas orçamentárias cobertas com as receitas de vária espécie, essas contribuições voluntárias rivalizaram, durante a guerra, com as contribuições obrigatórias da população. Por exemplo: no balanço da execução do orçamento de 1944, as contribuições voluntárias proporcionaram um total de 37 bilhões e 500 milhões de rublos, e os impostos obrigatórios, 40 bilhões e 300 milhões.

Estes factos, e outros, análogos, permitiram ao generalíssimo Stálin dizer: "O povo soviético privou-se de muita coisa e aceitou conscientemente grandes privações materiais para dar mais para as linhas de frente".

Cerca de metade das receitas orçamentárias procedentes das contribuições obrigatórias da população, durante a guerra, provém do novo "imposto de guerra" estabelecido nos fins do ano de 1941.

Está sujeita ao pagamento do imposto de guerra a população urbana e rural do país. Estão isentos desse pagamento os cidadãos estrangeiros residentes em território da União Soviética.

Como os demais impostos diretos soviéticos, o imposto de guerra concede inúmeras exceções. Insentam-se do pagamento desse imposto os militares que estão no Exército ativo ou na Frota de Guerra, bem como suas famílias, e os que recebem pensões do Tesouro, os inválidos da primeira e da segunda categoria, os cidadãos de mais de 60 anos (homens) e de mais de 55 (mulheres) que não possuam rendas independentes, os pensionistas que careçam de outras fontes de renda, etc.

Por outro lado, a lei do imposto de guerra prevê seu aumento, em 50 %, para os homens isentos do serviço militar por ocasião de atingirem a idade do sorteio.

No que se refere aos operários, empregados, literatos e artistas, o imposto de guerra é aplicado de maneira análoga ao imposto que incide sobre as receitas. Para as receitas inferiores a 24.000 rublos anuais, vigora uma tarifa invariável. Para um salário anual de 1.860 rublos, o imposto atinge a importância de 120 rublos, pagáveis em mensalidades de 10 rublos. Para uma renda anual de 24.000 rublos, o imposto alcança a cifra de 2.280 rublos. Dessa maneira, a tarifa dos impostos para as receitas compreendidas entre esses limites oscila desde 6,6 até 9,5 % das receitas atingidas. As receitas anuais superiores a 24.000 rublos estão sujeitas a uma tarifa de 2.700 rublos anuais.

A lei estabelece que a importância geral do imposto de guerra, pago pelos operários e empregados em todos os locais de trabalho (nos casos em que desempenham funções ou realizam trabalhos em mais de um local), não deve exceder a cifra de 2.700 rublos por ano. Essa norma depreende-se logicamente da própria escala em que o imposto de guerra grava as receitas individuais dos cidadãos.

Nas localidades rurais, o imposto de guerra possui outra estrutura. Os kolhozianos e camponeses individuais pagam o imposto à razão de 150 a 600 rublos anuais por cada pessoa que trabalha em suas fazendas.

Dentro desses limites, os governos das Repúblicas federadas estabelecem tarifas médias para as diversas regiões e distritos de sua jurisdição. Da mesma forma que nas cidades, as tarifas do imposto aumentam em 50 % para os homens isentos do serviço militar.

Os demais cidadãos, que possuem fontes de renda independentes, pagam o imposto de guerra de acordo com uma escala dobrada, em comparação com a estabelecida para os operários e empregados, mas nunca menor do que 100 % do imposto incidente sobre as receitas ao qual estejam sujeitos.

Em fins de 1941, foi estabelecido outro imposto para os solteiros, pessoas sem família dependente de si ou sem filhos. Esse imposto atinge os homens de 20 a 50 anos de idade e as mulheres de 20 a 45. Os operários e empregados cujas receitas mensais não excedam de 150 rublos pagam o imposto à razão de 5 rublos por mês. Os que percebem salário superior a 150 rublos mensais pagam-no à razão de 50 % sobre o mesmo. Os demais cidadãos, cujas receitas provêm de trabalhos urbanos, também pagam 5 %. Nas localidades rurais, os membros das fazendas kolroziâneas ou os camponeses individuais pagam esse imposto à razão de 100 rublos anuais.

Como já tivemos oportunidade de assinalar, na União Soviética, os impostos que recaem sobre as receitas individuais afluem essencialmente aos orçamentos locais e, em parte, aos orçamentos das Repúblicas federadas, nos quais está concentrada a massa fundamental das despesas destinadas a atender às necessidades culturais e sociais da população. Nos tempos de paz, a importância anual das receitas anuais provenientes desses impostos e contribuições voluntárias era, em geral, inferior ao volume geral das despesas orçamentárias destinadas a atender às necessidades culturais e sociais da população. Para cobrir essas despesas, contribuíam de maneira considerável as acumulações da economia socialista, que eram transferidas do orçamento geral para os orçamentos das Repúblicas federadas e dos Soviets locais na forma de descontos sobre as receitas do imposto de circulação vigente em toda a União Soviética.

Durante a guerra, a correlação entre as contribuições obrigatórias e voluntárias da população para o orçamento, por um lado, e as despesas orçamentárias destinadas à satisfação das necessidades culturais e sociais, por outro lado, modificou-se. Essa modificação pode ser avaliada pelo seguinte quadro (em milhares de milhões de rublos):

| Anos                | Contribuições da população | Despesas sociais e culturais |
|---------------------|----------------------------|------------------------------|
| 1940.....           | 19,5                       | 40,9                         |
| 1941.....           | 20,0                       | 30,8                         |
| 1942.....           | 43,4                       | 20,3                         |
| 1943.....           | 61,5                       | 25,1                         |
| 1944.....           | 77,8                       | 51,1                         |
| 1945 (projeto)..... | 82,9                       | 66,1                         |

Assim, durante a guerra, parte das receitas que afluíam ao orçamento como resultado da contribuição individual foi invertida em despesas de guerra. Devemos acentuar outra circunstância de maior importância ainda. O grande crescimento das receitas orçamentárias provenientes das contribuições da população permitiu ao Estado cobrir plenamente, com esses fundos, todas as necessidades culturais e sociais, e dedicar, assim, os recursos essenciais do Estado soviético à cobertura das despesas de guerra e ao fortalecimento da potência defensiva da União Soviética.

## VII

### RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS

Para finalizar esta breve exposição do sistema tributário soviético, convém examinar — também com brevidade — a forma através da qual é realizado o recolhimento dos impostos na União Soviética. O recolhimento dos impostos que incidem sobre as empresas e organizações do Estado tem enorme importância técnica e financeira, já que de sua justa realização depende a receita fundamental do orçamento da União Soviética. O recolhimento desses impostos tem também imensa importância econômica, de vez que, além do mais, constitui um meio de controle da atividade e das finanças das diversas empresas.

O recolhimento dos impostos que recaem sobre empresas e organizações cooperativas, e especialmente sobre os kolrózes, bem como o recolhimento dos impostos que incidem sobre os particulares, tem grande importância política. Por essas razões, o Estado soviético dedicou sempre especial atenção ao recolhimento dos impostos e tem punido severamente todos os agentes do fisco que, no exercício de suas funções, hajam infringido as leis e instruções estabelecidas a esse respeito.

As receitas orçamentárias procedentes da economia socialista são recolhidas pelo Commissariado de Finanças da União Soviética, pelos Commissariados de Finanças das Repúblicas federadas, ou pelas seções financeiras dos Soviets locais, conforme o organismo do qual dependam administrativamente as empresas. Os Commissariados de Finanças possuem seções especiais, encarregadas de zelar pelas receitas do Estado. Essas seções estão encarregadas, por um lado, da planificação do conjunto das receitas orçamentárias e da supervisão e controle dos organismos inferiores, e, por outro, do recolhimento das contribuições orçamentárias das empresas socialistas.

O recolhimento dos impostos que recaem sobre a população está a cargo das seções financeiras dos Soviets das cidades e distritos. As seções especiais de recolhimento de impostos, existentes nas esferas fiscais centrais, não passam de organismos de direção e controle.

O recolhimento dos impostos que incidem diretamente sobre a população simplifica-se extraordinariamente por ser realizado através do desconto em fôlha, sem a necessidade de ser pago em moeda corrente. São pagos desta forma os impostos que recaem sobre a população rural e sobre os artesãos. O sistema de desconto em fôlha exclui a morosidade do pagamento dos impostos.

Em compensação, essa mesma morosidade é possível quando se trata de impostos cujo pagamento é realizado em efeitos.

O contribuinte que, por causa justificada, não está em condições de efetuar o pagamento do imposto dentro do prazo estabelecido pela lei, tem o direito de recorrer ao organismo fiscal competente e solicitar uma prorrogação.

Os casos de morosidade sem razão justificada são punidos pelos órgãos competentes. Quando se trata de empresas do Estado ou cooperativas, os organismos fiscais conseguem que o pagamento seja satisfeito por via administrativa.

A legislação soviética estabelece outro sistema para obter o pagamento de impostos por parte dos kolrózes, cooperativas de artesãos e particulares. Os casos de morosidade desta categoria são resolvidos unicamente por via judicial.

A lei proíbe que se aliene, onere ou sujeite a outra espécie de carga a residência e instalações adjacentes, bem como a vaca ou o carneiro do contribuinte moroso, a fim de obter-se a liquidação dos atrasos no pagamento dos impostos. Quando se trata de kolrozianos, essa proibição é estendida às aves domésticas e ao gado menor (dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos dos kolrózes), à roupa, ao calçado, aos utensílios de cozinha, mesas, cadeiras e lâmpadas, a toda sorte de bens infantis, aos viveres necessários ao contribuinte até a próxima colheita, aos subsídios recebidos na qualidade de chefe de família numerosa e aos instrumentos de trabalho necessários à prática de seu ofício.

Dessa maneira, a garantia da decisão judicial e a salvaguarda estabelecida pela lei, dos elementos indispensáveis da propriedade pessoal do contribuinte e de sua família, asseguram o cumprimento rigoroso das leis tributárias, inspiradas por um sentido de justiça e de defesa dos interesses dos cidadãos.

E' necessário acentuar-se a atitude da população soviética, no que se refere ao importante problema do recolhimento dos impostos, e, em geral, da afluência das receitas do Estado ao orçamento.

Constituem-se, nas empresas, com a participação dos operários e empregados, comissões especiais de controle financeiro, que participam ativamente do trabalho de verificar o pagamento orçamentário da parte das receitas da empresa fixada pela lei e prevista no plano financeiro da própria empresa. Por outro lado, as empresas indicam inspetores sociais, que constituem valioso auxílio para os representantes dos organismos financeiros.

No que se refere aos organismos financeiros que cuidam dos kolrózes e dos particulares, freqüentemente acorrem em seu auxílio grupos

sociais que se constituem voluntariamente e por meio dos quais a população coopera para o recolhimento dos impostos e defende os interesses dos contribuintes.

A este respeito, convém assinalar que a população também coopera ativamente para a realização das contribuições voluntárias para o orçamento. Por exemplo: a amplitude da subscrição pública aos empréstimos de massa do Estado — que, nos últimos anos, atingiram dezenas de milhões de cidadãos — é, em grande parte, devida às comissões sociais de cooperação aos créditos do Estado. Essas comissões trabalham em íntima ligação com os sindicatos.

O verdadeiro espírito democrático, que constitui a base da organização do Estado soviético, reflete-se plenamente no sistema de relações financeiras entre ele e os particulares.



**EUCLIDES DA CUNHA MATERIALISTA** — O materialismo é tão velho quanto a filosofia.

Na acepção contrafeita, são materialistas os que desfrutam sem justo título prazeres e comodidades, indiferentes à miséria, à ignorância, à superstição, à doença do maior número.

Não são *materialistas* desse teor, mas o oposto deles, os que morrem, sorrindo, por um ideal e chegam ao paroxismo nas paixões do bem e da verdade, do dever e da dignidade.

Não são *materialistas* assim os que servem, indistintamente, a humanidade, os que, nada tendo, nem esperando, dão a vida por este nada.

São materialistas daquela marca de que falou Euclides da Cunha:

“Em pleno critério determinista somos talvez mais sonhadores do que nos tempos em que ao ingênuo finalismo teológico bastavam duas sílabas para descrever as maravilhas da criação. Numa intimidade mais profunda com o mundo exterior, a nossa idealização aumenta de um modo quasi mecânico. Estira-se-nos na visão deslumbrada. Alarga-se-nos nos novos quadros reveladores das imagens infinitas da natureza. E, à medida que se nos torna mais claro o sentimento das energias criadoras que nos circulam, e vai eliminando-se do nosso espírito o velho espantinho da *discórdia dos elementos* de que tanto se apaziam os deuses vagabundos, e nos sentimos mais equilibrados, mais fortes, mais solidários com a harmonia natural, maior se torna a fonte inspiradora do nosso idealismo, fortalecido por impressões mais dignas da majestade da vida.”

O materialismo, propriamente dito, não equipara o homem ao bicho... Ao contrário, arrostando o martírio contra os que negavam ao homem esta capacidade, fez a inteligência ascender ao infinito defrontando o eterno, tateando o absoluto, incorporando o “sobrenatural” ao natural. (Roberto Lira — *Socialismo por amor a Deus, à Pátria e à Família*, pag. 24.)

# Páginas de Stálin

OS INTELECTUAIS DA CLASSE OPERÁRIA — "...Mas não precisamos de engenheiros, técnicos e dirigentes quaisquer. Precisamos de dirigentes, de engenheiros e técnicos que sejam capazes de compreender e assimilar a política da classe operária deste país e estejam dispostos a realizá-la conscientemente. Mas que significa isso? Isso significa que nosso país entrou numa tal fase de desenvolvimento que a *classe operária deve criar seus próprios intelectuais*, produtores e técnicos, capazes de representar seus interesses na produção, como interesses da classe dominante.

Nenhuma classe dominante soube fazer face à situação sem possuir seus próprios intelectuais. Não há dúvida que a classe operária da União Soviética não saberá, ela tão pouco, dispensar seus próprios intelectuais produtores e técnicos.

O governo soviético levou em conta esse facto e abriu as portas das universidades, em todos os ramos da economia nacional, aos membros da classe operária. Sabeis que dezenas de milhares de jovens operários e camponeses estudam presentemente em nossas universidades. Se antigamente, sob o regime capitalista, as universidades eram um monopólio dos senhores, na hora presente, sob o regime soviético, é a juventude operária e camponesa que constitui a força dominante dessas instituições. Está fora de dúvida que, dentro em pouco, nossas escolas fornecerão milhares de novos técnicos e engenheiros, novos dirigentes para nossa indústria.

Mas isso é apenas uma parte da questão. A outra parte consiste no facto de que os intelectuais produtores e técnicos da classe operária não se recrutarão somente entre as pessoas que frequentaram as universidades, eles serão recrutados também entre os operários qualificados de nossas empresas, entre as forças instruídas da classe operária das usinas, das fábricas, e das minas, os iniciadores da emulação socialista, os chefes de choque, os iniciadores do entusiasmo pelo trabalho, os organizadores do trabalho neste ou naquele sector da edificação socialista — eis a nova camada da classe operária que deverá formar, ao lado de seus camaradas saídos das universidades, o núcleo intelectual da classe operária, o núcleo dos quadros dirigentes de nossa indústria. A tarefa consiste em não esmagar os camaradas que tenham espírito de iniciativa mas, pelo contrário, ajudá-los a subir aos postos de direção, dar-lhes a possibilidade de manifestar sua capacidade de organização, permitir-lhes ampliar seus conhecimentos e criar-lhes as condições necessárias, sem olhar às despesas." (Stálin — *Discurso à Conferência dos Dirigentes da Indústria*, 23 de junho de 1931.)

# NOSSA REALIDADE DESCRITA POR UM BRASILEIRO QUE A VIVE PENOSA E CONSCIENTEMENTE

Recebemos de todos os pontos do país numerosas cartas descrevendo quanto lamentável e revoltante é a situação do nosso trabalhador rural.

Não as temos publicado, por não dispormos de espaço suficiente; contudo, excepcionalmente, inserimos hoje uma, que nos surpreendeu pela objetividade com que descreve o meio em que vive o nosso trabalhador em Cristalina, Goiás, e quanto de consciência social revela, embora a forma pela qual é redigida, respeitada inteiramente, para que o nosso leitor possa apreciar o sabor da sinceridade e a emocionante eloquência da palavra rude de um trabalhador rural brasileiro. Ei-la:

*Cristalina, 1 de janeiro de 1947.*

*Queridos amigos*

A crise aqui está cruel vocês nem querem saber está de amargar os ricos ficaram pobre e os pobres estão sujeitos a morrerem de fome porque o ramo daqui é o cristal e o cristal está nas mãos dos "trusts" quem manobra no nosso Brasil é o dinheiro imperialista. Enquanto o povo não compreender que o que nós estamos querendo é unir... O Brasil vive sempre no chicote da América do Norte. O cristal não está valendo nada só é promessa tal dia vai melhorar de preço aquele dia chega e preço do cristal nada, só é promessa e o povo estão passando misérias. O povo não tem onde trabalhar. E mesmo que tivessem onde trabalhar? Como é que trabalha com fome nú sem ferramentas sem assistência médica enfim faltando tudo. O povo aqui nas roças é poucos que não tem papo tem deles que tem quatro papos no pescoço e assim mesmo ainda pagam impostos. Sendo que este povo precisava é de conforto do governo para matarem os vermes e o amarelão temos gentes aqui que não conhece o que é um par de sapato veja lá outras coisas (aqui amigos não é conhecido como Brasil) só para pagar imposto é que este povo é conhecido tudo isso é verdade só vendo que situação o povo vivem aqui. Peço aos amigos para lerem com atenção e fazer a pontuação no que está escrito e dar a outros amigos do povo para ler para ver que Brasil que está bem adiantado de misérias... Por falta de uma administração... O fazendeiro aqui nestas já tem medo quando recebe um aviso de um funcionário público já vai com o coração miúdo já sabem é imposto ou multa assim vem o coitado do roceiro todo doente e amarelo da cor de uma flor de algodão outros já vem com o pescoço todo torto com três (3) quatro (4) e às vezes cinco (5) papos... Agora no meu pensar o governo deveria fazer era assim, como é de costume no fim do ano cobrar impostos cobra-se mais quando fôsse no começo do ano fornecesse remédio para matar as doenças dos animais. E fornecesse remédios ou aliás uma farmácia a disposição dos doentes e um bom médico

*para dar remédios. (Mas isto é meu pensar). Outra coisa quando o coitado não pode pagar o imposto no prazo fixo vai a dívida ativa logo vai a praça aquele coitado fica com os dentes os olhos olhando para o céu... O Tubarão que rematou ainda fica dizendo, quã fulano não podia trabalhar nestes terrenos, ele é pobre isto aí só para mim porque tenho dinheiro. Agora o que é que o rico faz? Pega o arame e cerca os matos e diz assim aqui ninguém mexe aqui é meu... Agora aonde o pobre vai trabalhar? Pobre é estêrco para produzir para os ricos. Amigos tudo isto é verdade.*

*No mais, subscrevo-me com elevada estima e consideração,*

*(Omitimos o nome deste brasileiro para evitar que sofra as represálias dos sóbas da região em que vive).*

**TEORIA DOS FACTORES** — Difundida teoria burguesa, segundo a qual o desenvolvimento social é resultado da interação dos diferentes aspectos e condições da vida social (meio geográfico, política, ciência, moral, etc.). Cada um desses aspectos é considerado como independente e separado dos outros factores (fôrças) do desenvolvimento social. Ordinariamente, a teoria dos factores transformou-se em teoria eclética, tentando explicar tudo por meio de palavras que nada querem dizer, como a influência recíproca de uns fenômenos sociais sobre os outros: a economia influi sobre a política; e a política, por sua vez, sobre a economia, etc. O materialismo dialético, tendo descoberto, na produção material, a causa determinante da vida e do desenvolvimento da sociedade, demonstrou que todos os aspectos da vida social (regime político, formas da consciência social, ciência, moral, etc.) dependem do desenvolvimento da produção material e variam de acôrdo com as mudanças nos modos de produção. Isso não significa, de forma alguma, que o marxismo não admite a grande importância das instituições políticas, das idéias, etc., no processo histórico. A sociedade é concebida pelo marxismo como um todo único, em toda a riqueza e interação de suas partes. Mas o desenvolvimento como um todo, da mesma forma que o desenvolvimento de cada sector particular da vida social, é determinado pelo desenvolvimento da produção material.

**O MARXISMO NÃO É UM DOGMA** — “Nós não somos dogmáticos; nossa teoria não é um dogma, mas uma norma de ação. Jamais afirmamos que Marx ou os marxistas conhecessem o caminho para o socialismo em toda sua realidade concreta, em todos os seus detalhes; afirmá-lo seria um disparate. Sabemos que este é o caminho certo, sabemos que fôrças de classe nos seguem, mas concreta e praticamente somente o saberemos quando pusermos mãos à obra, quando tivermos a experiência de milhões de homens. (Stálin.)

# Questões de História

## O MOVIMENTO HERÉTICO

1. *Principais tendências intelectuais* — “Do século XI até meados do século XIV, a Europa ocidental e central sofre profunda transformação econômica. Multiplicam-se-lhe, então, extraordinariamente, as riquezas. Como ilhas, que inopinadamente emergissem de imenso oceano, de todos os lados surgem as cidades. O comércio e a indústria entram num período de grande prosperidade. O mundo inteiro acompanhava com atenção apaixonada a luta entre o Império e o Papado. As cruzadas arre-messavam ao Oriente consideráveis massas humanas. As grandes escolas teológicas, nas suas disputas religiosas, utilizam-se de toda a ciência do tempo. A escolástica, então, entrega-se a verdadeiras orgias. As artes plásticas expressam em monumentos imortais toda a angústia e agitação da época. Na poesia, surge *A Divina Comédia*, formidável epopéia dos esforços, das aspirações, dos erros e das promessas de todas as gerações desse período.

Nas cidades, a burguesia nascente institui novas bases sociais e inicia a luta contra o domínio da Igreja, dos reis e dos senhores feudais. Em Paris, Abelardo submete os ensinamentos da fé ao exame da razão. Em Oxford, o franciscano Roger Bacon, uma das maiores capacidades da época, analisa os problemas das ciências naturais, liberta a razão de seu papel subalterno de serva da fé — e eleva-a à categoria de soberana no domínio das pesquisas científicas. Em Colônia, o monje dominicano Eckardt, o pai da mística alemã, prega, falando da essência da divindade, sobre os problemas do Universo, sobre a fusão da alma com o seu princípio que penetra todas as coisas, sobre a pobreza apostólica, etc...

Em todos os centros da cultura européia, congregam-se forças que abalam os alicerces do edifício dogmático construído por Paulo, Agostinho e Tomaz de Aquino. Os artesãos pobres (tecelões, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, etc.), organizados em inumeráveis confrarias, *ghildes*, corporações, associações, desejam uma vida evangélica e uma religião mais interior. Todo o poder da fé, que vibrava em cada um desses homens, polarizava-se num só sentido: a conquista da liberdade social e a instauração do reinado de Deus. E foram queimados, aos milhares, nas fogueiras da Inquisição. Sobreviveram, porém, suas aspirações, elevando-se, com uma força tremenda, através do tempo e do espaço. Nenhuma forma de repressão conseguiu dominá-las.

Enfeixam-se neste período três séculos de beleza, três séculos de uma grandiosidade indiscutível, de esforços titânicos e de brilhantes manifestações do espírito humano, mas, também, três séculos de erros, de trágicos insucessos e de fraquezas lamentáveis. Enfeixam-se neste período

três séculos, que representam, apesar de tudo, uma etapa considerável no desenvolvimento histórico da Humanidade.

2. *Os cataros* — Pelos fins do século XII e no começo do século XIII, as cidades da Europa ocidental e central achavam-se fendidas por inúmeras seitas heréticas. A península balcânica, o norte e o centro da Itália, a França, a Espanha, toda a bacia do Reno, da Alsácia aos Países Baixos, grande parte da Alemanha central, de Colônia a Goslar, dividiam-se nos mais vários sentidos por movimentos heréticos em oposição à Igreja, os quais se esforçavam para construir uma nova vida religiosa baseada no Cristianismo primitivo. Os diferentes movimentos heréticos eram denominados "cataros" (da palavra grega *kataras*, que significa "puro"). Já nos princípios do século XI, muitas resoluções de sinodos eclesiásticos condenaram as idéias e as atividades das diversas seitas cataras: pífilos, tecelões, patarenos, pobres da Lombárdia, paulinos, pobres de Lyon, valdeses, albigenses, bogomilos, búlgaros, armoldistas, etc., etc. Mais tarde, surgiram ainda os beguardos e as beguinas, assim como os loardos, que, inicialmente, não foram hereges. Os diversos movimentos heréticos eram designados pela localidade em que surgiam ou onde estava a sede principal do movimento e consoante o seu caráter. Mas, de um modo geral, todos os movimentos eram chamados "cataros".

O começo do movimento cataro remonta à segunda metade do século X. Surge pela primeira vez na Bulgária, onde se desenvolve como um movimento de oposição de camponeses, dirigido contra o feudalismo nascente. Daí propaga-se à Europa ocidental, onde adquire um caráter urbano, artesão. A partir do sinodo de Orleans (1022), no qual treze cataros foram acusados de praticar o "amor livre", e, dentre eles, onze condenados a morrer na fogueira, as acusações prosseguem até o fim da Idade Média. Em 1025, vários hereges foram submetidos ao julgamento do sinodo de Arras, porque haviam declarado que a finalidade da religião é a prática de boas ações, o exercício do trabalho manual, o amor a seus correligionários. Na opinião desses hereges, os que viviam em harmonia com esses princípios não precisavam de Igrejas ou de sacramentos. O movimento ampliou-se logo, invadindo as regiões vizinhas, conquistando grande número de adeptos na Lombárdia, no Languedoc, na Alsácia, em todo o vale do Reno, na Alemanha central. Em Goslar, em 1052, alguns hereges foram queimados por afirmar que ninguém tem o direito de matar um ser vivo. Estes hereges condenavam, portanto, as guerras e as matanças, bem como o sacrifício de qualquer animal. Em 1030, hereges de Montfort, localidade próxima de Turim, foram acusados por manifestarem-se contra os ritos religiosos, o casamento, o sacrifício de animais e a favor da comunidade de bens.

Como vimos, o movimento herético caracterizava-se como verdadeiramente internacional. E, entretanto, não possuía doutrina nem tática. No seio deste movimento distinguem-se duas tendências principais: 1.<sup>a</sup>, a do dualismo gnóstico-maniqueísta; 2.<sup>a</sup>, a do panteísmo amalriciano. A primeira focaliza o completo antagonismo entre as potências soberanas: o Bem e o Mal, o Espírito e a Matéria. Seita severa, ascética, porque seus adeptos procuravam sobretudo vencer a Matéria. Os partidários da tendência panteísta, pelo contrário, consideravam-se parte integrante

do Espírito Santo e eram contrários não só a todas as formas de ascetismo, como a qualquer modalidade de sujeição moral. Parece mesmo que muitos adeptos do panteísmo se julgavam acima do Bem e do Mal. Mas sua influência foi de caráter transitório. A maioria dos cataros vivia simples e modestamente e era adepta da concepção do mundo dos gnósticos e dos maniqueístas.

Mas a pobreza apostólica, a luta contra a degenerescência da Igreja e das ordens monásticas, a aspiração de uma vida em comum baseada na virtude, o repúdio dos sacramentos, dos dogmas e das cerimônias da Igreja oficial, são característicos que se encontram em todas as seitas cataras. Em algumas delas, os adeptos dividiam-se em duas categorias: a classe dos "perfeitos" e a classe dos "crentes". Os primeiros obedeciam rigorosamente à ética social catara. Viviam na pobreza, no ascetismo ou em comunidade. Os "crentes", embora separados da Igreja oficial, continuavam exercendo na vida civil as ocupações habituais, à espera do advento do grande dia, a partir do qual todos os cataros poderiam começar a viver de acordo com seus ideais.

A tática dos cataros era, em geral, uma tática pacifista, porque não admitiam nenhuma forma de violência nem de opressão exterior. Para eles, as cruzadas eram pavorosas carnificinas. Por isso, só em recurso extremo, quando se viam ameaçados de extermínio, é que pegavam em armas para combater. Foi o que aconteceu com os valdenses, a mais forte seita catara. Todos os cataros acreditavam na vitória final do Bem. E esperavam garantir a vitória do Bem, não pelas armas, mas pela força do Espírito, pelo amor aos homens e pela verdade.

3. *Os cataros e o comunismo* — Os cataros não deixaram documentos pelos quais possamos hoje estudar-lhes a doutrina e, sobretudo, as concepções sociais. Todos os documentos diretos, escritos pelos próprios cataros, foram confiscados e destruídos pelas autoridades eclesiásticas e civis. Deste modo, só conhecemos as aspirações e a doutrina dos cataros pelo que delas disseram os adversários, os padres, os dominicanos e os papas. E estes adversários, bem entendido, interessavam-se mais pela doutrina religiosa do que pelas concepções sociais. Realmente, na Idade Média, a religião era o principal, peno menos nos lugares sob a jurisdição da Igreja. Aliás, os monjes, na qualidade de partidários teóricos da pobreza apostólica, não consideravam os cataros como hereges pelo facto de alguns deles viverem em comunidades. Eis porque as atas de acusação contra os cataros, que dão informações tão pormenorizadas sobre as suas concepções e costumes religiosos, quasi não falam nas suas concepções sociais.

De qualquer modo, o que hoje sabemos de verdadeiro é que os cataros consideravam a pobreza evangélica como o ideal da vida cristã e a propriedade e o casamento como instituições nocivas, como um mal. Esta doutrina era, ao mesmo tempo, o resultado de suas concepções gnóstico-maniqueístas e de sua fidelidade às tradições do Cristianismo primitivo.

Do ponto de vista social, o *Sermão da Montanha* era a fonte na qual os hereges adquiriam todos os ensinamentos sobre a vida cristã ideal. Tomavam a sério os mandamentos que recomendam amar aos inimigos,

os que proibem prestar juramentos, os que preceituam deverem os fiéis auxiliar os pobres e os doentes e os que recomendam a doçura, a humildade e a castidade. Eram, também, adversários de quaisquer formas de opressão e de regulamentação exterior. Para eles, os sacramentos, como aliás todos os dógmas e prescrições da Igreja, não eram meios de salvação, mas obstáculos. Em face das autoridades eclesiásticas ou leigas, os cataros adotavam sempre uma atitude de oposição. Na copiosa literatura de combate às doutrinas heréticas, há indicações que nos permitem fixar a posição dos cataros frente ao comunismo. Tais indicações mostram que as idéias comunistas e as idéias derivadas da teoria do direito natural arraigavam-se profundamente entre eles. Um teólogo francês, Alanus, que viveu no século XII, escreveu um livro contra os cataros, em que diz: "Os cataros afirmam que o casamento é contrário às leis da natureza, as quais estabelecem que tôdas as coisas devem ser comuns". Everhard de Bethune, outro adversário dos cataros, escreve: "Vosso comunismo é puramente exterior. E' um comunismo de palavras. Porque, na realidade, não há nenhuma igualdade entre vós: uns são ricos, outros pobres". Joaquim de Flora, também adversário dos cataros, censurou-os porque prometiam aos povos tôdas as riquezas e todos os prazeres possíveis e imagináveis.

Convém lembrar que é igualmente por isso que os escritores burgueses contemporâneos censuram os socialistas e comunistas. Em Strasburgo, no ano 1210, oitenta hereges da seita dos valdenses foram condenados pelo mesmo motivo. O artigo 15 da ata de acusação redigida contra eles reza: "A fim de incentivar a adesão de novos partidários à sua seita, os hereges instituíram entre si a comunidade de bens". O processo ajunta ainda que os hereges enviavam a Milão dinheiro destinado ao chefe supremo do movimento herético, Pickard, para reforçar o movimento e "matar todos os padres". Finalmente, o artigo 16 acusa-os de praticar a união livre. Respondendo a essas acusações, Johanes afirmou que sua seita só angariava dinheiro para auxiliar os membros necessitados. Ao mesmo tempo repeliu, como inteiramente infundada, a acusação de má vida que o tribunal lhe assacava.

Como se vê, os cataros não eram acusados pelo facto de viverem em comunidade de bens. Aos olhos dos perseguidores, êste facto, em si, não era um mal.

\* O mal estava no objetivo que desejavam atingir.

Finalmente, no processo instaurado contra os hereges de Montfort, a que atrás nos referimos, os acusados reconheceram que praticavam a comunidade de bens. Vem a propósito lembrar que o dominicano Étienne de Bourbon censurava os hereges, e dizia: "condenam todos que possuem bens terrestres"; "querem que tudo seja comum". Étienne, em tom zombeteiro, assinala que entre os hereges há embates e rivalidades, mas que se dão as mãos para lutar contra a Igreja e as ordens monásticas. Outro teólogo, que viveu em meados do século XIII, depõe a favor dos valdenses, e declara: "Eles não praticam o comércio porque desejam evitar a mentira e a mistificação". E, mais adiante: "Não querem acumular riquezas, e contentam-se apenas com o estritamente necessário".

Bernardo de Clairvaux, um dos mais encarniçados adversários dos hereges, um santo do Catolicismo, contemporâneo e adversário de Abelardo e de Arnaldo de Brêscia, escreveu a respeito dos cataros: "Se interrogarmos um cataro sobre sua maneira de viver, verificaremos que ninguém é mais cristão do que ele. Na verdade, as palavras harmonizam-se com seus atos. Os cataros não enganam nem oprimem a ninguém. São palidos porque freqüentemente jejuam por vontade própria. Vivem unicamente do trabalho de suas mãos. Os cataros não comem o pão da ociosidade".

O terceiro concílio de Latrão (1179) resolveu convidar alguns hereges valdenses para expor sua doutrina. O prelado inglês Walter Map, depois de interrogá-los, escreveu no relatório: "Eles não vivem em lugares fixos. Perambulam, descalços, ou calçando apenas sandálias de lã. Nada possuem de seu. Tudo o que conseguem, colocam à disposição da comunidade em que vivem".

Estes relatórios — aliás o mesmo se depreende da posição intelectual dos cataros — demonstram que o ideal desses hereges era a prática da vida existente nas comunidades cristãs primitivas. Repudiavam, por isso, a propriedade privada e a ordem social, que nela se baseava. Desejavam viver coletivamente, de modo que cada indivíduo tivesse possibilidade de vencer o espírito materialista e de desenvolver todas as virtudes cristãs. Não se pode afirmar que os cataros instituíram grandes organizações comunistas. Não tiveram a possibilidade de fazê-lo, porque, quando começaram a tornar-se bastante fortes, quando surgiram condições que permitiam a realização prática das suas idéias, a Igreja e as autoridades civis iniciaram contra eles terrível campanha de extermínio. Milhares e milhares de cataros morreram nas fogueiras ou foram passados a fio de espada. Milhares mais sucumbiram, após lenta agonia, nas prisões da Inquisição. É comovente a maneira por que os cataros de Colônia descrevem a própria situação perante o tribunal eclesiástico dessa cidade: "Nós, pobres cristãos, não temos onde viver. Somos obrigados a fugir, de cidade em cidade, como ovelhas entre lobos. Somos perseguidos, tal como os apóstolos foram perseguidos noutros tempos". É evidente que, nessas condições, os cataros não podiam realizar praticamente o ideal de vida comunista. O célebre historiador da Igreja, Doellinger, que durante muitos anos estudou as seitas religiosas da Idade Média, escreve: "Todas as doutrinas heréticas que surgiram na Idade Média possuíam caráter revolucionário mais ou menos pronunciado. Se essas seitas houvessem conquistado o poder, teriam certamente provocado uma transformação total na ordem existente. Teriam realizado uma modificação política e social completa. Estas seitas gnósticas: os cataros e os albigenses, que deram causa à implacável legislação medieval contra a heresia e só foram vencidos depois de sangrentas guerras, eram, na realidade, os socialistas e os comunistas dessa época. Atacavam o casamento, a família e a propriedade. Se tivessem vencido, certamente a sociedade sofreria uma transformação profunda e voltaria inteiramente à barbarie e à indisciplina pagãs".

É claro que Doellinger com essas palavras procura defender a autoridade da Igreja. Eis porque ataca as tendências heréticas da Idade

Média. Mas êle, lamentavelmente, não compreendeu que, se as idéias contidas no *Sermão da Montanha* e no Evangelho, idéias que foram postas em prática pelas primeiras comunidades cristãs, tivessem sido publicadas ao pé da letra, o mundo feudal e o mundo burguês nunca teriam existido. No fundo, não é o monasterismo a confissão de que o mundo feudal ou burguês era incompatível com o ideal do Evangelho? Não é o que se verifica, principalmente nos primeiros séculos do Cristianismo, quando aparecem as cenóbias? Mais tarde, é verdade, as cenóbias foram progressivamente adaptando-se ao espírito do século e tornando-se infiéis ao espírito do Evangelho. E justamente por isso é que, então, aparecem os cataros, a ala esquerda franciscana, os valdenses, os albigenses e um grande número de outras seitas heréticas, defendendo os ideais traídos pela Igreja oficial. A opinião de Doellinger a êsse respeito não vem sinão confirmar o caráter comunista do movimento herético.

O monasterismo e o cenobismo foram uma reação contra a falência da Igreja oficial. O movimento herético foi, por sua vez, uma reação contra a falência do monasterismo. O aparecimento das cenóbias é uma consequência da destruição do espírito do Cristianismo primitivo. Enquanto as cenóbias se conservaram fiéis ao espírito do Evangelho não houve movimento herético. Todos êsses fenômenos não se sucederam simplesmente no tempo. Foram, reciprocamente, causa e efeito. E' necessário, entretanto, não esquecer a poderosíssima influência que as forças econômicas exerceram em todo êsse processo." (Beer — *História do Socialismo e das Lutas Sociais*, págs. 251-262 — Edit. Calvino Ltda. — 1944.)



DO CAPITALISMO AO COMUNISMO — "A passagem do capitalismo ao comunismo — diz Lênin — encherá toda uma época histórica. Enquanto esta época histórica não se completár, os exploradores continuarão inevitavelmente abrigando esperanças de restauração, esperanças que se converterão em tentativas de restauração. Depois da primeira derrota séria, os exploradores derribados, que não esperavam a derrocada, que não acreditavam nela, que nem sequer aceitavam a idéia dessa queda, lançar-se-ão com energia decuplicada, com furiosa paixão, com ódio centuplicado, à luta pela restituição do "paraíso" que lhes foi arrebatado, por sua famílias, que antes desfrutavam tão doce existência e agora a "chusma da patulêia vil" condena à ruína e à miséria (ou ao "simples" trabalho...) E por tras dos capitalistas exploradores arrastar-se-á enorme massa da pequena burguesia, daquela que decênios de experiência histórica em todos os países nos dizem que vacila e titubeia, que hoje segue o proletariado e amanhã se atemoriza ante as dificuldades da revolução, que se deixa tomar pelo pânico em face da primeira derrota ou semi-derrota dos operários, que fica nervosa e se agita, choraminga e passa de um campo para o outro." (Lênin, t. XXIII, pág. 355, *A Revolução Proletária e o Renegado Kautski*.)

# BIOLOGIA E MARXISMO

por Marcel Renant

## CAPÍTULO QUINTO

### ALGUNS PONTOS IMPORTANTES DO MATERIALISMO DIALÉTICO

*O espírito materialista essencial da física e de todas as ciências naturais contemporâneas sairá vencedor de todas as crises possíveis, com a condição de que o materialismo metafísico ceda lugar ao materialismo dialético.*

Lénin — *Materialismo e empiriocriticismo*,  
pág. 267, E.S.I.

Em fins do século passado e princípios deste, houve em biologia forte impulso materialista, mais ou menos francamente confessado por homens como Jacques Loeb, Haeckel, Le Dantec, Houssay, Giard, Delage, para só falar nos mortos. Foi a época em que se atribuíram aos fenômenos da vida explicações químicas, físicas e mecânicas, sedutoras por vêzes, porém amiúde simplistas e brutais.

Dessas explicações, grande número não resistiu à crítica ulterior: crítica experimental dos biólogos; crítica teórica dos filósofos. Os espiritualistas de toda sorte, teólogos, bergsonianos e outros, triunfaram com estardalhaço e quiseram impor "confins" à biologia positiva. O materialismo pareceu desacreditado e os biólogos, em enorme maioria, deixaram que se lhes impusesse um empirismo estreito.

Não temos que estudar aqui em que medida a corrente materialista das proximidades de 1900 era favorecida pelo anticlericalismo político da época e exprimia, em suma, a luta que a burguesia ainda travava contra os últimos vestígios do feudalismo; nem em que medida a reação espiritualista, que se seguiu, traduziu a paz religiosa desejada pela burguesia triunfante e também a inquietação experimentada diante dos primeiros sinais da decadência capitalista; nem, enfim, em que medida a escola empirista atual repete a "escola dos fatos" de Cuvier, cem anos depois e noutro período revolucionário, no qual a classe que está no poder receia, de novo, as conclusões subversivas da ciência sintética (1).

---

(1) Ver *A luz do marxismo*, pág. 123 e seguintes.

Permanecendo no terreno biológico, é meu desejo fazer ver que o erro científico incontestável do materialismo de há trinta anos era ser um materialismo mecanista, um materialismo "vulgar", não um "materialismo moderno" e "conseqüente", para empregar a expressão de Engels. Este erro era, em suma, não ser bastante firmemente materialista, não ser marxista.

## MATÉRIA E MOVIMENTO

Em princípio, o materialismo marxista não é sinão a afirmação, contra a dos filósofos idealistas, da realidade de um mundo de que o homem faz parte e cujos elementos agem, diretamente, uns sobre os outros. Este é todo o sentido da palavra "matéria", que não se liga, assim, obrigatoriamente, a nenhuma concepção especial, atômica ou outra.

A única propriedade da matéria, diz Lênin (2), cuja admissão define o materialismo filosófico, é ser uma *realidade objetiva*, existir fora da nossa consciência.

Tal definição seria muito vaga se o conhecimento científico e prático do mundo não lhe desse conteúdo concreto, que está sujeito a variar com esse conhecimento mesmo.

A forma do materialismo, diz Engels (3), *tem, inevitavelmente, de se modificar com qualquer descoberta que faça época no domínio das ciências naturais.*

Diz mais (4):

*Um sistema da natureza e da história, que abrange tudo e dá conclusão de tudo uma vez por todas, está em contradição com as leis essenciais do pensamento dialético; o que não obsta, aliás, absolutamente, mas implica, pelo contrário, que o conhecimento sistemático do conjunto do mundo exterior faça de geração em geração progressos gigantescos.*

Ora, nesse conteúdo concreto, devido à experiência, há um facto geral e bem estabelecido: a matéria muda sem cessar. Está, diz-se, em "movimento" perpétuo.

*O movimento é o modo de existência, a maneira de ser da matéria.* Nunca e em parte alguma houve ou pode haver matéria sem movimento... A matéria sem movimento é tão inconcebível quanto o movimento sem matéria (5).

O termo "movimento" deve, aliás, ser entendido em sentido mais largo.

*Para os que estudam a natureza, o movimento é sempre tomado, muito naturalmente, como equivalente ao movimento mecânico, à mudança*

---

(2) Lênin — *Materialismo e empirocriticismo*, pág. 225.

(3) Friedrich Engels — *Ludwig Feuerbach*, pág. 28. (Em Marx e Engels, *Estudos filosóficos*, Biblioteca marxista, n. 19, E.S.I.)

(4) Engels — *Anti-Dühring*, t. I, págs. 14-15.

(5) Engels — *Anti-Dühring*, pág. 75 — Edit. Calvino, 1945.

de lugar. Este facto provém do século XVIII, é anterior à química e obscurece muito a clara concepção dos processos. O movimento, aplicável à matéria, não é senão a mudança. E' do mesmo equívoco que vem a mania de reduzir tudo a movimentos mecânicos, o que apaga o carácter específico das outras formas de movimento... Isto não quer dizer que cada uma das formas superiores do movimento não esteja sempre e necessariamente unida a verdadeiro movimento mecânico (exterior ou molecular), do mesmo modo que as formas superiores de movimento produzem outras ao mesmo tempo; que a acção química não é possível sem modificações térmicas e elétricas; que a vida orgânica não é possível sem alterações mecânicas, moleculares, químicas, térmicas, elétricas, etc. Mas a presença dessas formas acessórias não esgota a essência da forma principal em cada caso. Certamente, "reduzir-se-á" um dia o pensamento a movimentos moleculares e químicos no cérebro, mas se esgotará, com isso, a essência do pensamento (6)?

Nesta verificação da mudança universal reside o carácter dialético do materialismo marxista.

O materialismo dialético, diz Lênin (7), insiste no carácter aproximativo, relativo, de toda proposição científica concernente à estrutura da matéria e a suas propriedades; insiste na ausência, na natureza, de linhas de demarcação absoluta, na passagem da matéria que muda de um estado para outro estado, que nos parece, às vezes, incompatível com o primeiro.

Em 1877, Engels citava, da dialética universal, exemplos muito diversos: a evolução da nebulosa de Laplace, a da superfície do globo, a das espécies vivas, a liquefação dos gases, a transformação da energia e muitos outros. Acrescentáramos, hoje, entre os mais característicos, a evolução dos elementos radioativos, a transmutação dos corpos simples da química e, talvez mesmo, nos limites da física moderna, a transformação recíproca da energia em matéria e da matéria em energia (7). Todas as distinções categóricas se desvanecem uma atrás da outra, a fórmula geral do "materialismo conseqüente" se simplifica cada vez mais. Conforme disse Engels (9), "a ciência da natureza chegou, atualmente, ao ponto de não poder mais escapar à síntese dialética": existe uma matéria em movimento.

## LÓGICA DA CONTRADIÇÃO

Ora, diz ainda Engels, na mesma passagem, foram, precisamente, as oposições diamétricas, consideradas como inconciliáveis e insolúveis, foram as linhas de demarcação e de distinção de classes arbitrariamente fixadas, que deram à ciência teórica moderna seu carácter metafísico limi-

---

(6) Engels — *Dialektik un Natur*, pág. 167.

(7) Lênin — *Materialismo e empiriocriticismo*, pág. 225.

(8) V. P. Langevin — *Corpúsculos e átomos*, Herman, A.S.I., 1933.

(9) *Anti-Dühring*, prefácio, p. XXXI.

tado. Reconhecer que esses contrários e essas diferenças se encontram, sem dúvida, na natureza, mas somente com valor relativo, que essa rigidez presumida, esse valor absoluto só são introduzidos na natureza por nossa reflexão — reconhecer isto é o que constitui, essencialmente, a concepção dialética da natureza.

Desta passagem ressalta, claramente, que a dialética não pretende suprimir, brutalmente, as linhas de demarcação, o que suprimiria, ao mesmo tempo, todo conceito, todo objeto de ciência e de raciocínio. Pretende, simplesmente, insistir no facto de que essas linhas de demarcação, esses conceitos são sempre relativos e transitórios e de que as regras da lógica só lhes são aplicáveis com grandes precauções.

As combinações, que chamamos objetos, comenta Plerânov (10), acham-se em estado permanente de transformação mais ou menos rápida. Na medida em que essas combinações dadas continuam a ser essas mesmas combinações, devemos apreciá-las de acordo com a fórmula "sim é sim e não é não". Entretanto, na medida em que elas se transformam e cessam de existir como tais, devemos apelar para a lógica da contradição: é mister que digamos: "sim e não; elas existem e não existem". Do mesmo modo que a inércia é um caso particular do movimento, do mesmo modo o pensamento conforme às regras da lógica formal (conforme às leis fundamentais do pensamento) é um caso particular do pensamento dialético.

Um físico não teria dificuldade em achar casos em que o pensamento dialético lhe é indispensável. Também não a teria, é verdade, em citar outros em que o pensamento lógico lhe basta. Que devemos dizer senão que ele lida, muitas vezes, com objetos relativamente estáveis? O mesmo não se dá no domínio das ciências biológicas e humanas porque a vida é, em grande parte, instabilidade.

Apesar de algumas diferenças, escreve um biologista moderno (11), pode-se dizer que não existe estado estável compatível com a vida e que a ideia de desenvolvimento, envolvendo as diversas noções de transformações, de variação ou de evolução, é inseparável da ideia de organização ou de ser vivo.

Encontra-se aqui com Engels, que insistiu, em diversas ocasiões, nesta ideia, no *Anti-Dühring*:

Do mesmo modo, todo ser organizado é, a cada instante, o mesmo e não o mesmo; a cada instante, elabora matérias que lhe vêm de fora e secreta outras; a cada instante, células de seu corpo morrem e outras se formam; sempre, após tempo mais ou menos longo, a substância desse corpo é, inteiramente renovada, substituída por outros átomos, de maneira que todo ser organizado é, constantemente, o mesmo e, no entanto, outro.

A vida é, pois, igualmente, uma contradição "que existe nas próprias coisas e nos próprios fenômenos", uma contradição que, constantemente, se estabelece e se resolve; e, desde que a contradição cesse, a vida também cessa, a morte intervém.

(10) *Dialética e lógica*, nas *Questões fundamentais do marxismo*, págs. 100-101, E.S.I.

(11) Fauré-Frémiet — *A cinética do desenvolvimento*.

Esta admirável definição é muito geral. Por isto mesmo, observa Engels, alhures (p. 116), ela não dá da vida conhecimento completo, o qual só pode resultar dos estudos experimentais, mas põe em evidência o caráter insuficiente do pensamento lógico em biologia: por sua natureza, este pensamento há-de deixar sempre fora dêle, como residuo, o movimento, que é a essência mesma da vida.

Juntamo-nos aqui a Bergson, em sua crítica justificada das interpretações mecanicistas da vida. Chegado a este ponto, Bergson, contudo, nada de útil soube construir. Inventou um "impulso vital": solução fácil, verbal e totalmente estéril. O marxismo vai preparar, por seu método, a análise científica desse "impulso vital".

## CAUSAS E AÇÕES RECÍPROCAS

Entre os conceitos, que devem ser manejados com precaução, há os de causa e efeito; não que o materialismo marxista ponha em dúvida a causalidade e possa concordar no que quer que seja com as tentativas atuais dos espiritualistas para provar um indeterminismo (12).

*Causa e efeito, diz Engels (13), são idéias que só valem como tais aplicadas a tal caso particular, mas, por pouco que consideremos o caso particular em sua conexão geral com o conjunto do universo, causa e efeito se confundem, se resolvem na concepção de ação e reação universais, concepção na qual causas e efeitos estão em contínua troca de lugar, na qual o que é, aqui e agora, efeito, se torna, alhures e noutro momento, causa e vice-versa.*

Lénin precisa, falando do — *caráter universal e múltiplo das interações no mundo, caráter que a causalidade exprime, de modo unilateral, parcial e incompleto.*

Trata-se, pois, não de negar o princípio de causalidade, mas de o estender, de o generalizar de maneira oportuna (14).

Que o físico, o químico, o fisiologista mesmo, em seu laboratório e uma vez definidas as condições de sua experiência, atribuam um efeito a uma causa, nada melhor! Este é também um passo indispensável ao progresso científico e realizável porque, de facto, um isolamento relativo é possível. O homem de ação, todavia, sabe muito bem que, no mundo, as coisas não são tão simples; tem de contar com interações múltiplas. E' daí que vem, em suma, a dificuldade das aplicações técnicas. No domínio humano, no domínio biológico, a multiplicidade das ações recíprocas torna mais sensível a insuficiência das noções de causa e efeito.

(12) "Deve ser claro para quem leu atentamente as obras filosóficas de Engels que este último não admitia a sombra de uma dúvida sobre a existência das leis da causalidade e da necessidade objetivas da natureza" (Lénin — *Materialismo e empirocriticismo*, pág. 126).

(13) *Anti-Dühring*, pág. 24 — Edit. Calvino, 1945.

(14) Ver sobre esta questão o artigo de Friedmann em *A luz do marxismo*. Esse artigo apareceu também em *Comuna*.

E' aí, no fundo, que reside a diferença entre fisiologia e biologia: estamos na fisiologia, enquanto a experiência pode isolar causa e efeito, como na química ou na física. Não se dá o mesmo, contudo, quando abordamos a natureza viva em sua complexidade; é então que, servindo-nos dos resultados experimentais, precisamos precaver-nos do pensamento lógico tradicional. Por não terem sido dialéticos, os biólogos mecanicistas chegaram, nos problemas mais variados, a soluções unilaterais, muito justamente criticáveis e, amiúde, mais metafísicas do que científicas.

### CARÁTER ORIGINAL DA MATÉRIA VIVA

O pensamento dialético impõe, em particular, que nunca se percam de vista as interações complexas do ser vivo e de seu meio. Na opinião comum, um ser vivo aparece, muitas vezes, como dotado de independência, ou, pelo menos, de larga autonomia, em relação àquilo que o cerca. Os biólogos mecanicistas tiveram o mérito de reagir enérgicamente contra essa tendência vulgar; conseguiram eliminá-la quase completamente da maior parte das questões e só lhe encontraremos vestígios importantes nos problemas mais complicados: o da variação e o da consciência.

Assim se impôs a noção do "complexo organismo-meio" (15), noção eminentemente dialética que, infelizmente, muitos mecanicistas têm perdido de vista por sua vez. Em virtude de reação muito natural, deram preeminência ao meio, aos factores externos, físicos, químicos, mecânicos, relativamente fáceis de aceitar para quem busca isolar causas e efeitos. Por estes factores, pretenderam explicar certos fenómenos da vida. Haveremos de ver isto, especialmente, ao estudar o problema das formas vivas. Esqueceram-se também de que, se o meio age sobre o organismo, o organismo, por sua vez, reage sobre o meio.

O erro assim cometido é tão grave quanto o erro inverso. Tem levado, muitas vezes, os mecanicistas a tratar o ser vivo como matéria inerte, simplesmente submetido às forças físico-químicas banais. Desprezaram-lhe o carácter vivo e desprezaram também o facto de que ele é um ser vivo determinado e não qualquer um. Um deles, Le Dantec, observou que o termo vida era, em certo sentido, demasiado geral e que, em vez de dizer que o cachorro e o peixe vivem, seria mais justo dizer: o cachorro cachorraia, o peixe peixeia. Ele próprio, no entanto, e os outros mecanicistas esqueceram quase sempre este princípio e deram soluções gerais, manifestamente na maioria dos casos.

A este materialismo abstrato, o marxismo opõe um materialismo concreto, que permanece perto dos factos e leva em conta cada situação particular. Em sua admirável síntese de *O Capital*, Marx pôs em foco as grandes leis económicas do capitalismo, o que não lhe impediu de estudar este regime em ínfimos detalhes e até nas mais insignificantes e nas mais locais das reivindicações operárias. Sem perder de vista a

---

(15) Este termo é devido a Le Dantec e foi amplamente propagado por Rabaud.

unidade da matéria, o biologista marxista não se pode esquecer de que os fenômenos da vida têm seus caracteres próprios; de que não os devemos fazer entrar a força nos fenômenos físico-químicos (16) e de que cada ser vivo tem sua estrutura material própria, a qual intervém, concorrentemente com os factores do meio, para explicar as particularidades concretas da respectiva vida.

### QUANTIDADE E QUALIDADE. O ACASO

Se o materialismo marxista tem, entretanto, este carácter concreto, se se cinge a considerar, antes de tudo, e a nunca esquecer de todo, as qualidades particulares a cada objeto, de onde provem que ele possa, a este respeito, ultrapassar o empirismo estreito? De onde resulta, por exemplo, que, afirmando a qualidade própria dos fenômenos vitais, ele possa, no entanto, apreender a unidade fundamental da matéria viva e da matéria bruta?

Isso decorre também do modo de pensar dialético. Assim como não se deve ver antítese irredutível entre os conceitos de causa e de efeito, assim também não se deve ver antítese irredutível entre os conceitos de quantidade e de qualidade. Esta idéia, tomada a Hegel, foi, freqüentemente, utilizada por Marx, por exemplo, na passagem de *O Capital* (17), em que define a transformação do possuidor de dinheiro em capitalista:

*Aquí, diz Marx, como nas ciências da natureza, se evidencia a exactidão da lei descoberta por Hegel e sua Lógica: que, em certo momento, simples modificações quantitativas se transformam em distinções qualitativas.*

A esta questão é consagrado também um capítulo inteiro do *Anti-Dühring*.

Depois de ler os exemplos variados dados por Engels, cada um de nós encontrará, sem dificuldade, outros, em sua experiência pessoal, assim como em suas noções científicas.

Num caso muito simples e clássico, vamos ver que a "transformação da quantidade em qualidade" se prende à intervenção do acaso e haveremos de ver, ao mesmo tempo, que o acaso não significa, absolutamente, a ausência de determinismo, como gostariam de fazer crer alguns espiritualistas, mas corresponde a um conjunto de condições causais, demasiado complexo para ser analisado, pelos nossos meios científicos atuais. Numa massa gasosa, as moléculas, deslocando-se em todos os sentidos, se entrecrocam e esbarram nas paredes. Se fôsem muito pouco numerosas, poder-se-ia, a rigor, estudar o movimento de cada uma delas e conhecê-lo em sua causalidade. O grande número respectivo torna o movimento muito complexo, impossível o estudo, mas, simultaneamente, permite aplicar ao conjunto as leis do acaso e da probabilidade e cria um fenômeno de qualidade nova, que é a pressão do gás e obedece a leis próprias conhecidas, a lei de Mariotte, por exemplo.

(16) Ver o artigo de B. Zawadowski em *Science at the cross road*.

(17) *O Capital*, t. II, pág. 189.

Haveremos de ver, em diversos problemas de biologia, que se sentiu, recentemente, a necessidade de nêles introduzir a consideração do acaso e modos de cálculo que lhe correspondem: cálculo das probabilidades ou análise matemática. Essa introdução foi feita de todos os lados, sem ideia filosófica preconcebida, e inspirada, simplesmente, pela necessidade de reaver, em grau de complexidade superior, a continuidade dos fenômenos, que o estudo experimental das causas não podia respeitar.

Os biólogos mecanicistas precaviam-se do acaso e da estatística. Hipnotizados pela sua luta contra os espiritualistas, receavam, dando direito de cidadania ao acaso, abrir a porta ao indeterminismo e ao milagre. Os materialistas dialéticos sabem (18) que todo fenômeno tem duas faces: pode-se considerá-lo globalmente, procurar-lhe as leis causais próprias, como se fôsse elemento simples, isolado por sua qualidade; pode-se também, em virtude da unidade da matéria, procurar relacioná-lo com um conjunto de fenômenos mais elementares; mas, em geral, esse conjunto é muito complexo e supre-se à sua análise completa fazendo intervir o acaso e a regularidade estatística. Quanto mais a ciência experimental progredir, tanto mais isclará fenômenos e maior poderá ser a parte da legalidade causal; geralmente, subsistirá, porém, um resíduo, não analisado, cujo conhecimento só poderá ser estatístico. Esse resíduo, todavia, dará conta da riqueza concreta e da regularidade dos fenômenos.

Assim como a quantidade e a qualidade, o acaso e a causalidade não se opõem em antíteses rígidas.

*O acaso, diz Engels (19), não é mais do que um dos polos de um conjunto, cujo outro polo se chama necessidade. Na natureza, em que o acaso parece também dominar, há muito tempo que demonstramos, para cada domínio particular, a necessidade imanente e as leis íntimas que se aplicam nesse acaso.*

Se os mecanicistas não compreenderam isto, foi porque se submeteram ao ponto de vista errôneo dos seus adversários espiritualistas.

## SALTOS E CRISES

Outro erro do mecanicismo foi sua repugnância em admitir, em biologia, as alterações bruscas, sem dúvida suspeitas de indeterminismo e de milagre. Essa repugnância era particularmente nítida no problema da evolução pelo acolhimento muito reservado dado às mutações, até que fôsem impostas, experimentalmente, de maneira incontestável.

As alterações bruscas nada têm que possam surpreender um materialista dialético, conforme Plerrânov demonstrou (20), dando exemplos múltiplos e muito variados, entre os quais figuram as metamorfoses e as mutações.

---

(18) Ver o artigo de Colman em *Science at the cross road*.

(19) Engels — *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, pag. 231 (Costes, Paris — Há uma edição brasileira).

(20) *Dos saltos na natureza e na história* — "in" *Divulgação Marxista*, III-152.

Sabemos, com efeito, que as alterações quantitativas, acumulando-se pouco a pouco, se tornam, finalmente, alterações qualitativas. Essas transições realizam-se por saltos e não se podem realizar de outra forma.

Para explicar esta necessidade, nada melhor do que tomar um texto de Hegel, citado por Plerránov (21):

Quando se quer conceber o aparecimento ou o desaparecimento de alguma coisa, pensa-se, ordinariamente, compreender a questão com a idéia de que esse aparecimento e esse desaparecimento se produzem gradualmente. Está, no entanto, averiguado que as transformações do ser se realizam não só pela passagem de uma quantidade a outra, mas também pela transformação das diferenças quantitativas em diferenças qualitativas e inversamente, transformação que é uma interrupção do "devir gradual" e uma maneira de ser qualitativamente diferente da precedente. E todas as vezes que há interrupção do "devir gradual" produz-se no curso da evolução um salto, em consequência do qual o lugar de um fenómeno é ocupado por outro... A base da doutrina da gradualidade encontra-se a idéia de que aquilo que está em transformação já existe de facto, mas ainda permanece imperceptível, por causa de suas pequenas dimensões. Do mesmo modo, quando do desaparecimento gradual de um fenómeno, imagina-se a inexistência deste ou a existência daquele que lhe toma o lugar como factos que ainda não são perceptíveis. Destarte, porém, suprimem-se todo aparecimento e todo desaparecimento. Explicar o aparecimento ou o desaparecimento de alguma coisa pela gradualidade da alteração é enquadrar tudo numa tautologia fastidiosa, pois é considerar como pronto, antecipadamente (vale dizer, como já aparecido, ou, então, como já desaparecido), aquilo que está aparecendo ou desaparecendo.

A evolução da matéria, seja qual fôr, dá "saltos", mas o que tira a esses saltos qualquer caráter anormal ou miraculoso é que eles são preparados. Aí também Plerránov insistiu: todo salto, toda revolução é precedida de uma preparação, de uma crise, cujo caráter, por vezes oculto, é devido, tão só, a que não a sabemos revelar. Neste passo ainda, a diferença entre alteração brusca e alteração gradual nada tem de antítese absoluta: essa alteração, brusca em sua totalidade, é gradual, se a considerarmos em seus elementos; estoutra, gradual em seu conjunto, é uma soma estatística de alterações bruscas. E, acima de tudo, passagem brusca ou gradual, essa diferença é essencialmente relativa ao estado atual dos nossos conhecimentos e das nossas possibilidades de ação.

## CARATER HISTÓRICO DOS FENÔMENOS

Nesta crítica do materialismo mecanicista, resta a assinalar um ponto capital: êle desconhece o caráter histórico dos fenómenos. Não admitindo limites nem teóricos, nem práticos ao seu determinismo, deve, com efeito, pretender deduzir do estado atual do mundo todo o estado

---

(21) *Ibidem.*

futuro como todo o estado passado: bastaria para tanto uma inteligência infinitamente vasta que trabalhasse com os dados atuais infinitamente completos.

Estas são duas suposições de ordem metafísica que o materialismo marxista não pode admitir. Este último só conhece, para fazer semelhante trabalho de dedução, a inteligência humana, apoiando-se nas relações da sociedade humana com a natureza. Não duvida que a extensão dessas relações e o desenvolvimento que dela resulta para o espírito humano sejam ilimitados, se nenhuma catástrofe sobrevier e os aniquilar: para êle, a divindade está no futuro do homem e não no passado.

Mas o homem não é um puro espírito contemplativo, que se pode satisfazer com êstes modos de ser teóricos. E' um ser material, que tem necessidade de agir e, para agir conforme a seus fins, deve guiar-se por aquilo que apreende do mundo, prática e experimentalmente. Ora, o que êle assim apreende é apenas uma parcela e não pode bastar para uma explicação completa. O resíduo não analisado, pelo menos, dá à evolução da matéria seu caráter histórico.

Este é impressionante em biologia. Se as espécies diferem, se os indivíduos não são idênticos, se cada célula tem seus caracteres próprios, isso resulta de evoluções históricas particulares, das quais sabemos, em geral, pouca coisa, mas as quais não podemos deixar de tomar em consideração.

*Quanto mais a fisiologia se desenvolve, escreve Engels (22), tanto mais importantes se tornam para ela essas modificações incessantes, infinitamente pequenas, tanto mais importante para ela, por conseguinte, a consideração da diferença no interior da identidade, e tanto mais envelhece o velho ponto de vista abstrato e formal da identidade, segundo o qual um ser orgânico deve ser tratado como simplesmente constante e idêntico a si mesmo. O modo de pensar por categoria, que nele é, entretanto, fundado, subsiste sempre.*

Ter em conta as evoluções históricas significa, em primeiro lugar: precaver-se das soluções abstratas e gerais, como as que os mecanicistas propunham, e estudar a fundo os casos concretos. Mas quer dizer também: estudar êstes não só em seu estado presente, porém, o mais possível, em sua história e sua evolução. Contrariamente ao que pensaram os mecanicistas, as causas atuais, compreendidas pelo menos, como o têm sido, freqüentemente, em biologia, não podem explicar todos os fenômenos presentes da vida: cumpre juntar-lhes as causas passadas, na medida em que permanecem inscritas na estrutura atual dos seres vivos.

## MARCOS DO MATERIALISMO MECANICISTA

Poderá parecer a mais de um leitor que êsse capítulo critica de modo por demais exclusivo o materialismo mecanicista e se ocupa insuficientemente das diversas formas de espiritualismo que se manifestam na biologia. Destas últimas, já se tratou e se tratará ainda adiante.

---

(22) *Dialektik und Natur*, pág. 158.

Se a crítica tomou, aqui, esta forma, não é que se desconheçam as excelentes intenções que o mecanicismo, sucessor direto do materialismo do século XVIII, continha, nem os serviços científicos que pôde prestar.

Marx e Engels, diz-nos Lênin (23), condenaram sempre o mau materialismo (antidialético, principalmente), mas assim procederam inspirando-se no materialismo dialético mais desenvolvido, mais elevado, e não nas idéias de Hume ou de Berkeley.

O mesmo se dá aqui e, para concluir, podemos tomar, ponto por ponto, comentando-as, as críticas que Engels, no fim do capítulo II do seu *Ludwig Feuerbach*, dirigiu aos materialistas franceses do século XVIII e, sobretudo, aos respectivos continuadores: Buechner, Vogt e Moleschott. O pensamento deles, disse Engels, ficou limitado por três marcos fundamentais.

O primeiro é uma concepção "mecanicista", no sentido de que eles "aplicavam aos processos da natureza química e orgânica, apenas, a escala mecânica" e não percebiam que o movimento da matéria pode tomar muitas outras formas específicas igualmente reais.

O segundo é uma concepção metafísica e antidialética, que os fazia ignorar ou desprezar os processos históricos, desconhecer a complexidade das interações e o caráter amiúde brusco e qualitativo da evolução material.

O terceiro marco do material mecanicista é que deixou o idealismo subsistir no domínio da ciência social (24), por ininteligência do materialismo histórico. Daí, havemos de ver, no capítulo XII, a impossibilidade de resolver de maneira satisfatória o problema da consciência pela unidade do pensamento e do ser (25).

Estes marcos foram ultrapassados pelo materialismo marxista e isto é o que o torna irrefutável, sob condição de que o seu conteúdo seja sempre determinado pela experiência científica e prática; mas, sem humildade em relação à experiência, o materialismo marxista se renegaria a si mesmo.

---

(23) Lênin, *Ibid.*, pág. 204.

(24) É também a principal censura feita por Marx a Feuerbach, na *Ideologia alemã*.

(25) As tentativas feitas neste sentido por mecanicistas como Huxley, Weaudeley, Le Dantec, consistiram em considerar o pensamento como um epifenômeno. Falharam; mas há grande distância delas à concepção marxista, na qual o pensamento é uma superestrutura iriginal e eficaz.

● ●

**QUE ACONTECE NO REGIME CAPITALISTA** — As interrupções do trabalho causadas, na Inglaterra, pelos conflitos sociais, produziram, no ano de 1945, uma perda global de 2.847.000 dias de trabalho. Foram afetados por essas interrupções 530.000 trabalhadores e, entre eles, uns 85.000 que nada tinham a ver com os citados conflitos, deles não tendo participado.

## *Correspondência dos nossos leitores*

- MOACIR SOUTO (Pernambuco) — Muito grato pela sua cooperação. Para que possamos esclarecer convenientemente a afirmação do padre, mostrando o quanto ele está errado quando diz que o Estado é o Deus dos comunistas, pedimos-lhe o favor de nos enviar o artigo do padre, na íntegra. Desde logo, adiantamos que os marxistas consideram o Estado como um poder público, especialmente organizado para coarctar e reprimir as massas trabalhadoras, em benefício da classe dominante. A Igreja, sim, é o sustentáculo do Estado, como organização eterna e de origem divina.
- P. MONTENEGRO (Rio) — Sua crítica de que não publicamos número bastante de artigos sobre problemas brasileiros, aplicando a teoria à prática, é até certo ponto justa. Só não o é inteiramente porque essa imensa lacuna não decorre da nossa vontade, mas da incapacidade ou preguiça dos nossos "marxistas" realizarem tais trabalhos para os publicarmos. Quanto tem sido publicado nesse sentido, em livros ou jornais, temos transcrito. Leia o texto da secção *Responda, si puder* e verificará que sua sugestão já está atendida. Aliás, suspendemos a secção em virtude de não termos recebido sinão umas poucas perguntas, o que nos levou a acreditar ser desinteressante a secção, donde a termos suprimido. Obrigado pela contribuição do recorte de Lênin.
- JOÃO SILVEIRA (Rio) — Muito obrigado pela oferta do informe de Jdanov, do qual iremos aproveitar muito texto. O ritmo acelerado de pauperização do nosso povo é o responsável pela suspensão de nossas edições. Nosso povo não ganha para comer, ao menos, quanto mais para poder adquirir livros.
- DARCI LIMA — O trecho que nos enviou não pode ser publicado, visto que defende uma série de funções do Estado, erradamente. Leia *O Estado e a Revolução*, de Lênin, e verá quanta asneira se encontra no livro *A grande síntese*.
- CIMO (Alagoas) — Muito bom o seu trabalho, mas, pelo seu caráter muito restrito, não poderemos publicá-lo. Aconselhamo-lo, entretanto, a imprimi-lo e distribuí-lo, em sua cidade. Prestará bom serviço. Esperamos que continue a cooperar para a mais ampla circulação desta revista, em sua cidade. Gratíssimos pelas referências amáveis.
- LAS ROSAS — Resumiu demais a discussão da tese de seu trabalho. Refunda-o, estudando minuciosamente a posição do servo em face do direito romano. Depois, então, compare-o com o operário moderno nos países altamente desenvolvidos e nos semi-colônias, como o Brasil.

# A PROPOSITO DA "HISTORIA DA DIPLOMACIA" (1)

E. TARLÉ

(Da Academia de Ciências da U.R.S.S.)

A história do mundo avança muito rapidamente em nossa época e é provável que muitos leitores dos dois últimos volumes da *História da Diplomacia* venham a comprovar, mais de uma vez, o sentimento que nos dominou, a nós que manuseamos essa obra. De um lado, muitas coisas parecem, hoje, uma espécie de antiguidade, frequentemente separada de nós por distância incommensurável; de outro lado, verificou-se que os maiores cataclismos que sacudiram a terra foram, entretanto, incapazes de suprimir certos hábitos de pensamento profundamente enraizados, de um período recente, tão próximo cronologicamente e, portanto, já tão distanciado de nós.

Depois de tudo que temos vivido, depois de termos tomado conhecimento da riquíssima documentação do processo dos principais criminosos de guerra em Nuremberg, bem como dos processos de Helsinki e outros, não é de surpreender se homens sincera e firmemente desejosos de colocar a humanidade ao abrigo de novos desastres prestam alguma atenção a tudo que se passa na luta diplomática incessante, implacável, ora aberta ou um tanto velada, ora quasi inteiramente camuflada. Sim, nossa geração revela, para com os problemas da politica mundial, interesse que está longe de ser apenas abstrato e científico.

Não pecamos por um espírito de suspeição exagerada, não temos a mania da perseguição, mas etamos convictos de que se impõem uma atenção e uma vigilância continuadas. O estudo desta etapa da história mundial, sangrenta, mortalmente perigosa, que acabamos de percorrer, deve suscitar, na opinião soviética, precisamente um interesse muito especial, muito vivo, em relação a certos fenômenos que se manifestam, atualmente, na vida internacional. O mundo sofreu subversões formidáveis, produziram-se transformações históricas imensas, a vida de várias dezenas de milhões de pessoas foi violentamente cortada, e, entretanto, esses fenômenos subsistem; ei-los: continuam a manifestar sua vitalidade e até sua força ativa, sua "virulência", como dizem os médicos, referindo-se aos venenos.

No número desses fenômenos — que envenenaram profundamente toda a atmosfera politica antes da Segunda Guerra Mundial e que, hoje, continuam a manifestar-se — devem ser colocados, evidentemente, a

---

(1) O presente artigo, de autoria do acadêmico Evguenii V. Tarlé, foi redigido a propósito da obra *História da Diplomacia*, recentemente publicada sob a direção do diplomata soviético Vladimir Petrovitch Potiomkin, há pouco falecido. — N. da R.

idéia, a intenção, o sonho de isolar a União Soviética. Nesse ponto, regozijavam-se abertamente — ou de modo discreto, com reticências e reservas — homens políticos que, em muitas questões importantes, professavam opiniões bem divergentes. Lá estavam os conservadores Baldwin e Neville Chamberlain, e o radical Daladier, e o trabalhista Henderson; os "socialistas" e o Vaticano trouxeram sua modesta contribuição, o democrata Bullitt meteu as mãos na massa, o republicano Hoover não perdeu seu tempo na Casa Branca; esforços intermináveis foram despendidos pelo célebre industrial Ford e pelo não menos célebre explorador Sven Hedin, pelo senil Knut Hamsun e pelo inquieto coronel Beck, sob a égide do qual "inspetores desconhecidos da polícia" organizaram, tantas vezes, atentados contra os membros da nossa embaixada em Varsóvia.

Todos os que sonhavam afastar a União Soviética da participação nos negócios internacionais não proclamavam em altas vozes seu objetivo final, o coroamento lógico do edifício, isto é, a preparação metódica da agressão alemã contra a União Soviética. Isso não era revelado, de tempos em tempos, sinão por ingênuos como esse Alain, radical francês e filósofo de encomenda, no estilo de certas personagens de Gogol condimentadas à francesa. Esse Alain fez, nos anos de antes da guerra, as delícias do filisteu radical, não somente por sua "filosofia" de animal doméstico, mas também por seu estranho desinteresse: não se dizia que ele não tinha recebido um centavo dos hitleristas (vejam só!) e repetia gratuitamente tudo aquilo por que Laval recebia uma retribuição regular?

Inúmeros políticos e publicistas faziam-se campeões da idéia de excluir a União Soviética da comunidade internacional. Indubitavelmente, tôdas essas pessoas e seus semelhantes não convidavam abertamente Hitler a atacar mais depressa e alguns deles manifestavam até sua hostilidade em relação ao fascismo alemão; mas estavam todos de acôrdo quanto a outro objetivo, mais modesto, se se pode dizê-lo, ou, pelo menos, mais prudentemente formulado: isolar a União Soviética do resto do mundo e, antes de tudo, da Europa e da América; cercá-la por uma espécie de muralha chinesa; e, como dizia então, "salvar a civilização do contágio bolchevista".

E se se verifica posteriormente que essa política encoraja Hitler a realizar uma operação cirúrgica, isto é, a execução militar da Rússia Soviética, muito bem, melhor! isso não envolve em nada os que, por exemplo, não pretendem sinão proteger o movimento sindical europeu e americano ou as instituições educacionais e científicas da Europa, etc., contra o "contágio bolchevista".

Havia, sem dúvida, quem concordasse, muitas vezes, em organizar uma espécie de *boycott* econômico da União Soviética, mas era obrigado, para grande desgosto desses políticos, a tomar em consideração este facto: a U.R.S.S. possuía inúmeros recursos de que os países da Europa não podiam ficar privados, de modo que eram forçados a concluir com ela toda sorte de transações comerciais e a firmar acôrdos.

Mas, de um modo geral, essa política trouxe alguns resultados positivos, do ponto de vista de seus autores.

O principal desses resultados não deixara de aturdir os leitores do terceiro volume da *História da Diplomacia*, consagrado ao período de 1919-1939. Tenhamos em vista a atmosfera que se havia estabelecido definitivamente antes da guerra e era eminentemente favorável a toda espécie de atos de provocação organizados, sob todos os pretextos possíveis, ou sem pretexto algum, contra a União Soviética. Os tempos em que um Konradi podia, após um jantar festivo, por uma aposta, distrair-se com o assassinato de um homem desarmado, que não constituía qualquer perigo, e pela única razão de ser um representante do país dos Soviets, esses tempos da absolvição triunfal do assassino por um tribunal suíço, começaram a voltar na época de Laval, de Daladier, de Neville Chamberlain, de Mussolini, de Franco, dos pilsudskistas.

A teoria de Ernst Herman Bockhoff, eminente "jurisconsulto" da Alemanha hitlerista, foi aceita com simpatia por certos meios da Europa; e não suscitou nenhum debate em tais meios. Essa teoria dizia: "Com referência à União Soviética, a noção de intervenção ilegítima não pode existir; toda guerra contra a União Soviética, qualquer que seja o agressor e qualquer que seja a causa da agressão, é *perfeitamente legítima*". Bockhoff insistia nesse princípio de que não importa que potência tinha o direito de invadir o território soviético, sem declaração de guerra e mesmo sem um simples aviso. E' inútil atenuar esse facto com dissertações retrospectivas tendentes a demonstrar que os fascistas alemães tratavam todo o mundo da mesma maneira.

E' mentira! A respeito de ninguém mais os vis hitleristas, que redigiam e publicavam seus escritos, teriam ousado falar nesses termos, em 1933-1939. Ousaram-nos mais tarde, quando não mais se sentiram tolhidos. Ao contrário, desde seu advento ao poder, podiam permitir-se escrever tal coisa a respeito da União Soviética, Estado que eles supunham isolado; ousaram escrever tal coisa desde o início de sua dominação, precisamente porque se sentia apoiados pela solidariedade de certos meios dos países democráticos burgueses, solidariedade tácita ou mesmo expressa em altas vozes.

O bando alemão não tinha ousado exigir da Inglaterra ou da França, nem mesmo da Bélgica ou da Holanda, da Dinamarca ou da Noruega, em alto e bom som, publicamente, no decorrer de uma conferência internacional, em plena paz, um território imenso. E foi, entretanto, o que o delegado hitlerista Hugenberg fez em relação à U.R.S.S., na conferência econômica de Londres, no verão de 1933. Reclamou a cessão da Ucrânia à Alemanha. Bem mais, reclamou a Ucrânia, dirigindo-se às outras potências, ignorando a presença do delegado soviético sentado na mesma mesa! O descarado bandido hitlerista sabia, sem dúvida, que não obteria a Ucrânia naquela conferência, mas era preciso fazer uma manifestação. Sabia-o: desde o momento que se tratava da União Soviética tudo seria desculpado e a "Europa" — isto é, os reacionários que falavam em seu nome — manifestaria sua "compreensão".

Nada era conduzido pelo bando de Berlim tão facilmente, quasi sem esforços, como suas tentativas de encontrar uma linguagem comum com os meios dirigentes dos outros países em relação à União Soviética.

Quem teria, aliás, necessidade de forçar portas amplamente abertas? Qualquer projeto diplomático visando, diretamente ou com rodeios, afastar a União Soviética da discussão e da solução dos grandes problemas internacionais tinha grandes possibilidades de êxito. Ao contrário, todos os projetos de acordos internacionais que previssem a participação do Estado soviético tropeçavam nas maiores dificuldades.

Eis um exemplo. O leitor da *História da Diplomacia* gostaria, certamente, que lhes falasse, de maneira mais circunstanciada, da fatal primavera de 1939, do fracasso das negociações de Moscou, que, se tivessem chegado a uma conclusão, teriam tornado menos penosa e menos sangrenta esta guerra contra a Alemanha, que, àquela altura, não mais poderia ser evitada. Um dia, quando todos os arquivos estrangeiros, e não somente os da Alemanha, tiverem revelado seus segredos, a história desse fracasso será esclarecida em seus pormenores... Os arquivos europeus abrem lentamente suas estreitas fendas e não deixam filtrar-se o seu conteúdo sinão muito parcimoniosamente. Mas o pouco que, hoje, podemos oferecer ao leitor merece atenção. E isso porque os próprios factos são infinitamente eloquentes, sendo, portanto, fácil comentá-los!

Tudo era claro, parece. O ruivo alemão, que havia escapado da prisão carcomida de Versalhes, há muito abalada e desfeita, estava quasi a devorar todos os que lhe eram hostis, bem como os que, propondo-se toda espécie de objetivos pseudo-sutis, há muito o vinham adulando e nutrindo. Para todos os que iam ser vítimas da inevitável agressão, tratava-se de concluir, com urgência, um acôrdo militar. Eis o que se passa, então: para acalmar os operários e outros elementos turbulentos, é necessário parecer conduzir em Moscou, com o governo soviético, negociações muito importantes. Mas o que se quer é conduzi-las de maneira a que não cheguem a uma conclusão. Trata-se de reclamar, em altos brados, a defesa da Rumânia e da Polónia e, ao mesmo tempo, de levar, sorrateiramente, os governos pró-hitleristas da Lituânia, da Letónia e da Estónia a declararem, enfaticamente, que "não querem" receber auxílio das grandes potências democráticas. Finalmente, é necessário dar a entender, por meio de rodeios — por exemplo, mediante "entrevistas acidentais" de personalidades "particulares" na Suíça —, a êsse Hitler, lamentavelmente lento, desta vez, em compreender, que não deve tocar na Polónia, mas marchar diretamente sobre Leningrado, sem perder um tempo precioso, através dos Estados Bálticos, que "não querem defender-se".

Em suma, havia bastantes tarefas. Nesse momento decisivo, a política seguida — há muito tempo e de maneira tão sistemática —, com o objetivo de resolver todos os problemas mundiais à custa da União Soviética, parecia que ia ser, afinal, coroada de um êxito impacientemente esperado, de um êxito completo. Se Chamberlain e Daladier, com seus colaboradores, não chegaram, finalmente, a êsse êxito, não lhes cabe a culpa. Fizeram o possível para lá chegar... Agora, conhecemos o essencial. Quanto aos pormenores de toda ordem, às "personagens", etc., serão revelados igualmente, sinão hoje, pelo menos dentro de cinquenta anos,

ou, no mais tardar, dentro de setenta e cinco anos. Por que se apressar? Mas acontece, às vezes, que os arquivos se abrem de um golpe, antes das demoras normais. Que é que ainda não se viu neste mundo?

Verifica-se, portanto, que a história da Europa de antes da guerra mostrou, de maneira evidente, como essa política estreita e pouco inteligente se voltou precisamente contra os países cujos meios dirigentes tinham tentado seguir esse caminho. Hoje, não se tem mais necessidade de discutir acerca dos objetivos que se propunha a Alemanha hitlerista. A Inglaterra e a França aprenderam-no à sua própria custa. Recordar-se muito bem o 1940, na Inglaterra! Alguns dispõem-se a fanfarronar um pouco, dizendo que, naquela época, a Inglaterra combateu sôzinha contra a "invencível" Alemanha hitlerista. Naturalmente, o povo inglês tem o direito de se orgulhar por ter defendido herôicamente o seu país contra o perigo mortal que o ameaçava. Mas, em primeiro lugar, os meios cuja política atraíu sôbre a Inglaterra esse perigo mortal e a conduziu a esse isolamento, esses meios não têm por que se orgulhar. Sim, mas por que a Inglaterra teve de enfrentar sôzinha o ataque de 1940? Por que se viu isolada diante do inimigo? Tal se deu ainda em consequência das próprias tentativas de dirigir a agressão alemã para o leste; em consequência da recusa obstinada de ver na União Soviética a única força poderosa cuja aliança podia permitir às democracias ocidentais enfrentar a ameaça iminente da agressão fascista.

Em segundo lugar, não se deve esquecer que, por mais tenaz que fôsse a defesa dos ingleses contra a ofensiva aérea de Hitler, em 1940, sua resistência não podia destruir a máquina de guerra hitlerista e nem mesmo causar-lhe um prejuízo sério. As forças militares da Alemanha continuavam a crescer. Sômente após a entrada da União Soviética na guerra é que se produziu a grande virada na marcha da guerra e que a máquina de guerra do imperialismo alemão foi destruída, e não nas águas da Mancha, mas nos campos da Rússia.

Finalmente, em terceiro lugar, quem, então, pode negar que as esperanças de certos políticos ingleses — e não apenas ingleses, aliás —, como Moore Brabazon, Lady Astor e outros, que acreditavam que a guerra conduziria ao enfraquecimento mútuo da Alemanha e da União Soviética, que essas esperanças arrebentaram como bolhas de sabão? Ao contrário, graves dificuldades suplementares surgiram, com o fim da guerra, na Grã-Bretanha, sem se falar na França. Isso faz com que os ingleses e franceses inteligentes possam refletir: são bem eloqüentes os resultados a que chegaram os seus países em virtude de sua política tão obstinadamente seguida, da política que consistia em ignorar a União Soviética e não beneficiou ninguém, si não os inimigos comuns de todos os povos pacíficos.

A destruição dos principais centros do fascismo mundial e o papel da União Soviética nessa vitória de significação histórica mundial modificaram fundamentalmente a situação. O prestígio internacional da União Soviética é maior do que nunca. E' impossível admitir-se que problemas mundiais grandes ou pequenos possam ser resolvidos sem a sua participação. Esta verdade clara e simples não suscita nenhuma dúvida entre

os povos que passaram pela prova da Segunda Guerra Mundial. Sabe-se, entretanto, que certos grupos de aventureiros — que odeiam a União Soviética porque ela é a defensora da paz e a campeã da segurança dos povos — mostram-se, hoje, muito ativos em diversos países. E' necessário que os povos estejam muito vigilantes em relação a essas forças reacionárias. Eles devem tirar todos os ensinamentos da história dos anos que precederam a guerra e, igualmente, da experiência instrutiva da Segunda Guerra Mundial.

(*Nóvoie Vriémia* — N. 4 — 15-2-1946).

SEM TEORIA REVOLUCIONÁRIA... — Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário.

O papel de combatente da vanguarda só pode ser desempenhado por um partido orientado por uma teoria de vanguarda. (Lénin — *Obras completas* — ed. francesa, vol. IV, págs. 432-433 — *in* Stálin — *Os fundamentos do leninismo*, pág. 41 — Editor Calvino Filho — 1934.)

A TEORIA DO "CRACK" AUTOMÁTICO DO CAPITALISMO — "A redução da quota de lucro agrava as contradições do capitalismo. Isso não significa, no entanto, que ele desaparecerá por si mesmo, automaticamente, como se a diminuição da quota de lucros pudesse fazê-lo "evaporar-se", como o afirma o economista alemão H. Grossman, que se considera um "marxista revolucionário".

Grossman escreveu um grosso volume destinado a "provar" que chegará um momento em que a quota de lucro baixará a tal ponto, que nada ficará para consumo dos capitalistas, o que, naturalmente, fará com que naufrague o capitalismo. Grossman pretende atribuir essas tolices a Marx.

A teoria do *crack* automático do capitalismo é uma teoria completamente social-democrata, antimarxista e antileninista, quaisquer que sejam as frases revolucionárias com que se encubra. Tende essa teoria fazer com que se mantenha passiva a classe operária, distinguindo-se da ação revolucionária e, com isso, essa teoria só ajuda e reforça o capitalismo.

Por mais forte que sejam suas contradições, o capitalismo não se deixará matar por um *crack*. O agravamento da contradição fundamental do capitalismo, pelo contrário, reforça a luta do proletariado pela sua libertação. O capitalismo só pode ser destruído pela revolução proletária." (Segal — *Noções Fundamentais de Economia Política*, pág. 275 — Edit. Calvino, 1946.)

# A INDÚSTRIA DA BORRACHA NO NOVO PLANO QUINQUENAL DA U.R.S.S.

T. MITORRIN,

Ministro da Indústria da Borracha da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas.

A borracha constitui, na nossa época, um dos materiais de emprêgo mais generalizado. Sem ela, não pode passar a técnica militar contemporânea, tôdas as divisões das forças armadas exigem grande quantidade de borracha. Para cada tanque de tamanho comum emprega-se cerca de 1.500 quilos de peças de borracha. O aeroplano atual exige cerca de 1.000 quilos de borracha — não apenas nas coberturas e divisões internas, mas também nos tanques de gasolina, motores, mangueiras, etc. Gasta-se aproximadamente 100 toneladas de borracha na construção de um transatlântico com um deslocamento de 35.000 toneladas.

E' ainda mais significativo o consumo da borracha na economia nacional. A indústria, as vias de comunicação e a agricultura exigem grande quantidade de coberturas, câmaras, correias, correias de transmissão, mangueiras e outros produtos de borracha. Um dos maiores consumidores de borracha — o automóvel — é equipado não sômente com pneus, mas também com centenas de diferentes peças de borracha. No novo automóvel soviético de aluguel "ZIS-110", por exemplo, há mais de 800 peças de borracha. E na União Soviética, em 1950, serão lançados para o uso 500.000 automóveis. A moderna agricultura mecanizada necessita de grande quantidade de diferentes peças de borracha.

Deveremos produzir artefactos de borracha em quantidade sempre crescente, em cumprimento das tarefas estabelecidas pelo plano quinquenal staliniano de após guerra e para satisfazer às necessidades do povo em galochas, botas, solas de borracha, capas impermeáveis, artigos sanitários e de higiene, brinquedos para crianças, etc.

Sem uma indústria de borracha largamente desenvolvida, nem se pode pensar em êxito e normal desenvolvimento de qualquer ramo da economia nacional, assim como não se conseguirá uma organização efetiva da defesa do país.

O material fundameental para a produção de artefactos de borracha — o cautchú — é, ao lado dos metais, carvão de pedra e petróleo, a matéria prima de maior valor estratégico.

A lei do plano quinquenal de reerguimento e desenvolvimento da economia nacional da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas para os anos de 1946-1950 exige o aumento, em 1950, da produção de pneus em 3 vêzes e de calçados de borracha quasi em mais um terço em comparação com o nível atingido antes da guerra.

Em 1950, a indústria da borracha deverá fornecer à população da União Soviética 85.000.000 de pares de calçados da produção de 88.600.000,

prevista no plano quinquenal. Não será menos significativo o índice de crescimento da produção dos demais artefactos de borracha.

Já se encontra num passado distante a época em que a indústria russa da borracha se limitava fundamentalmente à produção de calçados. A produção de pneus na URSS quasi que foi de novo criada. Atualmente, somente uma nossa moderna fábrica de pneus, durante três a quatro dias, prepara os 18.000 pneus que eram postos no mercado em 1931 por toda a indústria de borracha russa. A União Soviética alcançou, em 1940, o primeiro lugar no mundo na preparação da borracha sintética, cuja produção foi organizada no nosso país num prazo extremamente curto. A produção total de artefactos de borracha em 1940 ultrapassou mais ou menos 10 vezes a de 1913.

A invasão hitlerista causou consideráveis estragos à jovem indústria soviética de produtos de borracha. Sofreram as grandes fábricas de artefactos, foram postas fora de funcionamento as usinas de preparo da borracha sintética, os invasores alemães ocuparam as mais importantes regiões fornecedoras de matéria prima.

Vencendo as dificuldades impostas pelo tempo de guerra, os trabalhadores da indústria de borracha ininterruptamente forneciam todos os artefactos indispensáveis *à front* e à indústria bélica. O trabalho criador não teve solução de continuidade durante os anos de guerra. Novas fábricas e usinas foram construídas nos distritos de leste. No ano passado, foi inaugurada uma nova fábrica de pneus em Moscou. Nas diversas empresas, aperfeiçoavam-se constantemente os métodos de produção, vários processos de produção foram mecanizados e aumentou-se o rendimento do trabalho.

Para a inauguração do plano quinquenal staliniano de após guerra, a capacidade produtiva para o preparo de uma série de artefactos de borracha fundamentais foi não apenas restabelecida, mas aumentada, em comparação com o período de pre-guerra. O nível geral da produção, no final da guerra, encontrava-se, todavia, de maneira significativa, aquém do atingido no período de pre-guerra, particularmente no que se referia à produção de calçados de borracha e de outros artigos de largo consumo.

Após o término da guerra, os operários da indústria da borracha encetaram a reconstrução e desenvolvimento da produção, para geral aumento da quantidade de artigos que atendem às necessidades civis. Este grande e intenso trabalho exige ainda muita atividade.

Já no segundo semestre do ano passado pudemos fornecer aos trabalhadores uma quantidade de calçados de borracha 65 % maior do que a conseguida no primeiro semestre. 30.000.000 de pares serão produzidos no primeiro ano do plano quinquenal de após guerra, enquanto que será aumentada em duas vezes, em comparação com o nível do ano passado, a produção de artefactos de largo consumo.

Considerando-se a quantidade alcançada em 1945, neste ano a fabricação de pneus de automóveis aumentará em 68 % e duas vezes mais a de pneus para caminhões de alta tonelagem. A produção dos primeiros, em 1950, em comparação com 1940, apresentará um aumento de 3 vezes e de 6 vezes a dos últimos.

Aumenta significativamente a produção dos artefactos técnicos de borracha. No presente ano, produzir-se-ão 1-½ vezes mais, do que no último ano, correias de transmissão e polias. Na produção de polias já no ano corrente alcançaremos o nível de pre-guerra e de correias de transmissão para as indústrias mineira e metalúrgica o ultrapassaremos de maneira significativa. Em comparação como o mesmo período, no final do plano quinquenal a produção de correias aumentará em 5 vezes, de mangueiras de borracha quase em 2-½ vezes, de peças para automóveis em cinco vezes.

De uma maneira geral, no final do plano quinquenal, a indústria da borracha, considerada em sua totalidade, deverá duplicar sua produção em comparação com a do ano de 1940. Se se descontar o prazo indispensável ao restabelecimento do nível da produção de pre-guerra, concluir-se-á que o indicado aumento da produção será, realmente, conseguido entre 2-½ a 3 anos.

Tal ritmo de progresso industrial pode ser conseguido apenas com o auxílio do aperfeiçoamento da técnica e da organização da produção por meio do desenvolvimento geral da emulação socialista, do movimento starranovista e do aproveitamento da iniciativa criadora dos inovadores dos métodos de produção. A lei do plano quinquenal exige o desenvolvimento da indústria da borracha com base no emprêgo de novas espécies de matéria prima e de nova técnica, a automatização do sistema de produção de pneus para automóvel e a integral mecanização dos processos de trabalho.

Aos operários da indústria da borracha caberá, de tal forma, a realização de uma grande tarefa, no sentido de suprir com equipamento técnico adequado vários ramos da produção e, em primeiro lugar, a produção de borracha sintética e de pneus para automóveis. Como modelos, no sentido de emprêgo de técnica, apresentar-se-ão as fábricas de pneus que, durante o plano quinquenal, serão construídas na Ucrânia, na Sibéria Ocidental, no Extremo Oriente e em outras regiões do país. Uma nova técnica e um vasto aproveitamento da mecanização permitirão aumentar a produtividade do trabalho nessas novas fábricas de duas vezes em comparação com a que é conseguida por um operário nas fábricas atuais.

A questão da qualidade da produção revestir-se-á de especial significado no novo plano quinquenal. Deverá ser expressivamente aumentada a utilização dos automóveis, a fim de proporcionar mais conforto e satisfazer de maneira mais eficiente às necessidades gerais do povo. Com o objetivo de melhorar a qualidade dos pneus, os seguintes pontos serão levados em conta na sua produção: o emprêgo de novos e melhores tipos de borracha sintética, a substituição dos tecidos de algodão por tecidos de filamento artificial, o emprêgo de produtos químicos de melhor qualidade e padrão, o melhoramento da sua construção e da tecnologia da sua produção.

As vastas perspectivas que oferece o novo plano quinquenal exigem, também, significativo aumento, em toda a União, do preparo da matéria

prima — a borracha sintética e a natural — destinada à indústria de que trata o presente artigo.

Os sábios soviéticos foram os pioneiros da produção industrial da borracha sintética, destacando-se entre eles o criador do processo industrial de síntese da borracha — o falecido acadêmico Sergio Vassiliévitch Liébiediev. Quinze anos atrás, esta vitória dos sábios e engenheiros soviéticos parecia tão inacreditável que o célebre inventor americano Thomas Edison, que então já se encontrava em idade avançada, tendo sido informado a respeito, declarou em 1931: "Não creio que a União Soviética tenha conseguido obter a borracha sintética. Isto não passa de pura invenção. Minha própria experiência e a experiência de outros demonstram ser duvidoso que o processo de síntese da borracha em geral venha a coroar-se de sucesso." Um ano depois na União Soviética já começava a funcionar, todavia, a primeira grande fábrica de borracha sintética. Após esta outras foram construídas.

Durante a guerra, depois que os japoneses conseguiram dominar os países produtores de borracha natural, teve lugar intenso desenvolvimento da indústria de borracha sintética também na pátria de Thomas Edison — os Estados Unidos.

No momento atual, perante os sábios e trabalhadores soviéticos da indústria de borracha sintética, apresenta-se uma tarefa — não descansar sob os louros dos sucessos já conseguidos, mas, de todas as formas, desenvolver e aperfeiçoar a técnica de produção. A lei que regula a realização do plano quinquenal e prevê, em 1950, uma produção duplicada de borracha sintética em comparação com o período de pre-guerra, exige a intensificação dos processos de sua obtenção e integral mecanização dos métodos de trabalho.

Acha-se estabelecida também a tarefa de produzir ainda mais borracha sintética de matéria alimentar, aumentando sua quantidade, em 1950, até 38 %. Para isto, ao lado dos trabalhos de restauração, será realizada a reconstrução de uma série de fábricas de borracha sintética. Nas novas fábricas e nas reconstruídas serão empregados novos métodos de produção com utilização de matéria prima não alimentar.

Neste sentido, serão bastante intensificados os trabalhos científicos de pesquisas, criar-se-ão novos centros experimentais, anexos às fábricas, que garantem sucesso na realização de experiências para a síntese da borracha e da tecnologia da sua preparação.

O plano quinquenal de 1946-1950 estabelece, também, a organização, na URSS, da produção da borracha natural em vastas proporções.

A criação da grande produção de borracha natural é encarada como uma questão de honra por todos os especialistas de seu cultivo na nossa pátria. A experiência dos últimos anos demonstrou que esses técnicos poderão conseguir notáveis resultados, mediante a aplicação das últimas conquistas da agrotécnica soviética e dos novos métodos elaborados pelo acadêmico Trófim Dienicóvitch Licienko. Prova disto é a elevada colheita de *kok-saguiz* no distrito de Kiev em 1945.

O desenvolvimento da indústria da borracha é também determinado, de modo significativo, pelos níveis alcançados pelos ramos afins da indústria

soviética. Esperamos que os construtores de máquinas nos forneçam novos e complicados aparelhos químicos e equipamento energético, antes não fabricados no nosso país. É indispensável que a indústria textil aumente a fabricação de tecidos para pneus em cuja preparação predomina a técnica, organize a produção industrial em larga escala de tecidos para pneus especiais, de fio artificial. À indústria química caberá a formulação de novos produtos ainda desconhecidos na URSS para uso na indústria da borracha.

Os trabalhadores deste ramo da economia dos povos soviéticos acumularam valiosa experiência e demonstraram, durante a guerra, a sua capacidade em vencer grandes dificuldades. Sem dúvida, levarão a bom termo também as novas responsáveis tarefas estabelecidas pelo novo plano quinquenal staliniano de 1946-1950.



UM REACIONÁRIO DESUMANO — Muito trabalho há compatível com essa idade (10 anos) e até com idade inferior, sobretudo na vida agrícola — e quem diz vida agrícola, no Brasil, diz vida que levam uns trinta milhões de brasileiros. Há muitos serviços leves que as crianças podem fazer na vida agrícola: candiar bois, pastorear rebanhos, serviço de correio das fazendas para a cidade e muitos outros, perfeitamente compatíveis com a pouca idade, sem o menor prejuízo para o desenvolvimento e para a saúde da criança. Devo dizer ainda mais que o trabalho das crianças nesses serviços leves chega a ser indispensável a seus pais, com os salários que estes têm por toda a parte. Não é possível a um chefe de família, que trabalha de enxada, viver sem o concurso dos filhos. (Artur Bernardes — *Diário da Assembléia* — 19-5-946.)



POBRE DO MARIDO PLEBEU... — Diz o repertório das *Ordenações do Reino, in loco*:

“Pena de morte para mulher adúltera.

Marido que acusar sua mulher de adultério, e ela fôr condenada à morte, haverá todo o seu dote.

Marido que achar sua mulher em adultério, a pode matar, a ela e ao adúltero.

Marido que provar adultério de sua mulher pode licitamente matá-la.

Marido que matar sua mulher ou o adúltero pode levar ajuda consigo.

Marido plebeu não pode matar adúltero nobre, fidalgo ou desembargador que achar em adultério com sua mulher.”

Isto, senhores, vigorava em 1786, num país intensamente religioso — Portugal, onde a religião vigiava a confecção das leis. (Guaraci Silveira — *Diário da Assembléia* — 4-6-946.)

# O Pensamento de Lênin



“Dialética, no sentido estrito, é o estudo das contradições contidas na essência mesma dos objetos” (Lênin — *Cadernos Filosóficos*, pág. 263, ed. russa).

“O imperialismo é uma etapa de transição, a última, a etapa suprema do capitalismo” (Lênin).

“O imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado” (Lênin — *O Imp. Etapa sup. do Cap.*)

“...as massas operárias, quando chegue o momento, unir-se-ão fácil e rapidamente e se agruparão com todos os comunistas sinceros num partido único, capaz de implantar o regime dos Soviets e a ditadura do proletariado” (Lênin — *Extrem., Doença Infantil do Comunismo*).

“A força do capitalismo reside, como diz Lênin, na força da *pequena produção*. Porque ainda ficou no mundo, infelizmente, muita pequena produção e esta *engendra* o capitalismo e a burguesia, cada dia, cada hora, constantemente, por um processo espontâneo e em massa” (Lênin, t. XXV, pág. 173, *O Extremismo...*).

Lênin disse: “Os países capitalistas do Ocidente da Europa não efetuarão sua evolução para o socialismo por meio de uma “*maturação*” sistemática do socialismo nêles, mas por meio da exploração de uns países pelos outros, a exploração do país principalmente vencido durante a guerra imperialista junto à exploração de todo o Oriente. E o Oriente, por outro lado, incorporou-se definitivamente ao movimento revolucionário em consequência de uma primeira guerra imperialista.”

“...as massas dos países atrasados, guiadas pelo proletariado consciente dos países capitalistas desenvolvidos, chegarão ao comunismo sem passar pelas diferentes etapas do desenvolvimento capitalista” (Lênin — *La guerra y la humanidad*, pág. 99).

# O CHOVINISMO MORTO E O SOCIALISMO VIVO

LÉNIN.

Nós últimos decênios, a social-democracia alemã tem servido de modelo à social-democracia da Rússia, um pouco mais até do que à social-democracia do resto do mundo. Compreende-se daí não ser possível tratar conscientemente, vale dizer, criticamente, o social-patriotismo ou "chovinismo" socialista ora dominante, sem se esclarecer da forma mais exata sobre a atitude adequada em relação a ele. Que foi ele? Que é ele? Que será ele?

A resposta à primeira indagação poderemos encontrá-la na brochura de Karl Kautski, dada a lume, em 1909, e traduzida para muitas línguas europeias, *O acesso ao poder*, a mais argumentada representação — e a mais favorável para os social-democratas alemães (no sentido das esperanças que eles nutrem) — dos pontos de vista concernentes aos encargos da época em que vivemos, representação da pena do escritor mais expressivo da Segunda Internacional. Recordaremos esta brochura de maneira mais circunstanciada, o que será de tanto maior proveito quanto com mais frequência ocorre, hoje em dia, desdizerem-se, vergonhosamente, com "palavras esquecidas".

A social-democracia é um "partido revolucionário" (primeira frase da brochura), não só no mesmo sentido em que uma máquina a vapor é revolucionária, mas "também em outro". Aspira à conquista do poder político pelo proletariado, à ditadura do proletariado. Escarnecendo dos "céticos da revolução", Kautski (1) escreveu:

"Naturalmente, em todos os grandes movimentos e sublevações, temos também de contar com a possibilidade da respectiva derrota. Tolo aquele que se sente certo, em luta iminente, de já ter a vitória nas mãos".

"Traição imediata à nossa causa" seria renunciar a contar com a possibilidade da vitória. Uma revolução associada a uma guerra é possível tanto durante esta quanto após. Não se pode determinar quando o aguçamento das contradições de classe há-de levar à revolução, mas "posso afirmar, de modo absolutamente seguro, que uma revolução conseqüente à guerra estoura ou durante a mesma, ou imediatamente em seguida". Não há, pois, coisa mais banal do que a idéia de "evolução pacífica no socialismo".

"Nada mais extravagante do que pensar que o reconhecimento da necessidade econômica importava em debilitamento da vontade". "A vontade, ardor da luta, é determinada: 1) pelo prêmio que acena aos que se batem; 2) pelo sentimento de força respectivo; 3) pela força efetiva dos mesmos".

Quando (inclusive no *Vorwärts*) se quis dar sentido oportunista ao célebre prefácio de Engels às *Lutas de classes na França*, o autor se

(1) Kautski (Karl) — Vide esboço biográfico no n. 5 desta revista, pág. 118.

indignou, declarando "ignominiosa" a admissão de que ele fôsse "devoto peccato da legalidade a todo custo".

"Temos tôdas as razões para pensar que entramos, agora, num período de lutas pelas instituições e pelo poder públicos, lutas que se podem arrastar por várias dezenas de anos, com vicissitudes diversas... que, todavia, muito provavelmente, já em época possível de prever, hão de arrearrear subversões consideráveis em benefício do proletariado, sinão o seu predomínio na Europa Ocidental".

Os elementos revolucionários crescem; em 1895, dos dez milhões de eleitores da Alemanha, seis eram proletários; três milhões e meio, interessados na propriedade privada. Em 1907, estes tinham aumentado de 0,03 milhões, ao passo que aquêles haviam crescido de 1,6 milhões!

"O ritmo do progresso, no entanto, se acelerará, de repente, desde que sobrevenham tempos de agitação revolucionária".

As contradições de classe não se abrandarão, mas se aguçarão; a carestia aumentará, ferverá a emulação imperialista, o militarismo. Aproxima-se "a nova era da revolução".

"A elevação delirante dos encargos tributários já teria levado, de há muito, à guerra, como única alternativa da revolução,... se essa alternativa da revolução não se achasse ainda mais perto da guerra do que da paz armada". "A guerra mundial encontra-se, agora, em ameaçadora iminência. A experiência dos últimos decênios prova, contudo, que a guerra implica na revolução".

Ainda em 1891, Engels podia recear uma revolução prematura na Alemanha; porém, a contar daí, "a situação tem mudado muito". O proletariado *não pode mais falar de revolução prematura* (assim grifado por Kautski). A pequena burguesia é muito pouco crédula e observa sempre atitude hostil em relação ao proletariado. Em época de crise, entretanto, é capaz de "passar para o nosso lado em massa". Trata-se, somente, de que a social-democracia permaneça "inabalável, coerente, implacável". Chegamos, indubitavelmente, a uma época revolucionária.

Assim escrevia Kautski em tempos que já vão longe, há cinco anos inteiros. Tal era a social-democracia alemã, ou, melhor: tal prometia ser. Social-democracia dessa ordem podia-se e tinha-se de respeitar.

Leia-se, porém, o que este Kautski escreve, agora. Eis as passagens mais importantes do seu artigo *A social-democracia na guerra* (*Tempos Novos*, de 2 de outubro de 1914, págs. 1-7):

"Nosso partido tem discutido muito sôbre os meios e métodos de obstar uma guerra ameaçadora; pelo contrário, tem debatido com muito menor freqüência a questão de como se deve comportar durante uma guerra que suas forças não consigam impedir"... "Nunca um governo é tão forte, nunca tão fracos são os partidos quanto à ruptura de uma guerra"... "O tempo de guerra mesmo é o menos adequado possível à discussão sossegada, livre, de questões controvertidas"... "A questão prática consiste no seguinte: vitória ou derrota da própria terra".

Pacto entre os partidos dos países em guerra a respeito de ação contra a guerra? "Praticamente, nunca se tentou coisa semelhante". Semelhante "possibilidade foi por nós sempre combatida"... A oposição entre os socialistas franceses e alemães não está na "concepção funda-

mental" (tanto uns como outros defendem sua pátria)... "Daí se segue para a social-democracia de todas as nações o mesmo direito ou o mesmo dever de tomar parte nessa defesa; nenhuma pode censurar a outra"... "A Internacional está desfeita?" O Partido "renunciou à representação vigorosa dos princípios partidários durante a guerra?" (Palavras de Mehring (2) no mesmo número (3). Idéia absurda... Não há razão para pessimismo dessa ordem... As diferenças não são, de modo algum,

(2) Mehring (Franz) — (1846-1919). Notável representante do marxismo revolucionário na Alemanha. Começou sua carreira como colaborador das revistas de Guido Weiss, um dos últimos sobreviventes da democracia burguesa de 1848, na Alemanha (*Zukunft*, 1869-1871, e *Wage*, 1873-1878). Partindo desse ponto de vista, Mehring editou ainda a sua obra contra a social-democracia alemã (3.<sup>a</sup> e última edição em 1878). Quando foi promulgada a lei contra os socialistas, Mehring pronunciou-se corajosamente pela social-democracia perseguida, particularmente através do jornal democrático *Berliner Volkszeitung*, do qual foi colaborador a partir de 1884 e redator-chefe desde o ano seguinte. Se, de um lado, a simpatia pelo partido operário perseguido por Bismarck arrastou-o para as suas fileiras, foi, de outro lado, um profundo estudo do marxismo que lhe fez um dos mais eminentes representantes dessa doutrina. A partir de 1890, tornou-se colaborador permanente da *Neue Zeit*, ao lado de Kautski, e, desde 1895, da *Leipziger Volkszeitung*. Desde, porém, que surgiu o revisionismo na Alemanha, Mehring moveu-lhe intensa e ardorosa guerra. De 1890 a 1914, foi Mehring quem, na social-democracia alemã, melhor penetrou o sentido do movimento histórico. Sua profunda concepção do marxismo e seu ardoroso temperamento revolucionário levaram-no à ruptura com Kautski (centro-marxista) nos últimos anos antes da guerra. Após a declaração da guerra, Mehring foi um dos fundadores do *Spartakusbund*, com Zimmerwald, ao qual consagrou suas últimas forças. Colocou-se desde o começo da guerra na extrema esquerda da social-democracia alemã com Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht e solidarizou-se, sem hesitar, com a revolução russa de 1917. Suas obras abrangem um grande número de sectores: jornalismo político, história do marxismo, da social-democracia, da Alemanha, da Prússia, história da literatura e da filosofia, história da guerra, etc. De maneira original, abriu ao marxismo uma série de domínios. Unia à profundidade teórica um notável talento de exposição que fez de Mehring o primeiro estilista alemão da época. A publicação de suas obras completas infelizmente ainda não começou. Quando fôr feita, apresentará um tesouro excepcionalmente rico de ciência marxista. Citemos, entre suas grandes obras: *Die Lessing-Legende*, 1893; *Geschichte der deutschen Sozialdemokratie* (História da social-democracia alemã), 4 volumes; *Karl Marx, Geschichte seines Lebens* (Karl Marx, história de sua vida), 1918; *Deutsche Geschichte vom Anfang des Mittelalters* (História da Alemanha a partir do começo da Idade Média), 1923. Mehring publicou, igualmente, as obras póstumas de Marx e Engels, em 4 volumes.

(3) Citação do artigo de Mehring *Reminiscências dos anos da guerra de 1870* (*Tempos Novos*, n. 1, de 2 de outubro de 1914).

fundamentais... A unidade dos princípios subsiste... Insubordinação às leis concernentes ao estado de guerra importaria, simplesmente, em "causa de proibição da nossa imprensa". A subordinação a essas leis "implica tão pouco à renúncia, à representação dos princípios partidários quanto ao trabalho igual da nossa imprensa, sob a espada de Dâmocles da lei socialista" (4).

Apresentamos, propositadamente, citações textuais porque custa crer que se haja podido escrever coisas d'este jaez. Não é fácil encontrar na literatura (menos ainda na "literatura" dos renegados ostensivos) banalidade tão presunçosa, tão vergonhosa... aberração da verdade, subterfúgios tão feios para encobrir as abdicações mais evidentes do socialismo em geral, assim como de decisões internacionais precisas, tomadas, por unanimidade, justamente, na perspectiva de uma guerra européia do caráter da contenda atual (por exemplo, em Stuttgart e, principalmente, em Basiléia)! Seria da nossa parte desconsiderar o leitor tomar a sério os argumentos de Kautski), procurar "analisá-los", porque, embora a guerra européia não tenha muita semelhança com um simples e "pequeno" pogrom de judeus, os argumentos "socialistas" pela participação nesta guerra lembram, exatamente, os argumentos "democráticos" a favor da participação em pogroms de judeus. Não se analisam argumentos a favor de pogroms; tem-se, apenas, de reprová-los, a fim de colocar no pelourinho os seus autores, perante os operários com consciência de classe.

Como foi, no entanto, perguntará o leitor, que uma das maiores autoridades da Segunda Internacional, um escritor que defendera as concepções citadas no início d'este artigo, "rolou para o seio dos renegados?" Isto só é incompreensível, respondemos, para aquêle que — inconscientemente, talvez — sustenta o ponto de vista de que nada de especial ocorreu, propriamente, de que não é difícil "reconciliar-se e esquecer", etc., isto é, para quem esposa o ponto de vista do renegado. Quem defendeu, entretanto, com seriedade e convicção, modos de ver socialistas e que partilhou as idéias expostas no princípio d'este artigo não se admirará de que o *Vorwärts* "esteja morto" (como se exprime L. Mártov, no *Golos*, de Paris) (5) e de que Kautski "esteja morto". A bancarrota de indivíduos isolados nada tem de espantoso em épocas de grandes subversões mundiais. Apesar do seu alto mérito, Kautski nunca foi daqueles que, ao tempo de crises profundas, assumiram, imediatamente, posição marxista de combate (recordemo-nos das suas vacilações na questão do millebrandismo) (6).

(4) Kautski — *A Internacional e a segurança pública, Tempos Novos*, n. 1, de 2 de outubro de 1914.

(5) "O *Vorwärts* morreu" — Título de um artigo de L. Mártov, no *Golos*, de 9 de outubro de 1914. O artigo foi escrito depois de o *Vorwärts* haver assegurado ao general von Kessel, comandante em chefe nas Marcas, que não tocaria mais no tema "ódio e luta de classes".

(6) Millerandismo — Em 1899, o político francês Millerand, membro do Partido Socialista, traiçou o socialismo e passou a tomar parte no governo reacionário burguês da França, no qual se encontrava também

Vivemos, porém, justamente, numa dessas épocas. "Atirem primeiro, senhores burgueses!", escrevia, em 1891, Engels, sustentando (e, decerto, com toda razão) que nós, revolucionários, devemos aproveitar a legalidade burguesa, no tempo da chamada evolução constitucional pacífica. A idéia de Engels era a mais clara que se pode imaginar: nós, os operários com consciência de classe, atiraremos por último; no momento, é vantajoso, para nós, os operários com consciência de classe, para a transição do voto ao "fogo" (ou, seja, à guerra civil) aproveitar o instante em que a própria burguesia infringe a base legal por ela estabelecida. E Kautski exprimia, em 1909, a opinião introvertida de todos os social-democratas revolucionários, quando dizia que não se podia mais falar de revolução prematura na Europa e que a guerra implicava na revolução.

Os decênios da época "pacífica" não passaram, entretanto, sem deixar vestígios; inevitavelmente, deram origem, em todos os países, ao oportunismo e asseguraram-lhe o predomínio no seio dos "chefes" parlamentares, sindicais, jornalísticos, etc. Não há um só país da Europa que, sob esta ou aquela forma, não se tenha feito guerra pertinaz e obstinada — contra este oportunismo a que toda a burguesia deu apoio, de mil maneiras, com o fim de corromper e debilitar o proletariado revolucionário. O próprio Kautski escreveu, há 15 anos, nos albores do bernsteinismo: se o oportunismo se transformasse de tendência em corrente, a cisão se colocaria na ordem do dia. E, entre nós, na Rússia, a velha *Iskra*, fundadora do partido social-democrático da classe operária, no n. 2, em princípios de 1901, no artigo *No limiar do século XX*, declarou que a classe revolucionária do século II (ao igual da classe revolucionária do século XVIII, a burguesia) tinha sua Gironda e sua Montanha (7).

A guerra européia importa em pujante crise histórica, início de nova era. Como todas as crises, a guerra aguçou as contradições internas e as trouxe à tona, rasgou todos os véus hipócritas, eliminou todas as obscuridades e destruiu as autoridades caducas ou apodrecidas (aí reside, diga-se de passagem, o efeito benfazejo e progressista de todas as crises, que só não convence os adeptos imbecis da "evolução pacífica"). A Segunda Internacional, que, nos 25 ou 45 anos da sua existência (conforme se conta de 1870 ou de 1889), prestou serviços de extraordinária monta e utilidade, com o desenvolvimento em amplidão do socialismo e com a organização preparatória, primeira e simples das suas forças, desempenhou o seu papel e morreu, vencida não tanto pelos von Kluck, quanto,

o general Galiffet, verdugo da Comuna de Paris. Desde então, começou-se a indicar pela palavra "millerandismo" a traição ao socialismo, a aceitação, por socialistas, de cargos nos governos burgueses reacionários.

(7) O artigo mencionado por Lênin (sem assinatura) foi escrito por Plerrânov.

No artigo *No limiar do século XX* (*Iskra*, n. 2, fevereiro de 1901), depois de mostrar que o século XIX foi um século do movimento de liberdade da classe operária, escreveu Plerrânov o seguinte: "O século XX realizará as melhores e mais radicais aspirações do século XIX. Por muito firmemente convencidos que estejamos, todavia, da vitória do pro-

sobretudo, pelo oportunismo. Arranjem-se uns com os outros. "Esforçam-se", agora, figurões ociosos (sinão lacaios intrigantes dos chovinistas e oportunistas) por aproximar os Vanderveldes (8) e Sembats (9) dos Kautskis e Haasses (10), como se estivessem às voltas com Ivan Ivanitch, que xinga Ivan Nikiforitch de "idiota" e tem, depois, de ser recon-

letariado, por muito claro que vejamos posto à nossa frente o grande objetivo, não queremos enganar-nos nem a nós mesmos, nem aos nossos leitores. Não somos, absolutamente, de opinião que uma vitória fácil nos espera. Pelo contrário, sabemos muito bem quão árdua é a senda que temos a trilhar. Esperam-nos nessa senda muitas derrotas parciais e cruéis decepções. Não poucos dos que se encontram estreitamente unidos por aspirações idênticas, ao que parece, se separarão. Desde já se notam no grande movimento socialista duas tendências diversas e talvez a luta revolucionária do século XX leve ao que — *mutatis mutandis* — se poderia chamar uma ruptura entre a "Montanha" social-democrata e a "Gironda" social-democrata. O prognóstico de Plerránov sobre a possibilidade da cisão das duas correntes da social-democracia verificou-se perfeitamente certa, conforme se sabe, não só em relação ao movimento russo, como também em relação ao movimento internacional. O próprio Plerránov, que profetizara a formação de uma "Gironda" social-democrata, a qual apoiaria a burguesia contra o proletariado, ficou, à última hora, do lado da "Montanha".

(8) Vandervelde (Emile) — (1866). Chefe socialista belga e presidente da Segunda Internacional. Revisionista e oportunista desde o princípio. Chovinista ferrenho durante a guerra de 1914-1918; um dos primeiros ministros socialistas. Signatário do tratado de Versalhes, em 1919. Inimigo jurado do comunismo e do Poder Soviético. Durante a guerra de 1914-1918, Vandervelde foi o primeiro socialista da Segunda Internacional que entrou no governo burguês da sua terra (até 1911, ministro da Justiça belga). Em setembro de 1914, dirigiu-se ao proletariado russo, incitando-o a apoiar a guerra e a suspender a luta contra o tsarismo, enquanto durasse aquela. Participante da conferência de Londres dos socialistas dos países da Entente, em fevereiro de 1915. Junto com A. Thomas e outros social-patriotas da Entente, foi, em 1917, à Rússia a fim de inculcar aos operários e soldados russos a necessidade da continuação da guerra. Tornou a ir, novamente, a Moscou, em 1922, para assumir a defesa dos membros do comitê central dos social-revolucionários perante a Suprema Corte de Justiça.

(9) Sembat (Marcel) — (1862-1922). Um dos chefes mais conhecidos do Partido Socialista Francês, jornalista, fundador da revista *L'Évolution*, redator da *Petite République*, colaborador ativo da *Humanité*, quando essa folha ainda era o órgão oficial do Partido Socialista Francês; parlamentar. Durante a guerra imperialista, social-patriota ardoroso, entrou, com J. Guesde e A. Thomas, no governo burguês, como ministro do Trabalho. Apoiou, depois da guerra, o governo burguês da França, em todas as iniciativas respectivas.

(10) Haase (Hugo) — (1863-1919). Célebre social-democrata alemão. Durante a guerra, junto com Ledebour e Kautski, defensor do ponto de vista centrista: na teoria, internacionalismo; na prática, justi-

ciliado com o inimigo pela intervenção de amigos (11). A Internacional não consiste no facto de estarem sentados a uma mesa e redigirem resoluções hipócritas e rabulísticas uns tantos homens, homens que consideram internacionalismo genuíno socialistas alemães justificarem a incitação da burguesia alemã a atirar sobre operários franceses e socialistas franceses justificarem a incitação da burguesia francesa a atirar sobre operários alemães — “em nome da defesa nacional!!! A Internacional consiste (de início, idealmente, porém, com o correr do tempo, também organizadamente) em que se reúnem homens capazes, nos dias difíceis que vivemos, de defender pela ação o internacionalismo socialista, vale dizer, enrijar os músculos e de “atirar por último”, cada um contra os governos e as classes dominantes da respectiva terra. Isto não é fácil, absolutamente; exige bastante preparação, muitos sacrifícios; não se levará a cabo sem revêzes. Justamente, porém, por não ser, absolutamente, fácil, só se deve empreender tal com aqueles que o querem empreender, sem receio da completa ruptura com os chovinistas e com os defensores do social-chovinismo.

O que mais importa à restauração verdadeira, sem simulações, de uma Internacional socialista, não chovinista, é feito por homens como Pannekoek (12), o qual, em seu artigo *O desmoronamento da Internacional*, escreveu (13):

ficção da guerra. Haase leu no Reichstag, no dia 4 de agosto de 1914, a declaração da fração social-democrática; publicou, depois, em junho de 1915, com Bernstein e Kautski, um manifesto contra anexações. Com Kautski, Ledebour, Dittman e outros, afastou-se, em março de 1916, da maioria do partido, votou contra os créditos de guerra e tornou-se chefe do grupo da minoria da fração social-democrática do Reichstag. Em 1917, fundou, junto com Lelebour, o Partido Social-Democrático Independente da Alemanha, o qual desempenhou o papel que se sabe na revolução de novembro de 1918. Em 1919, Haase foi morto por um oficial.

(11) Ivan Ivanitch e Ivan Nikiforitch — dois heróis de uma novela de Gogol.

(12) Pannekoek (Anton A. P.) (usava o pseudônimo de K. Horner) — (Morto em 1929). Professor de astronomia. Socialista holandês, de esquerda. Foi um dos dirigentes da ala esquerda do partido social-democrata holandês, do qual foi excluído em 1907, em companhia de Winkoop, Roland-Holst e outros, pelos oportunistas. Durante a guerra, tomou posição revolucionária, aproximando-se da esquerda Zimmerwaldiana. Fundou em 1907 o jornal socialista da esquerda *De Tribune*, daí a designação de “tribunistas” aos do seu grupo. Participou da formação do Partido Comunista holandês. Defendeu a posição da extrema esquerda alemã e, depois do II Congresso da Internacional Comunista (1920), passou a condenar sua atitude. Acusava a Internacional de oportunismo. Sobre este assunto ver: V. I. Lênin: *La maladie infantile du communisme*, ed. Sociales Internationales, Paris, 1930. O livro de Pannekoek, citado por Lênin é *Die Fatlkischen Differenzen in Der Arbeiterbewegung*, Hamburgo, Erdmann Dubber, 1909.

(13) O artigo de Pannekoek *O desmoronamento da Internacional* apareceu no *Vigilante de Berna*.

"Que, depois da guerra, se tornem a reunir chefes e que busquem, em congressos, encher o fosso, nada mais adiantará".

Vamos falar com franqueza: a guerra nos obrigará a tanto, de qualquer maneira, amanhã, depois de amanhã. Há três correntes no socialismo internacional: 1) os chovinistas, que seguem, coerentemente, a política do oportunismo; 2) os inimigos coerentes do oportunismo, que, em todos os países, já começam a dar na vista (têm sido derrotados em cheio, na maior parte, pelos oportunistas, mas "exércitos vencidos aprendem bem"), capazes de trabalhar revolucionariamente no sentido da guerra civil; 3) os desorientados e vacilantes, que, agora, vão atrás dos oportunistas e fazem mal ao proletariado, principalmente, com sua tentativa hipócrita de justificar de modo pseudo científico e marxista (não é brincadeira!) o oportunismo. Parte dos que nesta terceira corrente rolam para a ruína pode ser salva e recuperada pelo socialismo porém só com a política da ruptura mais decidida, da mais decidida separação da primeira corrente, de quantos acorrem a justificar a votação de créditos de guerra, a "defesa nacional", a "subordinação às leis concernentes ao estado de guerra", o contentamento com a legalidade, a renúncia à guerra civil. Só quem segue esta política trabalha, de facto, pela instituição de uma Internacional socialista. Do nosso lado, nós, que estamos em relações com o comité central e com os elementos dirigentes do movimento operário de S. Petersburgo, trocamos idéias com eles e nos convencemos de que existe solidariedade, quanto ao essencial — como direcção do órgão central, em nome do nosso Partido, podemos declarar que só nesta direcção o trabalho, realizado é o trabalho do Partido e trabalho social-democrático.

Cisão da social-democracia alemã — evidentemente, esta é uma idéia que, por "insólita", infundirá medo horrível a muita gente. A situação objetiva indica, todavia, que ou se dá esse fenómeno insólito (Adler (14) e Kautski, contudo, declararam, na última sessão do Bureau Socialista Internacional, em julho de 1914, que não acreditavam em milagres e, por isso, também não podiam crer em guerra européia) (15), ou, então,

---

(14) Adler (Victor) — (1852-1918). Fundador e chefe da social-democracia austríaca. Iniciou sua atividade política como radical-burguês, mas não tardou a aderir ao marxismo. Em 1886, fundou o jornal social-democrático *Igualdade*, que promoveu a convocação do congresso de fusão da social-democracia austríaca realizado em Hainfeld, em 1889. Após a conquista do sufrágio universal, em 1905, foi eleito para o parlamento austríaco. Adler veio a ser um dos líderes mais considerados do reformismo austríaco e internacional. Co-diretor da *Gazeta Operária*, de Viena, colaborador da *Luta* e do *Tempos Novos*. Durante a guerra, Adler foi pacifista, centrista, kautskista. Adler foi, como Jaurès, um dos representantes mais idealistas do reformismo de antes da guerra.

(15) A última sessão do Bureau Socialista Internacional realizou-se em Bruxelas, a 29 de julho de 1914, depois da declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia. Tomaram parte na sessão: pela Alemanha, Haase, Rosa Luxemburgo; pela França, Jean Jaurès, E. Vaillant, J. Guesde, M. Sembat, Longuest; pela Inglaterra, Keir Hardie; pela Rússia,

seremos testemunhas da decomposição cruel do que foi, um dia, a social-democracia alemã. Aos que se habituaram a acreditar demais na (antiga) social-democracia alemã lembraremos, apenas, para terminar, de que forma pensam a respeito de semelhante cisão homens que, durante anos, foram nossos adversários numa série inteira de questões; assim foi que L. Mártov escreveu no *Golos*: "O *Vorwärts* morreu;" "a social-democracia, que proclama a renúncia à luta de classes, melhor teria feito se houvesse reconhecido, francamente, a realidade, se tivesse dissolvido, provisoriamente, sua organização, se houvesse fechado seus órgãos"; assim foi que Plerránov, de conformidade com o *Golos*, declarou, numa conferência: "Sou muito contrário à cisão; mas, quando se sacrificam os princípios pela unidade da organização, mais vale a cisão do que a falsa unidade" (16). Plerránov (17) disse isto dos radicais alemães: vê o argueiro no olho dos alemães e não vê a trave no seu. E' a sua deculidade individual a que todos estamos mais do que acostumados, desde os últimos dez anos do radicalismo plerranoviano na teoria, no oportunismo plerranoviano na prática. Mas, que homens, que têm essas... singularidades individuais, se ponham a falar de cisão dos alemães é sinal dos tempos.

(*Social-democracia*, n. 35.12 de dezembro de 1914.)

P. Akselrod (menchevique), Rubanovitch (social-revolucionário), Winter, Braun; pela Áustria, V. Adler e Nemec; pela Itália, Morgari e A. Bala-banova; pela Bélgica, E. Vandervelde, Anseele, Bertrand; pela Holanda, Troelstra; pela Suíça, R. Grimm; pela Polônia, Walecki; também delegados da Espanha, etc. Decidiu-se que os proletários de todas as nações interessadas fossem incitados a manifestações vigorosas contra a guerra, pela paz, pela solução arbitral do conflito austro-sérvio, etc.

Por iniciativa do Bureau, teve lugar em Bruxelas um comício internacional contra a guerra.

Resolveu-se também não realizar o congresso socialista internacional seguinte, conforme fôra determinado, em 23 de agosto de 1914 em Viena, mas em 9 de agosto de 1914 em Paris. O congresso não se realizou. O Bureau Socialista Internacional suspendeu sua atividade e foi transferido, formalmente, de Bruxelas para Haag.

E' muito provável que Kautski não tenha assistido essa sessão do Bureau Socialista Internacional.

(16) Lénin refere-se à conferência de Plerránov em Lausanne, a 11 de outubro de 1914 (*Golos*, n. 31, de 18 de outubro de 1914).

(17) Plerránov (Gueórgui Valentinovitch) — (1856-1918) (Em inglês e francês, grafam Plekhanov e, em espanhol, Plejanov. Em português, deve ser grafado Plerránov, para corresponder à pronúncia russa). Um dos mais notáveis marxistas, foi também ativo e corajoso divulgador do marxismo na Rússia e uma das personalidades mais extraordinárias, mais influentes, da Segunda Internacional. Ainda jovem estudante, Plerránov juntou-se ao movimento revolucionário dos *narodniki* (populistas), mas, por volta de 1880, no exílio, rompeu com a sua ideologia e fundou, em 1883, ainda exilado, juntamente com L. Axelrod, Leo Deutsch

e Vera Zassúlitch, a primeira organização social-democrata russa, o grupo Emancipação do Trabalho. Esse "grupo" traduziu para o russo uma série de trabalhos de Marx e Engels, imprimiram-nos no estrangeiro e os difundiram secretamente na Rússia. Plerránov não foi somente um excelente divulgador do marxismo, mas também um talentoso discípulo de Marx e Engels, que defendeu o desenvolvimento de sua teoria de maneira brilhante e original. O mérito de Plerránov é particularmente grande na sua luta contra o idealismo, contra as numerosas tentativas de unir o marxismo ao kantismo. Quando, mais ou menos em 1890, o revisionismo começava, sob a direção de Eduard Bernstein, a tomar vulto e se tratava de defender os fundamentos do marxismo contra todos os críticos que pretendiam "completar" o marxismo, Plerránov foi dos mais brilhantes polemistas a serviço do materialismo dialético. Na luta contra o oportunismo internacional, bem como contra as suas variedades russas, o "economismo" e o "struvismo", Plerránov, logo se colocou na primeira fila. Com o pseudônimo de N. Beltov, G. V. Plerránov publicou seu conhecido livro, dado a lume, legalmente, em 1894, em S. Petersburgo, *Sobre a questão da evolução da concepção monista da história* (Resposta aos Srs. Mirraílóvski, Kareiev e Cia.) Foi um dos raros, no movimento socialista mundial, que se ocuparam sistematicamente da filosofia do marxismo, e seus trabalhos sobre o assunto até hoje são de valor incontestável, os "melhores de toda a literatura internacional do marxismo" (Lénin). Não foi gratuitamente que Lénin recomendou a leitura das obras filosóficas de Plerránov, como "manual obrigatório do comunismo". "Em vinte anos (de 1883-1903), produziu um grande número de excelentes trabalhos, especialmente contra os oportunistas, os machistas e populistas" (Lénin). Apesar disso, nos trabalhos filosóficos de Plerránov há grandes defeitos que Lénin criticou numa série de obras suas. Cometeu, por exemplo, um grande erro em relação à teoria dos hieroglifos. Separava da dialética a teoria do conhecimento, não compreendendo que a dialética é, precisamente, a teoria do conhecimento do marxismo. Faria, ininteligivelmente, certa distinção entre o conceito materialista e o idealista da experiência, proporcionando uma válvula de escape ao idealismo, e tolerando alguns outros graves erros filosóficos. Até o segundo congresso do Partido Social-Democrático da Rússia e mesmo nesse congresso, Plerránov trabalhou estreitamente com Lénin, o líder da jovem geração marxista. Ambos pertenciam, no início do século, à redação dos órgãos social-democratas *Iskra* (A Fagulha) e *Zariá* (A Aurora), que tinham por objetivo combater a corrente "economista" e criar um partido revolucionário centralizado. Depois da cisão nesse congresso, Plerránov, após alguma hesitação, juntou-se aos mencheviques. A partir desse momento, os caminhos de Lénin e Plerránov se separaram. E a separação mais se acentuou no desenrolar da revolução de 1905, culminando com a atitude crítica de Plerránov, em face do fracasso da revolução. Lénin, criticando-o acerbamente por esse motivo, escreveu: "Plerránov, que, depois de 1905, escrevia vergonhosamente: 'Não se devia pegar em armas', teve a modéstia de se comparar com Marx. Segundo ele, também Marx teria

freiado a revolução, em 1870. Sim, Marx também a freiou. Vide, entretanto, que abismo nos abre essa comparação feita por Plerránov, entre Plerránov e Marx. Plerránov, em novembro de 1905 (a), um mês antes do *climax* da primeira onda revolucionária russa, longe de prevenir com resolução o proletariado, falava-lhe, ao contrário, nitidamente, da necessidade de *aprender a servir-se das armas e de se armar*. E quando, um mês depois, a batalha se desenvolveu, Plerránov, sem tentar de modo algum analisar a importância, o caráter da marcha geral dos acontecimentos, o elo com as lutas precedentes, apressou-se, desempenhando o seu papel de intelectual arrependido, a exclamar: "Não se devia pegar em armas". Marx, em setembro de 1870, seis meses antes da Comuna, advertiu diretamente os operários franceses. A insurreição seria uma *loucura*, afirmou em sua famosa mensagem da Internacional (b). Denunciou com *antecedência* as ilusões nacionalistas com relação a um movimento no gênero do de 1792. Não foi depois do golpe, mas muitos meses antes, que ele soube dizer: "Não se deve pegar em armas". E como se conduziu ele quando esta iniciativa, *desesperada*, segundo a sua própria declaração de setembro, começou a realizar-se em março de 1871? Aproveitou-se Marx, por acaso, da ocasião (como se aproveitou Plerránov dos acontecimentos de dezembro) somente para "humilhar" os seus adversários proudhonianos e blanquistas, que dirigiam a Comuna? Acaso pôs-se ele a resmungar como uma velha dona de pensão: "Eu bem que tinha dito, eu bem que tinha prevenido, eis aonde levam o vosso romantismo, as vossas fantasias revolucionárias"? Acaso deu ele aos comunardos, como Plerránov aos combatentes de dezembro, as lições de um filisteu satisfeito de si mesmo: "Não se devia pegar em armas"? Não, em doze de abril de 1871, Marx escreve a Kugelmann uma carta *cheia de entusiasmo*, uma carta que gostaríamos de apregoar para todo social-democrata russo, para todo o operário russo, que saiba ler. Marx, que dizia, em setembro

(a) Lênin faz alusão ao artigo de G. Plerránov: *Nossa situação*, publicado em novembro de 1905 "Não é suficiente que se procurem revólveres ou punhais — escrevia Plerránov — é preciso também que se aprenda a servir-se deles... E' indispensável que completemos, o mais depressa possível, esta lacuna na nossa educação revolucionária. A arte de se servir das armas deve ser, no nosso meio, objeto de legítimo orgulho para os que já a possuem e de inveja para os que ainda não a têm".

(b) "Toda a tentativa de derrubar, na crise atual, o novo governo, quando o inimigo chega quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir os seus deveres de cidadãos, mas, ao mesmo tempo, não se devem deixar penetrar pelas reminiscências nacionais de 1792..." "Não devem recapitular o passado mas, sim, edificar o futuro". (Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, 9 de setembro de 1870). Ver: Karl Marx, *La Guerre Civile en France*, págs. 48-49 — Bureau d'Editions — Paris, 1933.

de 1870, que a insurreição seria uma loucura, quando assistiu, em abril de 1871, a um movimento popular de massa, acompanhou-o com grande atenção, como um homem que participa em grandes acontecimentos, que marcam um progresso no movimento revolucionário histórico mundial. *Esta tentativa*, diz ele, tem por objetivo destruir a máquina burocrática e militar e não somente o de fazê-la passar para outras mãos. E ele ergue um verdadeiro "hosanna", aos heróicos operários, dirigidos por proudhonianos e blanquistas. "...de quanta vivacidade, escreve ele, de quanta iniciativa histórica, de quanta capacidade de sacrifícios, são dotados estes parisienses... "A história não conhece ainda um exemplo tão grande!" (c) Marx considera, acima de tudo, a *iniciativa histórica das massas*. Oh! se os nossos social-democratas russos aprendessem com Marx a julgar a *iniciativa histórica* dos operários e dos camponeses russos, em outubro e em dezembro de 1905! Marx, o mais profundo dos pensadores, ele, que previu com 6 meses de antecedência um desastre, inclina-se frente à *iniciativa histórica* das massas. Do outro lado, o que vemos é esta declaração sem vida, sem alma, esta declaração pretenciosa: "não se devia pegar em armas!" O que temos diante de nós não é um contraste entre o céu e a terra? (Lénin — *Marx, Engels, Marxismo*, pág. 241-2 — Edit. Calvino Ltda. — 1945). Somente de 1908 a 1912 é que Plerrânov se aproxima de novo momentaneamente dos bolcheviques, desenvolvendo com Lénin a campanha contra o empiro-criticismo e os "liquidacionistas". Durante a guerra imperialista, tomou posição extremamente social patriótica (em *Triziv* — *O Apêlo*), mantida até depois da revolução de março de 1917 (em *Iedinstvo* — *A Unidade*). Até sua morte, foi adversário do Poder Soviético, mas, depois da revolução de outubro, sempre se recusou a intervir abertamente contra os bolcheviques e o regime soviético. Os principais trabalhos de Plerrânov são: *O socialismo e a luta política* (1883); *Nossas discrepâncias* (1885); *Contribuição ao problema do desenvolvimento da concepção monista da história* (1895); *Contribuição ao problema do papel da personalidade na história* (1898); *Ensaio de história do marxismo* (1896); *Sobre a concepção materialista da história* (1897); *Contribuição à história do materialismo* (1896); *N. G. Tchernitchevski, um estudo de história literária* (189); *As questões fundamentais do marxismo* (1913); *Anarquismo e socialismo* (1894). Cumpre-nos indicar, ainda, que escreveu inúmeros trabalhos na *Neue Zeit*. Suas *Obras Completas* foram editadas por D. Riazanov, em 26 volumes (Moscou, 1923-1925).

(c) Pág. 162, edição francesa. Editions Sociales Internationales.

"A arte pertence ao povo. Deve cravar suas raízes mais profundas nas amplas massas trabalhadoras. Deve ser compreendida e amada por essas massas. Deve unir os sentimentos, os pensamentos e a vontade dessas massas e elevá-las a um nível superior". (Lénin — apud *Clara Zetkin* — Editorial Calomino — Colaboração de Maval).

# A Filosofia ao Alcance de Todos

## por Cécile Augrand

SEXTA LIÇÃO

### A POSIÇÃO DE MARX E ENGELS É DIALÉTICA

A palavra *dialética* é muito antiga. Designava, para Platão, a arte do diálogo, a arte da discussão, pela qual se podia atingir, opondo opiniões contraditórias, à verdade.

Essa lógica do movimento foi condenada por Aristóteles, que formulou as regras de uma lógica nova, lógica que foi ensinada depois, durante séculos, em todas as escolas do ocidente.

A lógica de Aristóteles consiste, essencialmente, em definir os conceitos que possuem caracteres fixos e bem acentuados. A primeira regra dessa lógica é a não contradição. Os opostos excluem-se de tal maneira que a menor contradição é sinal de erro; a identidade é o sinal da verdade. A verdade é eterna, absoluta, inalterável.

Essa lógica tradicional foi imposta ao ocidente até o século XVIII. Foi Hegel o primeiro que resolveu liquidá-la e substituí-la por uma nova lógica, ao do movimento. Hegel afirma que a contradição, longe de marcar o erro, é a condição necessária aos progressos do pensamento. A razão não consiste em afirmar a verdade absoluta de uma idéia e a falsidade absoluta da idéia contrária; consiste em pensar nos opostos como aspectos inseparáveis da realidade, que se devem integrar e superar numa idéia nova, que os reconcilie. A dialética é a arte de absorver os opostos.

O oposto da idéia do ser é o não ser. E esses opostos se excluem? Não. Eu só posso compreender o estado de uma coisa que existe diferenciando-a do estado em que ela estaria se não existisse. O pensamento do ser tem condição e por complemento o pensamento do não ser. Mas o estado do não ser é por si próprio, inconcebível; é uma negação que só pode ser apreendida em relação ao estado oposto. Estamos, portanto, em presença de duas idéias desdobradas, inteligíveis uma em função da outra, inteligíveis somente se penso nelas em conjunto, se bem que contraditórias; elas tomam seu sentido completo em sua síntese, a idéia de *de vir*, isto é, do vir a ser, a idéia da passagem do ser ao não ser e do não ser ao ser.

Marx e Engels sentem a grandeza e a verdade dessa dialética de Hegel.

"A verdadeira importância da filosofia hegeliana... está precisamente em que ela põe fim, de uma vez por todas, ao caráter definitivo de todos os resultados do pensamento ou da atividade humanas. A verdade que se precisava reconhecer... não era

mais em Hegel uma coleção de princípios dogmáticos já preparados... ela residia no *processus* do próprio conhecimento, no longo desenvolvimento histórico da ciência que sobe dos graus inferiores aos graus superiores do conhecimento (1).

A dialética impede-nos, realmente, de considerar qualquer coisa definitiva, absoluta. Pensar dialeticamente é pensar num *processus* ininterrupto da transformação e do transitório.

Marx e Engels tomam de Hegel seu método dialético, salvam o conteúdo rico e vivo de seu sistema. Mas, destruindo-o, ultrapassam o próprio sistema. Recolocam a dialética sobre seus pés, que estava de cabeça para baixo.

Em Hegel, a dialética é a própria idéia em desenvolvimento. E' preciso, entretanto, segundo o materialismo que se impõe à razão, pensar na dialética como uma lei do mundo, uma lei da natureza.

Dialética da idéia, de certo, mas esta é apenas o reflexo consciente do movimento dialético do mundo real.

A concepção de Marx e Engels é uma *dialética materialista*, que pode ser exposta assim:

"O mundo não deve ser considerado como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de *processus*, no qual as coisas, em aparência estáveis tanto quanto seus reflexos intelectuais em nosso cérebro, passam por um movimento ininterrupto de vir a ser e de definhamento, em que, afinal, apesar de todos os acasos aparentes e de tôdas as voltas momentâneas para trás, um *desenvolvimento progressivo* termina aparecendo" (2).

Temos de desvencilhar-nos de toda concepção estática do mundo, da humanidade, da sociedade. O repouso, a imobilidade, não existem; só a transformação da matéria e do movimento existe; só existe o devir, o vir a ser.

Em que se baseia essa dialética?

Na experiência, na investigação científica.

"A natureza é a pedra de toque da dialética" (3).

Foram principalmente três grandes descobertas, diz Engels, que fizeram nossos conhecimentos marchar a passos de gigante:

---

(1) Engels — *Feuerbach e o fim da filosofia clássica, alemã* págs. 6/7.

(2) Engels — *Idem, idem*, pág. 31.

(3) Engels — *Anti-Dühring*, pág. 11.

### I. A descoberta da célula

É uma unidade da qual se desenvolve, pela multiplicação e pela diferenciação, todo o organismo vegetal e animal. Essa descoberta da célula permite-nos perceber a lei geral do desenvolvimento crescente de todos os organismos superiores, e a descoberta da capacidade de transformação da célula permite-nos conhecer a modificação das espécies.

### II. A descoberta da transformação da energia

Demonstrou que todas as forças de atuação: força mecânica, calor, luz, eletricidade, etc., todas essas forças são outras tantas formas do movimento universal, que se transformam umas nas outras, por um *processus* ininterrupto.

### III. A descoberta, por Darwin, da evolução das espécies.

É a descoberta de que todos os produtos da natureza que nos cercam — inclusive o homem — são o produto de longo *processus* de desenvolvimento de um pequeno número de germes — desenvolvimento que, afinal de contas, apesar dos acasos aparentes ou das voltas para trás — é progressivo.

A dialética, que nos impede de pensar em qualquer concepção estática do mundo, impede-nos também de pensar numa solução definitiva, numa verdade eterna, em verdades irrefutáveis. Um conhecimento tem sempre um caráter limitado; depende das condições em que foi adquirido. É por isso que não se pode opor — como opostos que se excluem — a verdade e o erro.

Citemos um exemplo dado por Engels no *Anti-Dühring*. A lei de Boyle, segundo a qual a uma temperatura constante, o volume dos gases é inversamente proporcional à pressão à qual eles estão submetidos. Um físico descobriu que essa lei não é exata em todos os casos. Será que é uma lei falsa? Afirmá-lo assim seria cometer um erro maior que o de Boyle. Descobriu-se que a lei de Boyle era exata em determinados limites e que, passados esses limites, ela deixa de ser exata: por exemplo, para os gases que se liquefazem por pressão, desde que a pressão se aproxima do ponto em que produz a liquefação, a lei de Boyle deixa de ser exata. A lei vale, portanto, dentro de certo limite e para as atuais condições de pesquisa. Nas condições futuras, talvez esses limites devam sofrer nova discriminação. Nenhuma lei é definitiva e sem apelação. O pensamento humano e sua expressão mais perfeita, a ciência, nunca param, nunca terminam, do mesmo modo que os fenômenos naturais.

No *Anti-Dühring*, diz Engels:

"Toda a natureza, desde as partículas mais ínfimas até os corpos maiores, desde o grão de areia até o sol, desde a célula viva

primitiva até o homem, está empenhada num *processus* eterno de aparecimento e desaparecimento, num fluxo incessante, num movimento e numa transformação perpétuos".

## CONCLUSÃO

O materialismo dialético não é uma filosofia que pretenda ser superior às ciências, que se apresente como uma explicação definitiva, um sistema da natureza. E' um método para estudar o mundo, os homens, a sociedade dos homens, segundo as descobertas e os resultados da ciência. O materialismo dialético deve ser, portanto, uma adaptação sempre renovada e revivificada pelas descobertas recentes das diferentes ciências.

Qual a finalidade desse método? Fazer coincidir o movimento dialético do pensamento com o movimento dialético da realidade. Qual o meio de assegurar essa coincidência? A ação.

"E' na prática que o homem deve experimentar a verdade, isto é, a realidade, o poder, e o que está aquém do seu pensamento... (4) Os filósofos não fizeram mais do que interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se agora é de transformá-lo (5).

Voltaire dizia que

os filósofos eram as pessoas que menos tinham feito pelo progresso da humanidade.

Com Marx e Engels, essa fase terminou.

Eu dizia, começando esta lição, que Marx e Engels jamais haviam separado a ação do pensamento teórico. E' ainda uma expressão insuficiente. Eles baseiam o pensamento teórico na ação e esclarecem sua ação pelos resultados da teoria.

---

(4) Engels — *Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, pág. 45.

(5) Engles — *Idem, idem*. pág. 47.

● ●

"O único mal é a exploração do homem pelo homem; a única tarefa, instaurar uma ordem social na qual não haja lugar para aquela exploração; o único dever, contribuir para a luta em prol dessa ordem social; a única pauta para julgar a conduta humana, verificar se contribui ou se se opõe à causa do socialismo". (Do livro *Lénin, sua Vida e sua Obra*, de D. S. Mirski).

● ●

# O ENSINO SUPERIOR LIVRE NA UNIÃO SOVIÉTICA

E. TCHTKERACHVILI,

Chefe da Seção de Planificação do Ministério de Ensino Superior.

Os homens soviéticos gozam do direito à instrução. Esse direito é determinado pela Constituição staliniana. Cada cidadão soviético tem verdadeira sede de cultura, desejo ardente de saber.

Em numerosas empresas da União Soviética, em fábricas, minas, centrais elétricas e obras de construção, trabalha imenso exército de homens, que se especializaram durante os planos quinquenais de antes da guerra graças ao ensino superior livre. Somente os centros de ensino superior e livre da federação russa capacitaram, durante o período que vai de 1936 a 1943, mais de 38.000 estudantes. Em 1946, o número de estudantes livres, que concluíram os estudos universitários e de centros de ensino pedagógico superior, dependentes do Ministério de Instrução Pública da Rússia, ascendera a 5.000. Durante os próximos dois ou três anos, o número desses licenciados atingirá o nível anterior à guerra, ou seja, de 8.000 a 9.000 por ano.

Agora, da mesma forma que antes da guerra, os centros de ensino superior livre estão divididos em duas categorias: independentes e anexos a Institutos normais. Este ano, estão funcionando 16 centros independentes de ensino superior livre, que, por sua especialidade, se subdividem da seguinte maneira: 7 de Indústria e Construção; um de Transporte e Comunicações; um de Agricultura; 5 de Economia e Direito, e 2 de Pedagogia.

Os Institutos livres de especializações sociais, econômicas e jurídicas desdobraram grande atividade. Numerosos especialistas capacitaram-se no Instituto Livre de Direito da União Soviética, que conta com 10.000 estudantes e possui 27 filiais em todas as cidades importantes da União Soviética.

Grande atividade desdobra igualmente o Instituto Livre de Finanças e Economia da União Soviética, que conta com mais de 3.000 estudantes e possui 18 filiais. No Instituto Livre de Créditos e Economia, dependente do Banco do Estado da União Soviética, estudam cerca de 1.000 pessoas. Este centro conta com 12 filiais.

O Instituto do Comércio Soviético de Moscou conta com cerca de 2.000 estudantes livres e possui 11 filiais. Existem, além desses, dois Institutos livres de tipo pedagógico (na Armênia e no Azerbaidjão). Não obstante, a preparação de pessoal docente efetua-se essencialmente por intermédio das seções de estudo livre anexas a Institutos normais. Deve salientar-se que, dos 16 Institutos independentes de ensino livre,

13 se encontram em Moscou. Assim, Moscou, que é o centro de estudo por correspondência, conta com cerca de 50.000 estudantes livres.

Já que Moscou é o centro da capacitação por correspondência de especialistas para quasi todos os ramos da economia nacional, os estudantes livres encontram-se, em sua maioria, fora da capital, nos lugares mais longínquos do país dos Soviéticos. As filiais dos Institutos mantêm constante contacto directo e por correspondência com os estudantes livres.

A União Soviética é tão grande, que sua compacta rede de centros de ensino superior é incapaz de satisfazer a todos os que desejam obter instrução superior. E, para dar satisfação a esse anelo dos cidadãos soviéticos, foi constituída a ampla rede de centros de ensino superior independentes e de secções de estudo livre anexas aos Institutos.

A possibilidade de obter instrução superior por intermédio de estudos livres, ou combinando-os com o trabalho ordinário, nasceu, na Rússia, somente depois da Grande Revolução Soviética, que franqueou a todo o povo o caminho do saber.

Os planos de industrialização e coletivização do país dos Soviéticos exigiam enorme quantidade de especialistas. Era necessário o aproveitamento de todas as possibilidades de capacitar o pessoal indispensável, incluído o ensino superior livre.

A partir do ano de 1930, o ensino livre converteu-se, na União Soviética, num factor importante dentro do sistema geral da capacitação de quadros. O desenvolvimento mais intenso dos centros de ensino livre começou a partir de 1931. Numerosos centros de ensino superior oficiais abriram secções que realizam grande trabalho de organização metodológica, organizam programas e manuais, bem como as cátedras, a matrícula dos estudantes, etc.

O número de estudantes livres, cada ano mais elevado, ascendeu, em 1940-1941, a 206.000.

Durante o primeiro ano da guerra contra o fascismo, o ensino livre sofreu certa queda. Não obstante, já durante o segundo ano, muitos centros de ensino livre desdobraram grande atividade. Os estudantes livres que permaneceram na retaguarda não interromperam os estudos, apesar das dificuldades criadas pela guerra.

A partir do terceiro ano de luta, o ensino livre foi-se normalizando. Em 1942-1943, o número de estudantes livres já era de 73.000, ou seja, aproximadamente, um terço do contingente anterior à eclosão da guerra.

Atualmente, o número de estudantes livres já se aproxima do de 1940.

As perspectivas de fomento do ensino livre da União Soviética, durante os anos do primeiro quinquênio do após-guerra, ampliaram-se notavelmente. A grandiosa construção industrial e a restauração de tudo o que foi destruído durante a guerra exigem enorme quantidade de especialistas de toda espécie.

Por isso, ainda mais importante se torna o papel do ensino e capacitação por correspondência.



# *Ignorância e Reacionarismo*

## UM SENADOR APAIXONADO E UM PADRE SERENO

No dia 19-11-1946, em São Paulo, o PCB realizou um comício, ao qual compareceu e falou o padre católico Arnaldo Moraes Arruda, brasileiro e fiel aos ensinamentos de Cristo.

Essa atitude simples e cristã do padre Arruda escandalizou os reacionários e falsos católicos, que do catolicismo fazem um bom negócio ou escada para galgar altos postos.

Segundo publicou *O Globo*, jornal insuspeito aos reacionários, o senador Hamilton Nogueira teria dito a um seu reporter, entre outras coisas, as seguintes:

*...“eu, de mim, entendo que, no momento em que um padre, de público, afirma ser comunista e haver outros padres que o são, evidente e automaticamente não terá mais o direito de exercer o ministério sacerdotal.”*

*“A gravidade do caso está, porém, nas declarações do padre Arruda, que diz ser comunista e haver outros sacerdotes católicos que também o são.”*

Teria, na verdade, o padre Arruda afirmado ser comunista, conforme assegurou o senador Hamilton Nogueira?

Não. Reafirmou, pelo contrário, a sua fidelidade à Igreja Católica e aos ensinamentos de Cristo, que em absoluto não lhe proíbem lutar, ao lado dos comunistas, pelos seus semelhantes, embora isso contrarie ao capitalismo e ao alto clero.

Tanto isso é verdade que, falando a um jornalista de São Paulo, segundo transcrição d'*O Globo*, disse:

“Falando a um matutino, o padre Arnaldo disse peremptoriamente que não é e nunca foi comunista; compareceu ao comício do largo da Conceição apenas para agradecer o convite feito pelo Partido Comunista para figurar como candidato a deputado no próximo pleito estadual. Explicou ainda que o convite não implicava em adesão ao partido, e foi dirigido unicamente em virtude dos seus trabalhos em favor dos operários do Alto do Belém, onde, na sua própria residência, mantém um ambulatório que proporciona assistência e medicamentos gratuitos aos necessitados. Dizendo que declinou do convite, afirmou que no comício apenas repetiu o que sempre tem dito em sua igreja.

— Lembrei a necessidade premente de se resolverem os problemas que asfixiam o povo — disse. Não deixei de dizer que a Igreja sempre esteve ao lado do povo. As várias encíclicas papais são provas desse interesse. A Igreja prega e quer o bem de todos, ao lado da justiça e da equidade. Tem contra si, infelizmente, a deficiência dos meios materiais para a consumação desses intentos. Isso cabe ao Governo, mas,

infelizmente, as autoridades nada têm feito nesse campo de ação e chegam até a entravar as realizações particulares.

Dizendo que foram baldados todos os seus esforços para obter qualquer auxílio do Governo para o ambulatório, afirmou que no comício do largo da Concórdia havia muitos comunistas católicos. E explicou:

— São comunistas práticos e não ideológicos. Grande parte deles não conhece as bases ideológicas do comunismo, mas não têm motivos para deixar de apoiar um partido que se propõe a colaborar com todos na solução de suas dificuldades.

Concluindo:

— Meus superiores nada disseram até agora. Se eu tivesse que aceitar a doutrina comunista ou figurar como candidato às eleições, meu primeiro gesto seria desligar-me da Igreja, abandonando a batina. Nunca pensei que um homem, só por se interessar pelo povo, viesse a ser apontado como ateu e materialista. Isto é fugir à realidade cristã, que prega, acima de tudo, o amor ao próximo."

Como se vê, o senador Hamilton Nogueira, inspirado pelo seu ódio às massas trabalhadoras, estende o seu rancor a quantos queiram defender os interesses do povo, e, para tanto, não trepida em articular as mais grosseiras mentiras.



**OS COMUNISTAS SÃO REALISTAS** — "Por que dão os comunistas um exemplo conjunto de desprendimento e coragem? Tôda a história de nosso Partido responde a essa pergunta. Durante tôda sua existência nosso Partido foi duramente atacado, difamado, caluniado pelos aproveitadores e os modernos senhores de escravos; nossos dirigentes foram arrastados na lama, foram-nos dirigidas as piores provocações, mas não houve perseguição capaz de nos deter na luta pela emancipação da raça humana. E, se as perseguições nada puderam, e nada podem fazer contra nosso Partido, é porque estamos com a razão do progresso da sociedade humana, porque temos um objetivo que está escrito nos acontecimentos.

"Os comunistas têm razão de lutar contra a escravidão moderna de que o fascismo é a expressão mais repulsiva e odiosa, da mesma maneira que os cristãos tinham razão de combater a escravidão antiga por meio de sua doutrina de fraternidade humana. Foram perseguidos como o são hoje os comunistas, mas nada pôde salvar a antiga escravidão, como nada poderá salvar a moderna escravidão de nossos dias."

Tudo é, portanto, para nós, uma questão de luta, que não confundimos com o espírito de aventura. Eis por que pedimos num determinado período unicamente aquilo que êsse período pode produzir. O que pode produzir nas condições econômicas, sociais e políticas. E não pedimos mais porque queremos avançar e não acabar em fracassos penosos e desanimadores. Eis por que, neste período histórico, são limitados os objetivos de nossa política. São objetivos realistas, concretos e correspondem às necessidades prementes de nosso país. (Duclos — *Cahiers du Comunisme*, de janeiro de 1944.)

# Para Compreender e Interpretar Marx

por Sidney Hook

## V

### A EXEGESE REVISIONISTA

As condições econômicas européias no fim do século e a "ciência" bem singular do marxismo contribuíram para fazer da social-democracia um grupo reformista liberal, em que a tática perdera toda a relação com seus princípios.

Isso, contudo, não impedia os líderes intelectuais do movimento de repetirem as frases revolucionárias herdadas do tempo de Marx. Foi esse dualismo, entre, de um lado, a atividade prosaica tendente a uma colaboração de classe das organizações do partido e, do outro, a sublime eloquência revolucionária dos seus oradores dominicais, que forneceu a Bernstein, discípulo de Engels e mestre de Kautski, a ocasião de escrever o seu famoso *Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (As premissas do socialismo e os problemas da social-democracia). Nesse livro, que se tornou o *Das Kapital* do revisionismo, ele declara, para grande tristeza dos seus camaradas, que a social-democracia devia "ter coragem de se emancipar de uma fraseologia há muito tempo fora de moda e de querer parecer o que ela é na realidade hoje: um "partido de reforma, democrata e socialista" (pág. 230, última edição) (1).

(1) "Mas a social-democracia é, hoje, alguma coisa mais do que um partido lutando pela transformação socialista da sociedade por meio de uma reforma democrática e econômica?... Bebel protestou vigorosamente contra a idéia de que a social-democracia sustenta um programa de força e todos os órgãos do partido acolheram seus discursos com aplausos; não houve protestos contra eles. Kautski desenvolve, na sua *Questão agrária*, os princípios do programa agrário da social-democracia, princípios que representam, de um lado a outro, um sistema de reforma democrática. No Brandenburger, adota-se um programa comunal de reforma democrática. No Reichstag, o partido sustenta a extensão dos poderes dos tribunais de arbitragem para os conflitos do trabalho e sua instituição obrigatória como órgãos contribuintes da paz social. Todos os discursos dos representantes respiram reformismo. Mesmo em Stuttgart, onde, segundo Clara Zetkin, o "bersteinismo" recebeu seu golpe de misericórdia,

Bernstein não desaprovava a ação prática da social-democracia. Mostrava, entretanto, que a contra-partida lógica e teórica dessa ação prática estava em plena contradição com a teoria professada pelos marxistas. Foi a tentativa de justificar o que a social-democracia estava a ponto de fazer, que levou Bernstein a pronunciar o aforismo famoso: *O que é geralmente considerado como o fim do socialismo nada é para mim; o movimento é que é tudo.* A verdadeira filosofia do socialismo era expressa pelo seu programa colonial e agrário, por sua política de colaboração com os partidos liberais e por sua atividade sindical. Por que não tornar clara essa filosofia? Fazer grandes discursos era simplesmente hipocrisia. E, a esta hipocrisia, Bernstein opunha Kant. (*Kant vider Kant*, o jogo de palavras é de Bernstein.)

A fonte teórica do revisionismo marxista deve ser procurada no neo-kantismo de Bernstein e nas condições que tornaram possível o renascimento das doutrinas éticas e políticas de Kant. Com uma miopia bem característica, os "ortodoxos" limitaram-se, em grande parte, a criticar amargamente a economia bernsteiniana no seu abandono de Marx. Bernstein duvidara da exatidão de certas análises de Marx. Essas análises foram consideradas pelos socialistas "científicos" como previsões exatas, válidas em qualquer época, embora não se tratasse de correlações quantitativas precisas, nem de coeficientes de tempo específicos; particularmente, o desaparecimento das classes médias, a agravação constante das crises cíclicas, o ritmo e o empobrecimento das massas. Na realidade, as opiniões econômicas de Bernstein eram uma forma de crítica imanente. Tendo em conta o factor tempo, o desenvolvimento do capitalismo financeiro e o nascimento de indústrias novas, os factos "incômodos" que ele citava podiam todos ser interpretados convenientemente no quadro da posição marxista. Foi o kantismo ético de Bernstein que introduziu na discussão o elemento inconciliável, porque dêle decorria, sob a forma de questão de princípio, o que a social-democracia fazia por simples motivos de utilidade.

Os tons kantianos adocicados da sua obra original tonaram-se gradativamente mais fortes nas publicações posteriores, que seu *Wie ist wissenschaftlicher Sozialismus möglich* (Como é possível o socialismo científico) (1901) representa muito bem. Depois dêle, o socialismo, como ciência, tem por objetivo a compreensão do movimento socialista. Ele nos fez conhecer as causas e as condições dêsse movimento, mas nunca

pouco depois do congresso, sociais-democratas aliaram-se à classe média por ocasião das eleições municipais. Noutras cidades, no Württemberg, êsse exemplo foi seguido. No movimento sindical, uma organização após outra organiza "fundos de desemprego", o que significa, na prática, o abandono das funções de um puro sindicato de luta, e declara-se a favor dos *bureaux* municipais de trabalho, compostos de assalariados e patrões. Em inúmeras grandes cidades — Hamburgo, Elberfeld — armazéns-cooperativas foram fundados pelos socialistas e pelos sindicatos. Para onde quer que se olhe: ação reformista, ação pelo progresso social, ação pela democracia." (Obra citada, págs. 231-232.)

pôde justificá-las, porque conservam no fundo de si mesmo as reivindicações, as questões e os esforços socialistas. São esses motivos ideais (*moralische Interessen*), que nos expõem o que deveria ser e não o conhecimento do que é, que dão a força do movimento. Na realidade, um conflito entre a teoria científica e a ação prática ética é sempre possível. Não somente pode-se opor "o que é" a "o que deveria ser", mas também um "deveria ser" a um outro. Uma teoria ética objetiva do justo e do razoável é necessária para resolver essas dificuldades. Bernstein sustentava que uma tal teoria objetiva deve necessariamente renunciar ao naturalismo e abraçar uma espécie de filosofia kantiana. Isso se escondia sob sua acusação tão freqüentemente repetida, de que a social-democracia era muito naturalista. Munido de uma doutrina ética semelhante, o movimento socialista podia, portanto, falar dos "deveres éticos" de cada um para com a humanidade e tornar explícito seu "direito natural", doutrina já latente em palavras como *Ausbeutung* (exploração, *Beute* significava originalmente saque). Os trabalhos de F. A. Lange e de Hermann Cohen, com os dos outros neo-kantianos, como Natorp, Staudinger e Voländer, dando ao socialismo uma forma de ética e de religião, consolidaram Bernstein nas suas opiniões. Quando Bernstein escreveu: "A social-democracia precisa de um Kant", não foi tanto pelo seu interesse pelo método crítico, mas pela consciência ética. E' evidente que uma moral objetiva e independente de toda a classe forneceria premissas magníficas para uma reforma social gradativa. O proletariado, como porta-estandarte da ética comum, poderia formular questões e proposições que englobariam as classes opostas num todo social mais vasto. Poderia querer ser totalizador e não separatista, apresentando-se para as necessidades da causa como o remate das profecias do cristianismo e do iluminismo francês. Não lutava por um direito para uma consciência ética de si mesma. Por consequência, os métodos da social-democracia devem ser evolucionistas. A violência de classe implica na negação dos direitos fundamentais das outras classes como grupos de seres humanos. A social-democracia deve, portanto, ser pacífica. Tagarelar sobre a força e a ditadura é digno de discípulos de Blanqui e de Bakúin e não dos de Marx. Uma ditadura de classe não significa um progresso mas um retôrno à barbaria. Uma vez mais o *Volkstaat* de Lassalle, que tirou sua concepção do Estado da de Hegel, — concepção combatida por Marx na sua *Crítica ao programa de Gotha* — reapareceu no fundo da discussão, especialmente na defesa por Bernstein da "pátria do trabalhador".

Marx escreveu no seu *Manifesto comunista*: "O proletariado não tem pátria", querendo dizer que o país era dos latifundiários e dos industriais e não dos trabalhadores, e que a tarefa do proletariado era expropriá-los. Bernstein, entretanto, tomou isso como querendo dizer que o trabalhador não tinha nacionalidade e era membro somente da Internacional, dos que nada têm. Afirmou que isso não é mais verdadeiro depois que o trabalhador se libertou, recebendo seus direitos de cidadão. Os deveres de cidadão para com a nação eram diferentes dos seus direitos como membro de uma classe particular. Daí começa essa confusão entre as concepções de classe e de país, de classe e de público, de classe e de povo, confusão

que foi, mais tarde, tão fatal à classe trabalhadora internacional. As classes econômicas eram consideradas como "espécies" de um "gênero" que era a nação. Já que o trabalhador era um membro da nação, antes de ser de uma classe econômica, seus deveres de cidadão deveriam sobrepor-se aos seus interesses de classe. Naturalmente, como cidadão, era livre de lutar pela existência de um Estado. E foi, na verdade, com profunda consciência de seus deveres de cidadãos para com o Estado, que os social-democratas alemães, que quasi tinham expulsado Bernstein e seus discípulos como herejes, votaram os créditos de guerra em 1914 para a defesa do *Volkstaat*, ascendente do *Vaterland* atual. Isso não significa uma capitulação diante de Bernstein, mas a consequência lógica do passado reformista do partido. Quando Guilherme II proclamou do balcão do seu palácio em Berlim: "Não conheço mais partidos; conheço apenas alemães", os social-democratas confundiram seus estusiásticos aplausos com os dos outros partidos. Pouco tempo antes, os teóricos dos sindicatos e do partido arranjaram tais desculpas, que o próprio Bernstein que, na assembleia da fração parlamentar, se opusera à aceitação dos créditos de guerra, os combateu corajosamente.

Vamos transcrever um documento que, com a maior franqueza, marca a mudança realizada:

"As massas conhecem e sentem o destino da nação; e sua expressão organizada — o Estado — é também o seu destino. Sentem-se ligadas a ele econômica, política e culturalmente, através a participação, na vida da comunidade, sob a direção do Estado. Seu bem-estar econômico e seu futuro dependem das condições da economia nacional, que precisa de sua liberdade de movimentos para se desenvolver. Os sindicatos não podem negociar com sucesso os salários e as condições de trabalho senão quando a produção e a troca estão em plena prosperidade. Dêsse modo, as massas trabalhadoras estão interessadas no destino da economia nacional e na consolidação política do Estado. E' por isso que elas sentem uma solidariedade tão íntima com o resto da população para combater as ameaças externas." (Winnig A.: *Der Krieg un die Arbeiterinternationale*, in *Die Arbeiterschaft in neuen Deutschland*, pág. 37, editado por Trimme e Legien, 1915) (2).

Os revisionistas eram, nessa época, honestos e fiéis ao seu programa. Tinham razão em acusar os "ortodoxos" de agir de uma maneira (sempre com os revisionistas) e de falar de maneira diferente (sempre contra os revisionistas). Todos os gritos que partiam contra eles do seio do partido eram expressão de confusão intelectual ao mesmo tempo que de consciência culpada. Auer, membro do comité central, escreveu a Bernstein confidencialmente. "Meu caro Ede, isso se faz mas não se diz" (3).

Bernstein, no fundo, só estava em desacôrdo com seu partido quando chamava um dogma pelo seu nome. O próprio Kautski, que dirigiu a luta teórica contra Bernstein, confessou, por ocasião do 80.º aniversário deste:

---

(2) Mencionado por K. Korsch: *Kampf-Front* (11 de janeiro de 1930).

(3) *A guerra e a internacional operária*, in *O trabalho na nova Alemanha*.

"Depois de 1880, nos negócios políticos do partido, fomos como que dois irmãos siameses; até os irmãos siameses podem brigar entre si. E, frequentemente, o fizemos com abundância. Mas, ainda nesses momentos, não era possível falar de um sem falar do outro (4). Kautski tinha completa razão. Bernstein e ele eram os irmãos siameses do revisionismo marxista e só estavam em desacôrdo na forma pela qual a prática reformista poderia encontrar uma expressão teórica adequada. Bernstein, como partidário do bom senso esclarecido, atribuía a confusão intelectual dos seus camaradas socialistas ao facto dêles pretenderem servir-se do método dialético. Ele próprio voltou à dicotomia decidida e exclusiva dos ideólogos da Revolução Francesa, pelos quais sempre professou a maior admiração. As conclusões de Bernstein podem ser apreciadas à luz do seu ponto de partida metodológico, o racionalismo do século XVIII, com seu "terro-rismo da razão", polido pela aceitação da teoria da evolução social e pela fé na perfeição humana. A apreciação do método de Marx, por parte dos seus discípulos "ortodoxos", estava de tal maneira embotada, que a discussão com Bernstein produziu raiva em tôrno das suas conclusões específicas, frequentemente mesmo em tôrno da redação dessas conclusões, em vez de se ocupar do seu racionalismo superficial (5).

O grande mérito de Bernstein está na sua honestidade intelectual. Ele interpretou Marx e Engels tal como lhe apareceram, nos seus anos tranqüilos: estudiosos pacíficos e analistas, devotados à causa da reforma social, ainda influenciados pelas recordações de uma juventude revolucionária. O movimento, do qual ele era o chefe teórico, representava a tendência mais importante entre as forças socialistas européias antes de 1913. Esse movimento fez do marxismo uma filosofia liberal de reforma social.

---

(4) *Der Kampf*, 1930, pág. 30.

(5) Numa conversa comigo, no princípio do verão de 1929, Bernstein (então com 79 anos) admitiu, de bom grado, ser, para empregar suas próprias palavras, "um reacionário metodológico". "Continuo um racionalista do século XVIII, disse, e não me envergonho. Creio que, nas questões essenciais, o método dêles era válido e fecundo." Quando, no fim da conversa, lhe perguntei se achava que esse método era o de Marx, baixou a voz e, num tom confidencial, como se temesse ser ouvido, disse: "Os bolcheviques não estão errados quando reclamam Marx como um dos seus, sabe? Há, nêle, fortes sinais bolcheviques."

"Tôda nação pode e deve aproveitar o exemplo das outras." (Marx (Wade — vice-presidente dos Estados Unidos — citado por Marx, in — *O Capital*, 1.º prefácio, pág. 11.)

O imperialismo é o capitalismo parasitário e moribundo.

# O Pensamento de Marx



"A emancipação econômica da classe proletária é o grande objetivo, que deve subordinar a si, como um meio, todo o movimento político" (Marx — Exposição de motivos do regulamento da AIT).

De todos os instrumentos de produção, o mais poderoso é a própria classe revolucionária. A organização dos elementos revolucionários, como classe, pressupõe a existência de todas as forças produtivas, que podiam formar-se no seio da antiga sociedade. (Marx — *Miséria da Filosofia*).

Marx dizia, na *Miséria da Filosofia*: "A condição da libertação da classe operária é a abolição de todas as classes, exatamente como a abolição do Terceiro Estado... foi a supressão de todas as "ordens".

A classe proletária é revolucionária ou não é nada. (Marx — *Carta a Schweitzer*, em fevereiro de 1865.)

"...Não há — diz Marx — na sociedade, sinão duas classes: os operários, que não dispõem sinão da sua força de trabalho e os capitalistas, que têm o monopólio de todos os meios sociais de produção, inclusive o dinheiro" (*O Capital*, livro segundo, pág. 469).

Marx, em sua rude crítica à "lei de bronze" dos salários, de Lassale, incluiu a demonstração de que os salários se compõem de 2 partes: contêm o mínimo físico e o mínimo social, os quais oscilam de acordo com as condições histórico-sociais.

Marx e Engels evidenciaram que é sob o capitalismo que se realiza a forma intensa e extensa da exploração das massas, mas também demonstraram que o capitalismo dá origem ao proletariado, sua negação, que o destruirá por fim.

"Entre a sociedade capitalista e a comunista coloca-se o período de transição revolucionária da primeira na segunda. No período de transição política, o Estado não pode corresponder a outra coisa sinão à ditadura do proletariado." (Marx — *Crítica ao Programa de Gotha*.)

"...o dinheiro é a prostituta universal, o rufião universal dos homens e dos povos." (Marx — *O Dinheiro*. Obras, t. III, pág. 148, ed. al.)

# O Que Dizem Nossos Parlamentares

## A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS DAS EMPRESAS

"Para que se participe nos lucros é preciso ser sócio; essa a verdade inexorável. Ninguém pode ter lucro sem ser sócio, porque, caso contrário, ir-se-ia pagar o salário justo como uma dádiva, correndo esta por conta da boa ou má vontade do empregador. Digo dádiva, porque não interessa a participação nos lucros, quando êstes não são fiscalizados e geridos por quem de direito. Ora, Sr. Presidente, não sei de outro meio para o operariado fiscalizar sua participação nos lucros, sinão sua inclusão na direção da empresa. Dar participação de lucros e tirar a possibilidade de fiscalização ou administração naquilo em que apresenta lucros, efetivamente, é demagogia e nela não deve cair esta Comissão. Entregar ao operariado as possibilidades de, no fim do ano, obter tantos por cento na produção da empresa, exige, como consequência lógica, dar a êsse mesmo operário a possibilidade de, durante o ano e no fim do ano, fiscalizar a escrita e o movimento dessa empresa.

Sr. Presidente, estaríamos, de outra firma, entregando a vida de centenas de milhares de homens à boa ou má sorte de um determinado número, em muito menor proporção. Se o operário tem direito à participação nos lucros, também tem o direito de velar pelos seus interesses, a fim de que êste ou aquêle proprietário mais ou menos aventureiro não jogue com os interesses de milhares de famílias nas aventuras que por acaso venha a fazer. Quantas vezes vemos, por inadvertência, por audácia, por aventurismo, os casos de falência, os casos de desastres em administrações!

Acontece, de outro lado, Sr. Presidente, que, quando falam em empresas e em lucros, pensam os Senhores em grandes empresas, bem administradas, e não nas pequenas empresas, onde, talvez, o lucro do operário no fim do ano seja insignificante para justificar a medida.

Tudo isso, Sr. Presidente, é como se diz: uma "pílula dourada", que não interessa à classe operária engulir, sem que não lhe seja possível a participação na direção das empresas.

Acontece ainda. Sr. Presidente, que, com a não participação dos trabalhadores nas empresas, e sendo os mesmos a maioria, porquanto são centenas ou milhares, em relação à propriedade de um ou dois ou mais donos, sem essa fiscalização os operários não ficarão certos de que o lucro que aparece na escrita, no fim do ano, é realmente o lucro real da empresa.

Ainda mais: com a participação no suposto lucro, que, no fim do ano, talvez não dê para um presente de Natal para a família, perde o operário a liberdade de ação, a liberdade de escolher seu trabalho como desejar. Aperfeiçoamos o sistema feudal de exploração da indústria, porque tiramos até a característica do regime capitalista, que é a livre escolha de trabalho, em qualquer lugar, de acordo com a vontade do operário. Infringe-se, portanto, princípio do próprio regime capitalista, que faculta ao operário a livre escolha de seu emprego e a remuneração do mesmo à base do salário. Assim, sem a participação do operário na direção da empresa, através, vamos dizer, de uma eleição de delegados, não é possível a aplicação da medida, que se transforma em medida demagógica, que não interessa à classe operária.

Voto com o dispositivo em apreço, com a emenda que apresentei, ao contrário do que afirmou o Sr. Deputado Bernardes, a participação nos lucros não viria acabar com a luta de classes, a luta de classes existe justamente porque uns dominam e outros são dominados, porque uns têm lucro e outros vendem seu trabalho. A participação nos lucros não vem evitar que uns tenham lucro e outros continuem vendendo seu trabalho. A luta de classes é uma decorrência do capitalismo, é uma consequência do sistema social onde há exploradores e explorados, os que têm lucro e os que com seus esforços concorrem para que o lucro particular exista. (Caires de Brito — *Diário da Assembléia* — 19-5-946.)

## CINCO BILHÕES DE CRUZEIROS !

“Essa questão dos Institutos não me sai da cogitação. Estou informado que eles têm mais de cinco bilhões de cruzeiros nas suas arcas, independentemente de perto de um bilhão de cruzeiros que o governo lhes deve. Entretanto, criaram para si um *standard* de vida tão alto, um maquinário administrativo tão alto, que acredito — disso dei conhecimento ao Sr. Getúlio Vargas, em 1939 — que as suas aplicações não poderiam ser feitas em taxa inferior a 7 %. Dado o encarecimento da mão de obra no Brasil, dado o encarecimento do material e, sobretudo, a nossa exigua produção, esses Institutos absolutamente não poderão aplicar suas reservas em casas operárias, visto que desses investimentos não obterão mais de três a quatro por cento de juros. Tanto isso é verdade que as empresas particulares de construção não se aventuram no negócio de casas populares.” (Agostinho Monteiro — *Diário da Assembléia* — 18-7-946.)

● ●

PARA QUE SERVE O MARXISMO — Ninguém mais do que nós, comunistas, admira o espírito de sacrifício, e procura, na medida de suas capacidades, dispender todos os esforços na causa que defende. Nós, os marxistas, que constituímos, sem dúvida, minoria no partido, utilizamos o marxismo como instrumento de análise. (Carlos Prestes — *Diário da Assembléia* — 24-5-946.)

## O VATICANO E O MACARRÃO

A 10 de novembro (1946) realizaram-se as eleições municipais na Itália. Numa série de grandes cidades do país, e principalmente em Roma, a campanha pre-eleitoral se distinguiu por uma grande agitação. O Vaticano desenvolveu atividade extraordinária, envidando esforços fora do comum para consolidar a posição da reação na luta contra as forças progressistas da democracia italiana.

A imprensa italiana informa que nessa luta o Vaticano era levado não só por considerações de caráter político, como também de caráter mercantil. O bloco popular que unia os partidos socialista e comunista, o "Partido da Ação" e o "Partido da Democracia do Trabalho", prevê no seu programa a municipalização das empresas comunais de Roma. Essa medida ameaça os interesses financeiros do Vaticano que — ilegalmente, por intermédio de grupos de financistas que lhe são chegados, — possui a maior parte das ações dos aquedutos, da rede elétrica e de outras empresas comunais da capital italiana.

Os maiores acionistas ostensivos da Companhia Romana de Eletricidade são o conhecido industrial fascista Constâncio Parisi, que figura no rol dos candidatos do partido democrata-cristão, e também os parentes do próprio papa Pacelli e o banqueiro do Vaticano, Nogara. A lista dos candidatos desse mesmo partido é "ornamentada" pelo corretor da bolsa, Crostarosa, que "negocia" com dinheiro estrangeiro, dinheiro que, agora, segundo o testemunho do jornal *Italia Libera*, flue copiosamente para os cofres do Vaticano.

A imprensa católica no decurso da campanha eleitoral difamava de todas as maneiras o bloco popular e os seus candidatos, amedrontava os leitores, dizendo que a vitória desse bloco seria um "insulto ao catolicismo" e perturbaria a "afluência dos peregrinos estrangeiros a Roma". Os padres, executando as diretivas de seus superiores, infringiam a lei e faziam a agitação pre-eleitoral dos pulpitos das igrejas, por ocasião da realização de casamentos, batizados e até de missas de *réquiem*.

Não se fiando, todavia, em todos esses métodos de influência, a reação católica recorreu ao suborno direto dos eleitores. Conforme informam todos os jornais, as fábricas de macarrão de Roma, no decurso de determinado período, estiveram ocupadas em atender a encomendas do Vaticano de macarrão acondicionado em pacotes de 600 gramas para distribuição entre os eleitores que concordassem em votar nos candidatos democratas-cristãos. É sintomático que o jornal católico *Popolo*, confirmando esse método mais que original de campanha pre-eleitoral, declara cinicamente que a distribuição do macarrão nas igrejas "é melhor do que a distribuição de literatura marxista nos comícios".

Ao que parece, o alimento espiritual que a reação católica pode fornecer às massas é deveras indigno de confiança para que tenha sido

necessário auxiliá-lo com alimento material. Para honra da população da capital italiana, porém, pôde-se verificar que o macarrão não ajudou o Vaticano nem seus esbirros do partido democrata-cristão: nas eleições, este partido obteve um número de votos consideravelmente menor do que o bloco popular, que conseguiu o primeiro lugar.

(Tradução direta de *Tempos Novos*, N. 22, 15 de novembro de 1946).

● ●

E O "VELHO" RESISTIRÁ — ...“durante muito tempo depois da revolução, os exploradores continuarão conservando de facto, inevitavelmente, uma série de vantagens enormes: conservarão o dinheiro (não é possível suprimir o dinheiro de um momento para outro), alguns bens imóveis, com frequência valiosos; conservarão as relações, os hábitos de organização e administração, processos, meios, possibilidades) da administração; conservarão instrução mais elevada, intimidade com o alto pessoal técnico (que vive e pensa como burgueses); conservarão (e isto é muito importante) uma experiência infinitamente superior relativamente à arte militar, etc., etc.” (Lénin, t. XXIII, pág. 354 — *A Revolução Proletária e o Renegado Kautski.*)

●

ELEVAÇÃO IDEOLÓGICA — A elevação do nível ideológico entre os membros do Partido, como também entre toda a classe operária é mais necessária do que nunca na fase imperialista do capitalismo, que é, simultaneamente, a época das guerras imperialistas e da revolução proletária. Isso, no entanto, só é possível através de um estudo cuidadoso dos trabalhos de Marx, Engels, Lénin e Stálin, e do expurgo de todos os resíduos oportunistas, os quais, pelo revisionismo de todos os tipos, tanto os antigos quanto os modernos, são acumulados sobre as criações do marxismo-leninismo. Surge daí a necessidade de dar às grandes massas um conhecimento profundo das fontes do marxismo-leninismo. (Da *Introdução à Econ. Marxista-Leninista*, publicação do Partido Comunista Alemão.)

●

SALÁRIO — O salário está fixado por uma lei de bronze na mais pequena soma indispensável, ao certo, para os operários comerem pão seco e fabricarem filhos... Se desce muito, os operários morrem e o pedido de mais homens obriga-os de novo a subir. Se sobe demais, a oferta maior obriga-o a descer... E' o equilíbrio das barrigas vazias, a condenação perpétua à grilheta da fome! (Zola — *Germinal*, pág. 142 — Ed. Guimarães — Lisboa.)

# O QUE SE PASSA PELO MUNDO

## COISAS DA "PERFEITA" DEMOCRACIA NORTE-AMERICANA

NOVA YORK (Por via aérea) — Em recente congresso, as "Filhas da Revolução Americana" — associação acentuadamente aristocrática, constituída de descendentes diretos dos combatentes da Guerra da Independência — discutiram, em atmosfera agitada, uma das questões mais calorosamente debatidas na América: "Deve-se admitir que os artistas negros, ou, como geralmente se diz, de côr, executem concertos no "Constitution Hall" de Washington?"

Tal assunto, que à primeira vista parece de importância secundária, levantou nos Estados Unidos discussões violentas.

O "Constitution Hall", que é a maior sala de Washington, pertence, com efeito, à "Associação das Filhas da Revolução". Ora, já em 1940, a maior cantora americana, Marian Anderson, sofreu a decepção de uma recusa, quando pleiteou a sala para um recital, simplesmente por ser negra. Esta recusa provocou, na época, grande indignação, culminando com a atitude de protesto da Sra. Roosevelt, que franqueou à artista a Casa Branca, tendo então a contralto negra cantado em presença da família e dos amigos do saudoso Presidente.

Ainda há pouco, outra cantora negra, Hazel Scott, experimentou decepção idêntica.

Várias integrantes das "Filhas da Revolução Americana", entre as quais Claire Booth-Luce, representante republicana no Congresso, protestaram contra esse procedimento da Associação, e fundaram um Comité de combate à discriminação racial.

Entretanto, nada apresentou de resultado prático, porquanto a esmagadora maioria das associadas é de espírito profundamente reacionário e, em consequência, implacável contra toda política de tolerância racial.

No Congresso anual da Associação, em Atlantic City, a questão foi levada à tribuna, mas a intervenção de alguns delegados que solicitavam a supressão da cláusula que proíbe aos artistas negros cantar no "constitution Hall" foi acolhida com ruidoso protesto.

Foi somente depois das intervenções especiais da presidente que a representante da minoria foi admitida a falar durante três minutos. Com voz calma, explicou que a interdição em aprêo era contrária à moral cristã, à Carta das Nações Unidas e à simples lógica. Estava, entretanto, de tal maneira certa do fracasso da sua iniciativa que se recusou a submeter a resolução ao congresso anual.

A sessão foi suspensa entre alaridos e gritos de protesto contra o discurso daquela que tentara inculcar nas "Filhas da Revolução" os princípios da Revolução e, notadamente, o princípio que declara que "todos os homens são criados livres e iguais quanto aos direitos".

A noite, lauto banquete reunia todas as delegadas, muito satisfeitas com os trabalhos decorridos.

Depois, adiou-se o congresso. Mas, em Washington, os grandes artistas negros americanos, como Marian Anderson, Paul Robeson, Duke Ellington e Hazel Scott, nunca poderão cantar diante de grandes auditórios. (Michel Govdoy — *O Globo*, de 3-7-946.)

A CADA QUAL SEGUNDO O SEU TRABALHO — "...a fórmula da Justiça, administrada pelo Estado, ao contrário do que afirmou o vosso orador, não deve ser mais a que se resume em "dar a cada um o que é seu". O velho tabu não corresponde ao direito hodierno e, sobretudo, ao da ordem social futura. O princípio individualístico foi superado e tem que se readaptar para não desaparecer. Corresponhia à noção romana de domínio. Por isso mesmo, sempre o citam em latim — *jus suum cuique tribuere*. E' a regra de um mundo morto expressa numa língua morta. Não há seiva de vida nesta fórmula caduca.

A regra da justiça deve ser: a cada qual segundo o seu trabalho, como resulta da sentença de São Paulo na carta aos Tessalonicenses, enquanto não se atinge o princípio de "a cada um segundo a sua necessidade". Pode ser que haja nele a essência das virtudes cristãs enlouquecidas, como afirma Chesterton. Mas, enlouquecidas ou não, a verdade, que se consubstancia nesta regra, irradia do Sermão da Montanha, enquanto a primeira brota do egoísmo de um mundo construído sobre a escravidão. Aplicada em toda a sua inteireza, a velha norma é o símbolo da descaridade, num mundo de espoliadores e espoliados. Porque, se a justiça consiste em dar a cada um o que é seu, dê-se ao pobre a pobreza, ao miserável a miséria e ao desgraçado a desgraça, que isso é o que é deles. Nem era sinão por isso que ao escravo se dava a escravidão, que era o seu, no sistema de produção em que aquela fórmula se criou. Mas bem sabeis que essa justiça monstruosa tudo pode ser, menos justiça. E, no entanto, já foi assim e, em parte, ainda o é. (João Mangabeira — *Oração de Parainfo*, "in" *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, vol. XX, 1945.)

O BRASIL É UM PAÍS CATÓLICO ? — O ex-ditador Getúlio Vargas, quando da Constituinte de 1925, em discurso combatendo as emendas religiosas, reduziu o catolicismo nacional às suas justas proporções, afirmando: "...para que uma pessoa se diga católica é preciso que conheça a doutrina, aceite todos os seus dogmas e a pratique. Nessas condições, no Brasil, há apenas uma elite, uma minoria selecionada. A alta sociedade adota um catolicismo um tanto cético e elegante. E a grande massa humilde está na fase fetichista da adoração de santos com várias especialidades milagreiras."

## ÚLTIMAS EDIÇÕES

**HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS**, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

**PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA**, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

**LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA**, por D. S. Mirski .. .. Cr\$25,00

**CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA**, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) .. Cr\$25,00

**A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTÃOS SOCIAIS**, por Lisandro de la Torre .. .. Cr\$25,00

**TRES PRINCÍPIOS DO POVO**, por Sun Yat Sen .. .. Cr\$25,00

**A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") .. .. Cr\$25,00

**ANTI-DUHRING**, por Frederico Engels .. .. Cr\$30,00

**CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA**, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) .. .. Cr\$25,00

**URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO**, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume .. .. Cr\$25,00

**A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA**, pelo Dr. Lelio Zeno .. Cr\$25,00

**O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**, pelo Instituto M. E. L., de Moscou .. .. Cr\$25,00

**DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ**, por Edvard Benes .. Cr\$25,00

**TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE**, por Jean Freville .. .. Cr\$25,00

**TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA**, seleção de J. Duret .. .. Cr\$25,00

**TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLÍTICA**, seleção de P. Y. Nizan .. .. Cr\$25,00

**O PODER SOVIÉTICO**, pelo Deão de Canterbury .. .. Cr\$25,00

**O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA**, pelo Deão de Canterbury .. .. Cr\$25,00

**MISSÃO EM MOSCOW**, por Joseph E. Davies .. .. Cr\$25,00

**MISSÃO EM TÓQUIO**, por Joseph C. Grew .. .. Cr\$30,00

**DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO**, por John Reed .. .. Cr\$25,00

**SANTA RUSSIA**, por Maurício Hindus .. .. Cr\$30,00

**O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA**, por Maurício Hindus .. Cr\$25,00

**A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO**, por Maurício Hindus .. .. Cr\$25,00

**A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA**, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00

**A CHINA LUTA PELA LIBERDADE**, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00

**RIO SELVAGEM** (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong .. .. Cr\$25,00

**ENTRE DOIS MUNDOS**, memórias de Anna Louise Strong .. .. Cr\$30,00

**ASIA SOVIÉTICA**, por Davies & Stelger .. .. Cr\$25,00

**A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA**, pelo Patriarca Sérgio e outros .. .. Cr\$25,00

**STALIN**, por Emil Ludwig .. Cr\$25,00

**PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA**, pela Dra. Ester Conus .. Cr\$25,00

**A QUESTÃO AGRÁRIA**, por V. I. Lenin .. .. Cr\$25,00

**INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO**, por F. Engels, A. Taihelmer, H. Harari e L. Ségal .. .. Cr\$30,00

**MARX, ENGELS E MARXISMO**, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume .. .. Cr\$25,00

**NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA**, de Luis Ségal, 2 vols. Cada volume .. .. Cr\$25,00

**A DEFESA ACUSA...** — de Marcel Willard .. .. Cr\$25,00

**MATERIALISMO E EMPIROCRITICISMO**, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume .. .. Cr\$35,00

**PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL**, de Abguar Bastos .. .. Cr\$ 35,00

**Editorial CALVINO Limitada**

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

## APELO E ADVERTENCIA

Quando lançamos esta revista, tivemos a impressão de que sua vendagem seria inicialmente grande e crescente, e por isso fixamos-lhe um preço mínimo — Cr\$ 5,00 —, que cobriria as despesas da sua manutenção, no caso de vendida toda a edição. A tiragem do primeiro número atingiu a 12.000 exemplares, a título de experiência. Tais foram as manifestações de entusiasmo que esse primeiro número despertou, extendidas aos subseqüentes, que acreditamos poder ultrapassar rapidamente os 12.000 exs. Infelizmente, porém, todos os nossos prognósticos falharam. A vendagem vem caindo de modo incessante, não obstante as mais elogiosas referências que **DIVULGAÇÃO MARXISTA** continua a receber de todos os recantos do país, também de modo incessante. Isto, e mais o encarecimento tipográfico, de papel, de salários, de impostos, etc., obrigaram-nos a reduzir-lhe a tiragem para 6.000 exs. e a vender o número avulso da quinzena a Cr\$ 7,00.

Uma das consequências imediatas, talvez, desse aumento de preço, a que não pudemos fugir, foi a vendagem cair ainda mais. E' sabido que, quanto menor a tiragem de qualquer publicação, maior o seu preço de custo, maior o seu preço de venda. Portanto, se descermos aos 5.000 exemplares, teremos de levantar o preço de venda do ex. para Cr\$ 10,00, e assim sucessivamente. Como tudo tem um limite, se não conseguirmos manter imediatamente a venda de **DIVULGAÇÃO MARXISTA**, ou pelo menos manter a tiragem mínima de 5.000 exs., seremos obrigados a interromper sua publicação, visto que nossos prejuízos já somam a várias dezenas de milhares de cruzeiros, o que está acima das possibilidades do nosso espírito de sacrifício e nos impede de prosseguir lançando **DIVULGAÇÃO MARXISTA** em situação deficitária crescente.

Estamos convencidos de que a dificuldade da publicação normal desta revista decorre de três fatores principais:

1 — A queda espantosa do poder aquisitivo dos nossos trabalhadores, manuais e intelectuais;

2 — O lamentável baixo nível cultural e ideológico dos nossos trabalhadores;

3 — Desinteresse da nossa pequena-burguesia intelectual pelo estudo do marxismo e, principalmente, generalizada falta do hábito de leitura do nosso povo.

Damos estas explicações aos nossos leitores, amigos e companheiros a fim de que possam compreender as razões reais do aumento de preço a que já fomos forçados, assim como para justificar, desde já, aumentos futuros, se a tal ponto tivermos, muito a contra gosto, de ir ainda. Por outro lado, para que nos ajudem decisivamente na conquista de novos leitores e assinantes, pois somente essas providências, aliadas ao trabalho perseverante e elevado que vimos realizando, evitarão o fracasso da iniciativa da publicação de **DIVULGAÇÃO MARXISTA**, fracoço que, estamos persuadidos, será menos consequência de nossa incapacidade individual que da pobreza do nosso meio, material e intelectual.